

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Campanha pelo

RU



“RU NA ESEF JÁ!” – O MOVIMENTO ESTUDANTIL LUTANDO POR ASSISTÊNCIA
NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS

na ESEF

JÁ!

Carlos Alberto Perdomo Fazenda Junior

DAEFI E DCE UFRGS

Porto Alegre, 2011

Carlos Alberto Perdomo Fazenda Junior

“RU NA ESEF JÁ!” – O MOVIMENTO ESTUDANTIL LUTANDO POR ASSISTÊNCIA
NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito final para a
obtenção do grau de Bacharelado em
Educação Física pela Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Silvana Vilodre Goellner

Co-orientador: Eduardo Gottens Pergher

Porto Alegre, 2011

Carlos Alberto Perdomo Fazenda Junior

“RU NA ESEF JÁ!” – O MOVIMENTO ESTUDANTIL LUTANDO POR ASSISTÊNCIA
NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Mario Roberto Generosi Brauner - UFRGS

Orientadora - Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Movimento Estudantil de Educação Física, mais especificamente ao DAEFi, entidade na qual tive a oportunidade de militar ao lado de grandes companheiros e de pessoas que lutam por uma sociedade mais humana. Agradeço pela formação e pelas experiências proporcionadas por estes anos de vivência no Movimento.

Aos meus orientadores, Silvana, Alemão e Johanna, pelas contribuições que permitiram que este trabalho se tornasse cada vez mais concreto.

Ao Centro de Memória do Esporte e a todos os que trabalham nele, pela disponibilidade e pelo apoio na realização desta pesquisa.

Ao Grupo TCHÊ, em especial à Professora Malu, grande amiga e exemplo de dedicação à docência no qual me espelho. Agradeço pelos cinco anos de muita dança e amor pela cultura e tradição do nosso estado. Agradeço também aos colegas que me auxiliaram neste momento de TCC que possibilitou que me mantivesse no grupo durante este período conturbado.

Aos Amigos da Johna, Lenon, Felipe, Ju, Camila, Isa, Lilli, Tezza, Abib, Lari e Márcio, pela oportunidade de vivenciar os momentos na universidade de maneira mais intensa e divertida desde os primeiros anos da graduação.

Aos amigos, irmãos “Ursos”, Felipe, Lenon e Abib (Urso Honorário), muito obrigado pelo companheirismo, pelas histórias e pela amizade. Sério sério!

Aos companheiros da República Socialista de Los Cuatro, Mateus, Maurício, Vareja e Gabriel, pela compreensão das noites em claro e pelo ambiente proporcionado nesta reta final do trabalho. Grandes amigos, com certeza!

À grande amiga Ana que me aturou nos momentos críticos do trabalho, com muita paciência auxiliando com minhas dúvidas com relação às normas técnicas e citações.

Aos estudantes que hoje militam comigo no DAEFi, Cela, Márcia, Eugênio, Zina, Mateus, Vareja, Maurício, Martina, Karen, Pi, Vivi, Dudu, Nina e Salsa, obrigado pela compreensão dos momentos de ausência neste último período, e força na Luta!

Aos recentes amigos da Comissão de Formatura, pela confiança, pela dedicação e pelo que passamos juntos neste último semestre. Melhor comissão do mundo!

Aos meus pais, Carlos e Cris, e à minha irmã, Vê, obrigado por todo apoio e dedicação de sempre, muito obrigado! Amo muito vocês!

Aos familiares, colegas, amigos, professores, enfim, a todas e todos que contribuíram de alguma maneira para esta caminhada, meu muito obrigado.

Dedico este trabalho aos lutadores do MEEF e a todas e todos que lutaram e fizeram parte da campanha “RU na ESEF JÁ!”, sempre acreditando na conquista do RU da ESEF.

RESUMO

A campanha “RU na ESEF JÁ!” conquistou mais do que o almoço dos estudantes da Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Considerada por muitos como uma das mais vitoriosas campanhas do movimento estudantil dos últimos anos, a campanha “RU na ESEF JÁ!” provou que através da organização coletiva, é possível obter conquistas concretas, mesmo que sejam contrárias à retirada dos direitos sociais, cada vez mais evidente na lógica do capital. O presente trabalho tem o objetivo de resgatar a história da organização e implementação da campanha “RU na ESEF JÁ!”, desde seus antecedentes até a inauguração do Restaurante Universitário (RU) no campus Olímpico. A metodologia utilizada foi a história oral, tendo como principais meios para coleta de informações a análise de documentos a partir de panfletos, jornais e informativos, que tratam da campanha, e entrevistas semi-estruturadas, com sujeitos que participaram efetivamente da campanha ou tiveram relação com a pauta. Situamos o contexto da luta pela assistência estudantil, realizando uma análise da conjuntura política da sociedade tomando como referência formulações sobre a crise estrutural do capital, seguida de um apanhado sobre o papel do Brasil enquanto um país de capitalismo dependente e os governos neoliberais e reformistas dos últimos dezesseis anos, finalizando com a Reforma Universitária e a situação da assistência estudantil no país, na UFRGS e na ESEF. Além disso, apresentamos um resgate histórico sobre o DAEFi, sua reorganização, as gestões que participaram da organização da campanha, bem como a atuação da entidade dentro do Movimento Estudantil de Educação Física e do Movimento Estudantil da UFRGS. Esses pontos nos auxiliam a apresentar e analisar o movimento gerado pela campanha “RU na ESEF JÁ!”, seus antecedentes, os bastidores, as articulações, as ações, as negociações, a conquista e o resultado de toda a mobilização. Por fim, concluo o trabalho fazendo uma relação entre a organicidade, a formação e a combatividade dos militantes que fazem parte do DAEFi, com as condições objetivas de falta de assistência estudantil dos estudantes da ESEF e as ações práticas da campanha, além de ressaltar a importância de contar a história do Movimento Estudantil sob o seu ponto de vista.

Palavras chave: Movimento Estudantil; Assistência Estudantil; “RU na ESEF JÁ!”.

RESUMEN

La campaña "RU na ESEF JÁ!" ganó más que el almuerzo para los estudiantes de la Escuela de Educación Física (ESEF) en la Universidad Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Considerada por muchos como una de las campañas más exitosas del movimiento estudiantil en los últimos años, la campaña "RU na ESEF JÁ!" demostró que por la organización colectiva, es posible obtener logros concretos, incluso si son contrarios a la retirada de los derechos sociales, cada vez más evidente en la lógica del capital. El presente trabajo tiene como objetivo rescatar la historia de la organización y ejecución de la campaña "RU na ESEF JÁ!" de antes de la campaña hasta la inauguración del restaurante de la universidad (RU) en el campus olímpico. La metodología utilizada es la historia oral, el principal medio de la colección de información para analizar los documentos de folletos, periódicos y boletines de noticias, que se ocupan de la campaña, y entrevistas semi-estructuradas con los sujetos que efectivamente participaron en la campaña o estaban relacionados con la reclamación. Situamos el contexto de la lucha por la asistencia a los estudiantes, realizando un análisis de la situación política de la sociedad con las formulaciones de referencia sobre la crisis estructural del capital, seguido por un panorama general sobre el papel de Brasil como un país de capitalismo dependiente y los gobiernos neoliberales y reformistas de los últimos dieciséis años, que termina con la Reforma Universitaria y la situación en el país de la asistencia a los estudiantes, y en la UFRGS ESEF. Además, se presenta una revisión histórica sobre el DAEFi, su reorganización, las acciones que tomaron parte en la organización de la campaña, así como las actividades de la organización en el Movimiento Estudiantil de Educación Física y el Movimiento de Estudiantes de la UFRGS. Estos puntos nos ayudan a presentar y analizar el movimiento generado por la campaña "RU na ESEF JÁ!", lo que vino antes, detrás de las escenas, las articulaciones, las acciones, negociaciones y el resultado de la conquista de la movilización de todo. Finalmente, concluyo la obra en un vínculo entre la formación orgánica, y la lucha contra los militantes que forman parte de DAEFi, con las condiciones objetivas de falta de asistencia a los estudiantes para los estudiantes ESEF y los aspectos prácticos de la campaña y destaca la importancia para contar la historia del movimiento estudiantil desde su punto de vista.

Palabras clave: Movimiento Estudiantil; Asistencia Estudiantil; "RU na ESEF JÁ!"

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DAS ESCOLHAS E CAMINHOS	8
1 CONJUNTURA POLÍTICA: DA SOCIEDADE À UNIVERSIDADE.....	13
1.1 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	13
1.2 O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL	16
1.3 GOVERNO FHC.....	19
1.4 GOVERNO LULA	21
1.5 REUNI	25
1.6 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	28
1.6.1 <i>Assistência Estudantil: Âmbito Geral</i>	28
1.6.2 <i>Assistência Estudantil na UFRGS</i>	31
2 MOVIMENTO ESTUDANTIL DA ESEF/UFRGS: SAINDO DA INÉRCIA	39
2.1 A REORGANIZAÇÃO DO DAEFI	39
2.2 MOVIMENTO CONSCIÊNCIA E MUITA LUTA - HISTÓRICO DAS GESTÕES DO DAEFI	45
3 RU NA ESEF JÁ!.....	51
3.1 ANTECEDENTES DA CAMPANHA.....	51
3.2 DAEFI COMO DIRIGENTE COLETIVO.....	53
3.3 AÇÕES DA CAMPANHA	56
3.3.1 <i>Ato-almoço</i>	56
3.3.2 <i>Pesquisa</i>	59
3.3.3 <i>Abaixo-assinado</i>	59
3.3.4 <i>Arte e Camisetas</i>	60
3.3.5 <i>Panfletos, mídias e textos</i>	62
3.3.6 <i>Reuniões ampliadas</i>	65
3.4 OS ATOS DA CAMPANHA “RU NA ESEF JÁ!”	66
3.4.1 <i>Ato do dia 13 de setembro de 2006</i>	67
3.4.2 <i>Ato no CONSUN do dia 29 de setembro de 2006</i>	71
3.4.3 <i>Jornada Nacional de Lutas</i>	74
3.4.4 <i>Ocupação da Reitoria da UFRGS</i>	76
3.5 INAUGURAÇÃO.....	84
CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS.....	89
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	96
ANEXO A:	97
TERMO DE COMPROMETIMENTO COM A CONSTRUÇÃO DO RU NA ESEF ASSINADO PELO REITOR NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2006	97
ANEXO B:.....	99
RESPOSTA DA REITORIA À PAUTA REIVINDICATÓRIA DOS ESTUDANTES NA OCUPAÇÃO DA REITORIA DA UFRGS EM 2007	99

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DAS ESCOLHAS E CAMINHOS

O presente trabalho abordará a história da campanha “RU na ESEF JÁ!”. Para compreender a motivação que me levou a estudar o tema, tomo a minha trajetória acadêmica como parte da justificativa. Antes mesmo de ingressar na universidade, em 2005, já havia participado do Grêmio Estudantil do Colégio Maria Auxiliadora (GEMA), onde concluí o ensino médio. Esta breve experiência de um ano foi a porta de entrada para algo muito maior do que esperava quando da montagem de chapa para o GEMA.

Ao ingressar no curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2005/1, me deparei com muitas contradições, mas a principal delas era a divisão do curso, algo que me chamou a atenção, pois somente na Aula do DAEFi¹ é que compreendi o que realmente significava a minha opção pelo curso de bacharelado, uma pegadinha. Mas o fato é que, o que nem os professores conseguiram explicar naquele determinado momento, os militantes do DAEFi fizeram.

Passei a me aproximar do DAEFi e de seus membros durante as eleições de 2005-2006, onde participei da gestão, mesmo sem fazer parte da nominata. Entrei em contato com as idéias do Movimento Estudantil de Educação Física, participei de um COREEF² e do Encontro Regional dos Estudantes de Educação Física (EREEF) em 2007 e da Ocupação da Reitoria no mesmo ano, mas me afastei por problemas de tempo e a partir de então segui uma trajetória de idas e vindas, em períodos mais próximo e em outros mais afastado do DAEFi, até o EREEF de 2009 em Santa Maria.

No ano de 2009 passo a militar pelo DAEFi mais organicamente, participando dos diversos espaços promovidos pelo mesmo, como grupos de estudos, reuniões ordinárias, semanas acadêmicas, EREEF's e ENEEF's³, entre outros, o que me proporcionou uma formação ampliada e única, pois nestes espaços tive contato com assuntos que extrapolavam os muros da universidade, permeavam a sociedade e colocavam a minha formação acadêmica e minha experiência de vida em um contexto maior e mais concreto: A sociedade de classes.

¹ Atividade realizada semestralmente pelo Diretório Acadêmico, na qual os militantes ministram uma aula para os calouros na disciplina de Introdução à Educação Física, a fim de apresentar o Diretório Acadêmico em si, o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), e suas bandeiras de luta.

² Conselho Regional das Entidades de Educação Física. Instância deliberativa do MEEF a nível regional, onde as entidades (CA's e DA's) debatem a construção do próximo EREEF.

³ Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física.

A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF), entidade representativa dos estudantes deste curso, conforme a sua Carta de Apresentação, tem quatro bandeiras históricas de luta e que identificam e organizam o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). São elas:

Defendemos a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente referenciada; a Licenciatura Ampliada como projeto de formação de professores em Educação Física; a regulamentação do trabalho, sendo contrários ao Sistema CONFEF/CREF e a Regulamentação da Profissão, e o Projeto Histórico de Sociedade Socialista. (Carta de Apresentação da ExNEEF, Gestão 2011-2012)

O direito a uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada inclui diversos aspectos, desde a democratização do acesso, indissociabilidade do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) e corpo docente qualificado, até políticas públicas de permanência estudantil, entre elas, material acessível, transporte estudantil, moradia (no caso de estudantes de outras cidades) e alimentação. Essa assistência acontece através de medidas como meia passagem para estudantes, Casa do Estudante Universitário, Restaurante Universitário (RU) entre outras.

A Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS) foi fundada em 1940 sendo uma das primeiras escolas civis de Educação Física do Brasil (KAMINSKI, 2004). Os estudantes da ESEF sempre ficaram a margem de assistência estudantil, pois a escola fica situada no Campus Olímpico, que é isolado dos demais campi da UFRGS. De 1940 até 2008 a ESEF não possuiu um Restaurante Universitário em seu campus, não garantindo alimentação para estudantes, professores e servidores da escola.

No ano de 2004 o Diretório Acadêmico Paulo Hollerbach, inicialmente chamado de Centro Acadêmico de Educação Física (KAMINSKI, 2004), passa por uma mudança de gestão, vencendo as eleições daquele ano a chapa ESEF em Movimento, e os estudantes que assumem o DA começam uma aproximação com as idéias do MEEF e passam a constatar os diversos problemas da ESEF e da Universidade, entre eles a falta de assistência estudantil e a precariedade das condições de alimentação dos estudantes da Escola, que para almoçar tinham que optar entre pagar preços altos por uma refeição ou comer um lanche por um preço mais acessível.

Em 2003 surge uma campanha organizada pela gestão anterior do DA reivindicando o RU no campus Olímpico, denominada “Eu quero RU na ESEF”, porém não chega a obter maiores resultados.

Nos anos seguintes a gestão Movimento segue no DA, mas vai se transformando e se renovando e a idéia de uma nova campanha vai ganhando corpo até que em 2006 a gestão Movimento Consciência e Luta organiza a campanha “RU na ESEF JÁ!”.

Tomando esta trajetória, somando o fato da minha participação enquanto sujeito coletivo da campanha “RU na ESEF JÁ!”, e identificando um problema crônico de falta de registro histórico das lutas do Movimento Estudantil, decidi por contar a história da campanha que é considerada por muitos como uma das maiores vitórias do movimento estudantil nestes últimos tempos. Para tanto, elaborei a seguinte questão de pesquisa: Como ocorreu a organização da campanha “RU na ESEF JÁ!”?

Este trabalho objetiva, de forma geral, contar a história da campanha “RU na ESEF JÁ!”, e estudar a organização dos estudantes do Diretório Acadêmico de Educação Física (DAEFi) no período entre 2004 e 2008. Objetivos específicos: (a) Fazer uma análise de conjuntura política da crise estrutural do capital, do papel do Brasil e dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva; (b) Expor questões relacionadas à Reforma Universitária, ao REUNI e à assistência estudantil nas esferas nacional e local (UFRGS e ESEF); (c) Apresentar o histórico de gestões e a organização do DAEFi, suas relações com o MEEF, com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS e com os outros cursos da UFRGS; (d) Fazer um resgate histórico da campanha “RU na ESEF JÁ!”, desde seus antecedentes até a inauguração do RU 5.

Para tanto, esta pesquisa apresenta como referencial teórico-metodológico a História Oral e Documental, utilizando entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos como ferramentas de pesquisa. Esta pesquisa faz parte do projeto Garimpendo Memórias, desenvolvido desde 2002 pelo Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS (CEME), sob o seguinte número de aprovação no Comitê de Ética: 2007710 de 11 de dezembro de 2007. Recorro ao acervo documental do DAEFi, que contém desde panfletos, jornais e informativos confeccionados pelo Movimento Estudantil até matérias relacionadas à campanha que foram

veiculadas em jornais local, além dos registros em comunidades relacionadas ao tema em sites de relacionamento referentes ao período de 2004 á 2008⁴.

Também faço uma análise de entrevistas⁵ realizadas com pessoas que participaram ativamente da campanha “RU na ESEF JÁ!”. A escolha dos entrevistados se deu a partir da identificação dos sujeitos da campanha, com base na análise prévia dos documentos. Inicialmente os entrevistados seriam onze, sendo quatro estudantes que tivessem participado da campanha, mas que não fizessem parte do DAEFi na época, três estudantes que fossem membros do DAEFi na época da campanha, dois estudantes que fossem membros do DCE na época da campanha, o Diretor da ESEF na época da campanha e o Secretário de Assistência Estudantil da UFRGS na época da campanha. O Diretor da ESEF na época da campanha e uma estudante não puderam ser entrevistados devido à limitação de tempo. O Secretário de Assistência Estudantil e uma ex-militante do DAEFi não puderam ser entrevistados por estarem residindo em outros estados. Sendo assim sete entrevistas foram realizadas. Todos os sujeitos consentiram em serem identificados pelos seus verdadeiros nomes e assinaram uma carta de cessão de direitos autorais sobre o depoimento oral.

Os roteiros de entrevistas foram divididos em dois tipos, um utilizado nas entrevistas dos estudantes que não eram membros do DAEFi ou do DCE e outro utilizado nas entrevistas dos estudantes que eram membros ou do DAEFi ou do DCE. As perguntas foram elaboradas tomando como base uma linha do tempo da campanha “RU na ESEF JÁ!” organizada após a análise dos documentos referentes à campanha.

O recorte temporal da pesquisa foi selecionado em razão da campanha “RU na ESEF JÁ!” que foi criada em 2006, pela gestão Movimento Consciência e Luta que tem suas origens na gestão Movimento, iniciada em 2004. Campanha esta que tem seu objetivo alcançado no ano de 2008 com a construção e inauguração do RU 5 no campus Olímpico.

Para responder à questão de pesquisa, este trabalho foi organizado em capítulos. O primeiro traz uma análise da conjuntura política, a lógica destrutiva do capital, a relação do Brasil enquanto um país de capitalismo dependente e os governos neoliberais e reformistas. Este mesmo capítulo aborda a Reforma Universitária, o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a assistência estudantil, no

⁴ As comunidades dos sites de relacionamento foram locais de inúmeros debates acerca da Campanha “RU na ESEF JÁ!” e um dos poucos meios onde algum tipo de oposição por parte dos estudantes era manifestado, principalmente nas comunidades da UFRGS e da ESEF/UFRGS.

⁵ Entrevistas disponíveis no acervo do CEME.

âmbito do país e, mais especificamente, da UFRGS e da ESEF. Com a finalidade de explicar a estrutura organizativa que levou o DAEFi a se tornar o dirigente coletivo da campanha, o capítulo seguinte conta a história do DAEFi, sua organização, suas relações com o Movimento Estudantil geral e da área, e o histórico das gestões. Por fim apresento a campanha em si, as ações, os atos, os bastidores, as articulações, e toda a movimentação gerada pela campanha desde seu início até a sua conclusão com a inauguração do RU no Campus Olímpico.

1 CONJUNTURA POLÍTICA: DA SOCIEDADE À UNIVERSIDADE

Para entender o problema da falta de assistência estudantil dentro da ESEF/UFRGS, o que reflete um descaso generalizado com a educação pública e os direitos sociais como um todo conforme defendem os lutadores sociais, proponho uma breve reflexão sobre a conjuntura política da época, que retrata o processo de mercadorização da educação pública no país devido, principalmente à influência dos grandes organismos econômicos mundiais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ditam as regras para os países ditos em desenvolvimento.

É importante também retratar o impacto que as políticas neoliberais têm no Brasil e na Universidade, identificando em que contexto estas foram implementadas e com quais propósitos. Outro ponto importante é identificar o papel do próprio Brasil enquanto um país de capitalismo dependente periférico e como os últimos governos atuaram para esta conjuntura, tanto de Fernando Henrique Cardoso, quanto de Luis Inácio Lula da Silva.

1.1 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A crise estrutural do capital é um período que estamos vivenciando, segundo Mézáros (2011), desde o início da década de 1970. Essa crise desencadeou as condições necessárias para que as idéias neoliberais de Friedrich Hayek ganhassem força na Europa. Estas idéias davam a entender que as origens da crise eram os sindicatos e o movimento operário de modo geral que através de suas exigências salariais faziam aumentar os gastos sociais do Estado. O neoliberalismo tem documentos escritos de 1944, pelo próprio Hayek, no texto “O Caminho da Servidão”, de acordo com Perry Anderson (2008), e surge com a intenção de acabar com o Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra. A justificativa era de que os gastos sociais prejudicavam a livre concorrência, pois estes demandam recursos do Estado que para tal necessitam a cobrança de impostos, principalmente das empresas, que acabam perdendo com este pagamento, diminuindo seus lucros e, conseqüentemente, a competitividade.

De acordo com Mészáros (2011), a crise se trata de uma crise do sistema do capital, tanto nas dimensões especulativas quanto produtivas, e não apenas especulativas como afirmam os neoliberais da terceira via. Ou seja, a crise do capital é uma crise de caráter universal, pois afeta todas as relações do capital, em proporção global e em escala de tempo permanente, ao contrário das crises anteriores que eram limitadas a grupos de países ou de duração de tempo limitada ou ainda de ordem cíclica. O modo de desdobramento da crise é descrito por Mészáros (2011, p. 3) como gradual, “desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro”⁶.

Uma das principais formas de manifestação da crise estrutural do capital é no que diz respeito ao desemprego e ao fechamento de postos de trabalho, que hoje atingem a todos os países do globo. Leher, (2010, p. 8), traz os seguintes dados: “Em fevereiro de 2009, 800 mil postos de trabalho foram fechados nos Estados Unidos (...), o desemprego japonês já está muito próximo dos 10%”, e “o desemprego mundial aumentou numa proporção que significa o maior acréscimo registrado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. Na Europa os níveis de desemprego nos países que adotaram o Euro como moeda beiram a margem dos 10%, sendo a Espanha o país com a maior taxa de desemprego com 20,7%, a Irlanda com 14,1%, Portugal com 11,1% e França com uma taxa de 10%.

A resposta destes países do bloco europeu frente à crise foi o lançamento de planos de austeridade que atacam ainda mais a classe trabalhadora, cortando direitos sociais como trazem os dados a seguir:

Na Irlanda foi anunciado o corte de 5% nos salários do funcionalismo público, juntamente com a redução de seus benefícios sociais. Na França foi anunciado um corte de gastos de US\$ 60 bilhões, juntamente com a reforma da previdência que vem estremecendo o solo francês. Na Espanha, o corte de gastos deve chegar a 8%, juntamente com um corte salarial para o funcionalismo público de 5% e os congelamentos dos salários para o ano de 2011. A Grécia anunciou o fim do bônus para os funcionários públicos, juntamente com congelamento por três anos dos salários e pensões dos mesmos, e o aumento de impostos sobre vendas de 19% para 23 %, sendo medidas adotadas em troca de um pacote de resgate do FMI de US\$ 145 bilhões. Na Alemanha o governo indicou o corte orçamentário de US\$ 100 bilhões pelos próximos quatro anos, seguido de um plano que prevê reduções de subsídios para famílias e fechamento de 10 mil cargos públicos. Na Itália foi aprovado pelo governo o corte de US\$ 31 bilhões entre 2011 e 2012, seguido de corte nos salários públicos e congelamento de novas contratações. Na Romênia a proposta de cortes nos salários do funcionalismo

⁶ A crise de 2008 representa concretamente esta afirmação.

público atingiu a marca de 25% e 15% nas aposentadorias. (PERGHER, 2011, p. 24)

Em contradição com esse corte de gastos públicos que afeta diretamente a classe trabalhadora, os governos desses países de capitalismo avançado gastaram quantias exorbitantes no sentido de salvar principalmente as instituições financeiras e as grandes montadoras que foram afetadas pela crise, destinando grandes porcentagens de seus PIB⁷ para comprar ações, financiar dívidas, e outras garantias financeiras na intenção de não deixar esses bancos e empresas falirem. Esta é uma expressão da lógica destrutiva do capital, que na intenção de salvar as grandes empresas quebra com a classe trabalhadora, arrancando-lhe os direitos sociais conquistados.

A concentração de renda, produtora da desigualdade social, fica evidente quando a fortuna somada dos seis homens mais ricos da Terra é maior que o PIB somado dos 86 países com menor PIB e que juntos somam uma população de mais de 500 milhões de habitantes. O homem mais rico do mundo, segundo a lista de 2010 da revista Forbes⁸, o mexicano Carlos Slim possui uma fortuna de 53,5 bilhões, cifra maior que o PIB de 134 países. Enquanto isso, mais de um bilhão de pessoas, segundo a FAO⁹, em outubro de 2009, se encontravam em situação de fome. Esses dados apontam para uma distribuição de renda desigual que resulta em um enorme abismo social, como fica evidente na frase de Josué de Castro que diz que a humanidade se divide em dois grupos em dificuldade: o grupo dos que não comem, e o grupo dos que não dormem, com receio da revolta dos que não comem.

Outra face evidente da lógica destrutiva do capital é a destruição dos recursos ambientais que resultarão no colapso do planeta. Segundo Leher (2010), a crise, além de econômica, é uma crise climática e ambiental, pois o sistema do capital, na perspectiva da expansão e acumulação, se apropria destrutivamente dos recursos energéticos e naturais sempre com a intenção de lucrar, pouco ligando pros efeitos colaterais de sua devastação. Essa lógica está presente quando empresas de celulose se mudam pra áreas com abundancia de recursos hídricos, e devastam o solo com a plantação de eucaliptos que secam os lençóis freáticos do subsolo; também vemos a lógica destrutiva retratada nos produtos transgênicos e na patente das sementes dos alimentos por parte das grandes empresas do agronegócio. A

⁷ Produto Interno Bruto.

⁸ www.forbes.com, acessado no dia 24 de outubro de 2011.

⁹ www.fao.org.br, acessado dia 22 de outubro de 2011.

produção de alternativas ditas ecológicas de agrocombustíveis incentiva toda uma cultura agrícola para o plantio de matéria prima utilizada para a geração de mais combustível, o que resulta numa diminuição na agricultura de alimentos. O capital não se “[...] importa se existe população passando fome; em ultima instância, o importante é manter a máquina do capital funcionando” (LEHER, 2010, p.4), independente da inevitável barbárie para qual esta lógica empurra a sociedade.

1.2 O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

Pegando como materialidade a crise da sociedade capitalista, relatada anteriormente, tenho intenção de fazer uma breve análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tomando como referência o conceito de capitalismo dependente, utilizado por Florestan Fernandes (1975), para descrever a relação da burguesia brasileira com os países imperialistas.

Para explicar como se deu esse desenvolvimento, Fernandes afirma que a integração do país à economia internacional não se dá de maneira imposta, mas sim articulada aos interesses da burguesia brasileira com os interesses políticos e econômicos dos países imperialistas, e de suas respectivas burguesias. A reprodução da dominação ideológica e exploração econômica conferida outrora pela cultura e política da Europa e, depois dos Estados Unidos, “manterá características dos ciclos econômicos anteriores, combinando formas ‘arcaicas’ e ‘modernas’ de produção que articulam a industrialização por substituição de importações e a crescente urbanização com a ordem rural vigente” (LIMA, 2009 p. 2).

Fernandes (1975) explica que o padrão de dominação externa dos países latino-americanos teve influência na velocidade do desenvolvimento do capitalismo, dividindo as formas de dominação em quatro fases que descreveremos de forma breve à partir de Florestan Fernandes (1975, p. 13-20).

A primeira fase, o antigo sistema colonial baseado na subordinação dos colonizadores às coroas espanhola e portuguesa, e a identidade de interesses entre essas coroas e os colonizadores, que resultou em uma dominação de três séculos, com exploração de trabalho escravo e do latifúndio, o que leva a compreensão do caráter antidemocrático e autoritário da burguesia brasileira.

A segunda fase é o neocolonialismo, quando as novas potências européias, como a Inglaterra, tomam lugar de Portugal e Espanha, mas não alteram o modo de produção interno das antigas colônias. Esses países conseguem reter uma maior parte dos valores do comércio externo, fator que desencadeia um desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa.

Imperialismo é como podemos chamar a terceira fase de dominação dos países da América Latina, e é também a fase de formação do capitalismo dependente. É o período em que os países de capitalismo central internalizam o controle sobre os países de capitalismo periférico através da intensificação de operações bancárias, introdução das indústrias de bens de consumo e da modernização do setor agrário refundindo o esquema da importação-exportação a fim de incluir o comércio interno na alçada de controle da burguesia estrangeira. Esta fase corresponde à difusão da Revolução Industrial, causadora da transformação no capitalismo europeu em meados do século XIX.

A quarta fase é o “capitalismo corporativo ou monopolista” ou “imperialismo total”, que pode ser vista como um desenvolvimento da terceira fase, agora denominada pelo autor de “antigo imperialismo”. A característica específica desta fase é que a dominação agora passa a ser exercida de dentro dos países periféricos. E essa dominação se estende a todos os níveis da ordem social, desde a educação, os meios de comunicação, a importação de tecnologias que prevê a inovação tecnológica, a invenção de demandas de consumo em massa e também propagação de valores burgueses.

Ou seja, os países imperialistas conseguem dominar através da ideologia e também dos organismos financeiros internacionais que transformam os direitos sociais em mercadorias, regulando assim a concepção de educação, a saúde pública e a segurança entre outras esferas. Além disso, estes países aprofundam as dificuldades para o crescimento econômico dos países latino-americanos em bases autônomas, e estimula que os interesses privados - internos e externos - estejam voltados para a exploração do subdesenvolvimento, a fim de garantir sua lucratividade principalmente dos países centrais.

Partindo deste padrão dependente de desenvolvimento, os países de capitalismo central são impulsionados a realizarem uma incorporação dos países periféricos subordinando-os ao imperialismo através da exploração das matérias-primas destes países, da disputa pelo mercado que esses países representam para investidores estrangeiros e também da necessidade de sobrevivência do capitalismo frente à organização da classe trabalhadora e dos movimentos socialistas. Sendo assim, este “novo imperialismo”, como denomina

Fernandes (1975), resulta em introdução de tecnologias socialmente inúteis que contribuem para o crescimento da pobreza e aumentam a exploração dos recursos econômicos já escassos e também auxilia na modernização de estrutura de poder, privilégios arcaicos e anti-sociais, conforme já explicitado no sub-capítulo anterior.

De acordo com Fernandes a articulação de elementos políticos, como a exploração das massas trabalhadoras e a associação da burguesia com a oligarquia agrária interna e com o capital internacional, foi a consolidação do capitalismo dependente no Brasil. Ou seja, todo o excedente econômico da burguesia nacional tem que ser repartido com a burguesia internacional, e esse padrão dual de acumulação, identificado pelo autor, é alcançado às custas da classe trabalhadora, “que é submetida a mecanismos de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalista” (FERNANDES, 1975, p.45). As elites nacionais tentam se adaptar, tanto às pressões externas sofridas pela elite das potências dominantes, quanto às pressões internas provocadas pela classe trabalhadora, que sofre com o ônus da expropriação externa de excedente econômico através de mecanismos de dominação e relações econômicas pré-capitalistas.

O imperialismo e o capitalismo dependente podem ser considerados duas faces do mesmo projeto de dominação burguês, sob a forma do capitalismo monopolista. Não devemos ver esse projeto de capitalismo dependente como uma fase pré-capitalista rumo a um desenvolvimento até o capitalismo completo ou autônomo, mas sim como um sistema constituído e com a sua própria lógica econômica, na qual a dependência e o padrão dual de acumulação são a substância do processo e onde todas as classes sociais sofrem limitações, pois, essa dependência externa atrofia a base do desenvolvimento. Portanto Florestan Fernandes indica que a maneira mais adequada de solucionar os problemas causados por essa dependência é a da “explosão popular” através da revolução socialista contra a ordem. Portanto esta revolução contra a ordem, para Florestan, é uma revolução anticapitalista e antiburguesa e que representa a ruptura com a dependência e com o subdesenvolvimento, colocados pela sociedade capitalista, e objetivando a superação da mesma através da construção do socialismo, que para o autor, são tarefas que só podem ser realizadas pela classe trabalhadora.

1.3 GOVERNO FHC

Fernando Henrique Cardoso é eleito em 1994, na maré da “salvação” que o plano Real elaborado por ele mesmo enquanto Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, deu na economia brasileira principalmente em relação à inflação. Este governo foi caracterizado por uma onda de privatizações das empresas estatais e a retirada dos direitos sociais dando continuidade a implementação do neoliberalismo que foi iniciada nos governos anteriores de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco. Além disso, outra marca do governo FHC foi a constante e violenta repressão contra os movimentos sociais que resultou em atos de brutalidade como os Massacres de Eldorado dos Carajás - PA e de Corumbiara-RO, onde, respectivamente, dezenove e onze trabalhadores rurais sem-terra foram brutalmente assassinados, todos ligados ao MST¹⁰. Esses assassinatos que ocorreram entre 1995 e 1996 deixaram evidente a conivência do governo FHC com esses atos de atrocidade e com a criminalização dos movimentos sociais que representam os setores de esquerda (PERGHER e NISHIMURA, 2007, p. 7).

Durante os dois mandatos de governo FHC, 133 empresas estatais foram privatizadas com a justificativa de utilizar a verba para sanar a dívida pública interna e externa. Isso não ocorreu, pois quando assumiu a presidência a dívida, interna e externa, encontrava-se na casa de R\$ 153,4 bilhões, e no final do seu mandato, em 2002, a dívida era de R\$ 684,6 bilhões¹¹. Nessa onda de privatizações foram vendidas empresas como a Telebrás e a Vale do Rio Doce, esta última sendo negociada por três bilhões de reais, valor recuperado por seus novos donos a partir de seus lucros em menos de um ano, pois a companhia lucrou 6,1 bilhões de reais só no primeiro semestre¹². Além da privatização das estatais, houve um avanço do capital estrangeiro no país, com estes comprando 650 empresas privadas no período de 1994 a 1998¹³.

O ataque a classe trabalhadora ficou evidente quando da privatização da previdência social, onde os direitos trabalhistas, como apontado anteriormente, são sempre riscados do

¹⁰ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹¹ www.consciencia.net/brasil/03/cardoso.html, acessado no dia 23 de outubro de 2011.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*.

orçamento do Estado com a justificativa de cortar gastos, na contramão dos grandes incentivos e investimentos para o setor privado promovidos pelo governo neoliberal de FHC.

Esse desmonte do setor público promovido por Fernando Henrique Cardoso incentivou o avanço da iniciativa privada em setores como saúde, segurança e educação, todos direitos sociais, que a partir de então foram tratados como bens e serviços, não mais sendo um papel do Estado garantir estes direitos, mas pelo contrário, forçou a precarização do serviço público para justificar a privatização destes setores.

A reforma da gestão pública, comandada pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser, serviu para diminuir os gastos do Estado para somente o necessário (CISLAGHI, 2010, p. 89). Esta reforma previa a transferência para o setor privado das atividades que poderiam ser controladas pelo mercado, além de descentralizar para o setor público não-estatal, serviços que não envolviam o exercício de poder do Estado, mas que deveriam ser subsidiados pelo Estado, como o caso da educação, saúde, cultura e pesquisa científica, como consta no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, MARE, 1995).

O termo serviços contrapõe as conquistas sociais de direitos e abre espaço para a atuação de ONG¹⁴, empresas familiares, amigos da escola, e outras Organizações Sociais que vem para cumprir o papel das Instituições Sociais, com a argumentação de que essas poderão atender melhor às demandas da sociedade. Peroni nos alerta de que o Estado continuará a financiar os serviços sociais, porém quem vai controlar política e ideologicamente estes serviços serão organizações públicas, não-estatais (PERONI, 2007).

O início da reforma do ensino superior brasileiro está intimamente ligado às recomendações dos organismos internacionais do capital (BM, FMI, etc.), e as propostas para a reforma do ensino superior brasileiro ficaram a cargo neste momento, dos governos neoliberais da década de 90, Itamar Franco, Collor e FHC.

Visando a formação de mão-de-obra qualificada, porém sem conhecimentos ampliados, o BM começou a atuar na área da educação, principalmente no ensino técnico e no ensino superior. Esta atuação se dá a partir do momento em que faz com que países endividados adotem suas políticas de privatização de empresas públicas, abrindo seus mercados de produtos e de serviços para o capital estrangeiro, em troca de empréstimos específicos. (SIQUEIRA, 2004).

¹⁴ Organizações Não-governamentais.

A legitimação de universidades exclusivamente de ensino, como acontece com as instituições privadas, se deu através do decreto 2306/97, onde FHC promove a supressão do tripé de indissociabilidade - ensino, pesquisa e extensão - que distingue as instituições universitárias dos centros universitários (LEHER, 1999, p. 10).

O Projeto de Lei 282/95 que previa a obrigatoriedade do pagamento de mensalidades nas universidades públicas federais, criado pelo deputado Antonio Jorge do PRP, foi barrado pela pressão do movimento de estudantes, de professores e técnico-administrativos.

Os freqüentes ataques deste governo neoliberal resultaram na criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FONDEP), que aglutinou na luta diversos setores da esquerda que defendiam a educação pública e de qualidade. O FONDEP alcança resultado na luta em defesa da escola pública e consegue barrar algumas das medidas privatistas propostas por FHC, através de greves e manifestações dos setores universitários que, de acordo com Nishimura, “na identificação de um inimigo comum, fortaleceram a unidade em defesa da universidade pública” (NISHIMURA, 2011, p. 27).

1.4 GOVERNO LULA

O presidente Lula chega ao poder em 2003, carregando consigo a esperança de alguns setores da esquerda brasileira e um grande apelo popular, por se tratar de um operário que chegou ao poder. Mas antes mesmo de assumir, Lula e o PT rompem com a classe trabalhadora¹⁵ e dão continuidade ao projeto neoliberal de FHC, implementando as reformas do estado com muito mais facilidade que seu antecessor, pois não encontrava grande resistência em movimentos sociais que outrora se colocavam enquanto oposição a estes ataques à classe trabalhadora.

O enfraquecimento na mobilização dos movimentos sociais de oposição se deu através da cooptação de entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tem uma direção atreladas a partidos que compõem o governo, e que na maioria das vezes se calam perante a retirada dos direitos sociais em troca de cargos em ministérios ou de polpidos incentivos financeiros para as entidades.

¹⁵ A Carta aos Brasileiros é o exemplo concreto desta afirmação.

Ainda assim não se caracterizam como entidades que se retiraram da luta, mas pelo contrário, ao defenderem as reformas do estado promovidas pelo governo Lula, estas entidades se colocam na luta, mas em favor da classe dominante, se tornam entidades falidas que aglutinam lutadores em defesa de um projeto neoliberal e que sufocam a classe trabalhadora.

Um exemplo desta traição da classe é a caravana organizada pela UNE que ocupou reitorias das universidades federais, com recursos do governo, pra apoiar a implantação do REUNI nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ainda sobre a UNE, a mesma se atrela economicamente ao governo Lula, com cifras significativas: de 2003 até 2010 a entidade recebeu mais de 12 milhões de reais de órgãos do governo federal, isso sem contabilizar o repasse de dinheiro de empresas estatais como Petrobrás e Banco do Brasil. Não bastando, no dia 20 de dezembro de 2010, o governo retirou dos cofres públicos R\$ 44.600.000,00 (quarenta e quatro milhões e seiscentos mil reais) e destinou para a reconstrução da sede da UNE.

A venda da UNE fica evidente no 58º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (CONEG), realizado na UFRJ em que dois dias antes de iniciar o mesmo, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o projeto (PLS 19/10) enviado ao Congresso pelo Presidente que liberaria até 30 milhões de verba federal destinados à reconstrução da sede da UNE. A principal discussão neste conselho, proposta pela direção da entidade, era se declararia apoio ou não à candidata à sucessão do Governo Federal, Dilma Rouseff.

Essa venda fica constatada não só em forma de troca de votos, mas também em apoio como a já citada caravana em defesa do REUNI durante a onda de ocupações das universidades em 2007, e o “Fica Lula”, quando do estouro do escândalo do “mensalão” momento onde mais havia pressão popular sobre o governo Lula.

Fica claro que Lula deu continuidade ao projeto neoliberal de FHC e seguiu as orientações dos organismos multilaterais para a educação no ensino superior no Brasil quando aprova a Reforma Universitária à conta-gotas tentando também aprovar o PL 7200/06, e outros pontos aprovados em fatias além do REUNI. A maneira como Lula implementou a Reforma Universitária para além da conformação do que era oposição antes, foi distinta de FHC, pois este se utilizava de Projetos de Lei para a implementação da mesma. Já Lula implementa a Reforma Universitária à conta-gotas através de Decretos e Medidas Provisórias implementadas por ele mesmo.

Para entender a lógica destrutiva da reforma universitária, necessitamos destrinchar cada ponto dela e fazer a relação com os preceitos neoliberais que é de onde se origina a intencionalidade de cada um dos pontos. Outro fator importante para entendermos o contexto em que estes pontos são aprovados, é atentarmos para as datas de suas aprovações, a maioria durante o período de férias escolares onde se tem pouco movimento nas universidades, o que enfraquece a articulação de qualquer movimento de oposição.

Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, Parceria Público-Privada, que regulamenta a abertura das Instituições de Ensino Superior para a entrada de empresas que com seus projetos e programas direcionam o conhecimento produzido dentro da universidade utilizando a estrutura pública e mão de obra barata, como bolsistas, por exemplo. Outro fator que fica evidenciado é a subordinação da pesquisa, aos interesses do mercado, já que o controle ideológico estará sendo realizado pelas empresas privadas. Essas parcerias se tornam freqüentes a partir do momento em que o repasse de verbas para as IFES estão cada vez mais escassos, o que força as universidades buscarem recursos em outras fontes, comprometendo a sua autonomia intelectual, política e financeira.

Lei nº 10.973, de 30 de dezembro de 2004, Lei de Inovação Tecnológica, que incentiva a inovação de tecnologias dentro das universidades. É importante atentar que o termo inovação é relacionado ao papel do país na produção mundial, ou seja, o Brasil como um país de capitalismo periférico dependente, conforme já vimos anteriormente, cumpre a função de apenas inovar tecnologias criadas nos países de capitalismo central. Um exemplo disto é a produção de carros, onde países como França, Alemanha e Japão projetam carros que são fabricados em território brasileiro. Outra diferença é que em países mais desenvolvidos industrialmente as inovações são produzidas 80% à 90% dentro das empresas (LEHER, 2010). No Brasil, o governo quer subsidiar os custos de pesquisa e desenvolvimento que as empresas teriam através da lei de inovação tecnológica, deslocando essa atribuição para as universidades onde a força de trabalho é mais barata.

Um caso concreto da lei de inovação tecnológica é a criação do Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, “espaço destinado à implantação de empresas nos campi da UFRGS” (UFRGS, 2010, apud NISHIMURA, 2011, p. 30) que foi recentemente aprovado. A abertura de um parque tecnológico dentro das universidades faz o papel destas ser questionado, afinal “qual é a função social da universidade na sociedade? Desenvolver as

empresas ou melhores condições de vida para a população? Ser referenciada no capital ou no trabalho?” (NISHIMURA, 2011, p. 30)

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, Programa Universidade para Todos – PROUNI, que disponibiliza bolsas de estudos para estudantes de baixa renda dentro de instituições privadas. O PROUNI vem para afirmar a precarização do público em favor do privado, quando o governo, ao constatar através do MEC que 37% das vagas nas universidades particulares não eram preenchidas, cria o Programa que vem para salvar as instituições privadas, pois em troca destas vagas ociosas destinadas para o governo, as instituições recebem isenção de impostos, e dívidas tributárias que as mesmas possuem com o governo. Com o que o governo deixa de arrecadar em isenção fiscal, poderia criar três novas vagas em uma universidade pública a cada vaga ociosa que ocupa em uma universidade privada (ANDES, 2004, p. 56)

Este programa ataca a educação pública e de qualidade de diversas maneiras, primeiro quando o governo deixa de arrecadar verbas que poderiam ser destinadas à educação, segundo quando fortalece as instituições privadas, salvando-as de um endividamento e por fim, ajudando na expansão do capital privado sobre a educação, se em 1960 as vagas em universidades públicas chegavam a 81%, hoje essa lógica já se inverteu, e as vagas em universidades privadas já alcançam 80%, e a educação no Brasil representa um lucrativo negócio, perdendo o caráter de direito social e se tornando um serviço prestado por cada vez mais instituições privadas dobrando o encargo no bolso do trabalhador que além de pagar os impostos referentes ao direito, precisa pagar pelo serviço privado.

Lei nº 10.861, de abril de 2004, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que avalia a estrutura das instituições, dos cursos e também avalia os estudantes, através do ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes. Este exame carrega muitas características do antigo “Provão” do governo FHC, pois premia as instituições com as melhores notas e pune as que tiram menores notas através da distribuição de verbas. De cara nos deparamos com uma lógica inversa, as universidades que tiram as notas menores deveriam ser contempladas com maiores investimentos a fim de melhorar o nível do ensino. Porém se formos analisar mais a fundo, vemos que o exame fere o princípio de avaliação, pois “avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los” (ANDES, 2003, p. 59).

O ranqueamento das universidades promovido pelo ENADE favorece as instituições privadas, que divulgam amplamente os resultados da prova como se fosse um indicador de qualidade, sem levar em consideração as condições que influenciaram as notas. Ao oferecer bolsas para os melhores colocados, o ENADE acirra as relações criando um ambiente de competição entre os estudantes e dando um caráter meritocrático para a prova, o que não deveria ser a prerrogativa de uma avaliação. O ENADE não leva em consideração as particularidades do ensino de cada região, ao aplicar uma mesma prova para todo o país, hegemonizando o conhecimento a ser avaliado, tirando a liberdade das instituições. O resultado é mascarado, pois algumas universidades realizam aulas “pré-ENADE” para alcançar melhores notas, além do que passam a ensinar de acordo com o conteúdo das provas, deixando a formação dos estudantes ser balizada por uma avaliação externa. Passa por cima da autonomia das universidades quando ameaça de não dar o diploma para os estudantes que não fizeram a prova, desrespeitando as avaliações realizadas nas universidades.

1.5 REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) cumpre o papel de continuar com a precarização do ensino superior, além de carregar uma lógica de expansão sem qualidade e um conjunto de metas a serem cumpridas pelas IFES.

No cenário de escassez de repasse de verbas, visto anteriormente, o governo Lula elabora o REUNI, visando o “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). Por trás desta proposta de uma melhor organização e administração das universidades, existe a falta de recursos, essa lógica de expansão resulta na intensificação e na precarização do trabalho docente, no apressamento da formação, e na falta de estrutura física nas universidades, pois, na aparência, de acordo com Shin Pinto Nishimura, “o REUNI aparece como um novo fôlego aos anos de escassez de novos recursos para as IFES, mas [...] o repasse de verbas está condicionado ao cumprimento de metas” (NISHIMURA, 2011, p. 33). Essas metas são centralmente a elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90% e o aumento da proporção de estudantes por professor para 18:1. Outras diretrizes do programa são:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III- revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; VI – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (CISLAGHI, 2010, p. 150)

No sentido implícito dessas diretrizes temos algumas possibilidades que contribuem para a precarização, que nos aponta Cislghi: transferência de alunos das instituições privadas para as públicas (inciso II), aumento da utilização do EAD (ensino à distancia) (inciso III) a criação dos bacharelados interdisciplinares, divididos em ciclos básicos de conhecimento (inciso IV) e as bolsas de docência para alunos de pós-graduação (inciso VI).

A precarização do trabalho docente fica evidenciada neste ultimo inciso, pois sob a argumentação de utilizar melhor os recursos humanos, cria as bolsas REUNI, obrigando os alunos de mestrado e doutorado *stricto sensu* a ministrarem uma disciplina de até 30 horas semanais por semestre que estiver recebendo a bolsa, delegando tarefas de ensino para pesquisadores em formação.

O aumento da proporção de estudantes para professor de 11:1 para 18:1, vem neste mesmo sentido de intensificar o trabalho docente, sobrecarregando os professores, causando o inchaço de turmas o que prejudica o ensino. Esse aumento muitas vezes se dá através da ampliação de vagas, onde coloca estudantes para dentro da universidade sem garantir a estrutura básica necessária para a permanência dos mesmos (NISHIMURA, 2011, p. 35).

O banco de professores-equivalente vem dentro do bojo do REUNI, quantificando o numero de docentes de cada universidade, de acordo com um critério de equivalência, onde cada docente com dedicação exclusiva vale 1,55 pontos e docente 20h vale 0,5. Os professores substitutos equivalem 0,4 ou 0,8 pontos, respectivamente se cumprem 20 ou 40 horas. A contratação de professores pelas IFES agora se dá dentro do limite imposto pelo banco de professores-equivalentes e possibilita, por exemplo, a contratação de três docentes de 20 horas ao invés de um de dedicação exclusiva, conseguindo maior carga horária para o

ensino, pois o docente de dedicação exclusiva deve dividir seu tempo entre ensino, pesquisa e extensão. Já os docentes de 20 horas, que por não serem contratados em regime de dedicação exclusiva, não se envolvem em projetos de extensão ou de pesquisa, voltando suas horas de atuação apenas para o ensino, o que termina com a lógica da indissociabilidade do tripé universitário que consta na Constituição brasileira. O banco de professores equivalentes ainda abre margem pra ampliação da contratação de professores substitutos o que desonera a universidade com gastos de aposentadoria ou benefícios futuros que são direitos garantidos para os professores efetivos (CISLAGHI, 2010, p. 126).

Outro aspecto presente no REUNI, é a abertura de novos cursos de graduação, sendo que alguns deles são considerados ênfases de cursos já existentes, como cursos de Dança e História da Arte, ou então são cursos que não são socialmente referenciados, voltados apenas para atender as demandas do mercado de consumo, um exemplo, o curso de Cosmetologia. Ainda nesta lógica, muitos dos cursos já existentes tiveram abertura de modalidades noturna. A criação de cursos no turno da noite acontece, muitas vezes, sem a contratação necessária de funcionários para manter o funcionamento da universidade durante o turno da noite.

Existe ainda outro caso de abertura de novos cursos, que é a criação de Bacharelados Interdisciplinares (BI) que propõe “implantar uma formação em ciclos nas universidades brasileiras [...] em um contexto marcado pela expansão das matrículas na educação superior” (BRASIL, 2010), e está dentro do projeto Universidade Nova, impulsionado pelo professor Naomar Monteiro de Almeida Filho (reitor da Universidade Federal da Bahia), que cita o REUNI como um dos pontos a serem seguidos para a expansão universitária. Os Bacharelados Interdisciplinares fazem parte da “nova arquitetura curricular” (CISLAGHI, 2010, p. 153) e pressupõe a divisão da formação entre ciclos básicos e ciclos profissionalizantes.

De acordo com o documento do MEC¹⁶, elaborado em julho de 2010 pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC No. 383, de 12 de abril de 2010, que sistematiza a proposta dos BI, o ciclo básico seria uma graduação de natureza geral, em nível superior, com direito à diploma em um dos 4 BI (Artes, Humanidades, Ciência e tecnologias, e Saúde) que possibilita o prosseguimento dos estudos no ciclo profissionalizante ou então na pós-graduação. Na prática estes estudantes saem formados no primeiro ciclo como “bacharéis em nada” (NISHIMURA, 2011, p. 33) e após passam por um funil meritocrático, pois a

¹⁶ Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares.

progressão para o segundo ciclo é pautada no rendimento e no desempenho do estudante durante o primeiro ciclo.

O apressamento da formação é mais um fator acarretado pelo REUNI a partir da elevação para 90% da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais. Essa taxa é obtida através da média entre os diplomados em determinado ano e o número de vagas ofertadas cinco anos antes. Para atingir os 90%, as alternativas que constam nas diretrizes do REUNI é a mobilidade estudantil, flexibilização dos currículos e uso de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo de tecnologias de apoio à aprendizagem. As referidas alternativas se traduzem na prática em transferência de alunos de universidades privadas para públicas, cursos de menor duração com conhecimento fragmentado e substituição de aulas presenciais por modalidades EAD.

O cumprimento das metas do programa não garante o recebimento das verbas, pois conforme o artigo 3, § 3º no Decreto nº 6.096/2007 “o atendimento aos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC” (BRASIL, 2007) deixando apenas a promessa de repasse, sem nenhuma garantia.

1.6 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Tomando como base o Plano Nacional de Assistência Estudantil, faço uma análise da atual situação das políticas voltadas à assistência estudantil no país em âmbito geral, e em âmbito local, tomo por base dados da gestão da Secretaria de Assistência Estudantil da UFRGS (SAE) fazendo uma síntese das políticas de assistência estudantil na UFRGS, tomando principalmente o caso do auxílio à alimentação.

1.6.1 Assistência Estudantil: Âmbito Geral

A assistência estudantil é um conjunto de idéias que norteiam as políticas voltadas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, perspectivando “inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (Doc. UFU - Proposta de Resolução apud

FONAPRACE, 2007, p. 1), a fim prevenir evasão ou repetência decorrentes de condições financeiras precárias.

Segundo Costa (2010), a primeira ação na intenção de prestar assistência aos estudantes universitários brasileiros foi a criação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, no ano de 1928, durante o governo de Washington Luís, que era responsável pela construção e manutenção da casa, através do repasse integral de verbas para estes fins.

Em 1931 acontece a primeira tentativa de regulamentar a política de assistência estudantil, através da Reforma Francisco Campos. O artigo 157 da Constituição Federal de 1934 estabelecia o repasse de verbas para auxiliar estudantes necessitados por meio do fornecimento de material escolar, bolsas de estudos, assistência dentária e alimentar.

Outra manifestação importante de assistência estudantil, de acordo com Costa, foi a criação da Casa do Estudante do Brasil. Criada na década de 30 no Rio de Janeiro, consistia em um casarão com três andares e um restaurante popular, freqüentado por estudantes carentes e membros da comunidade. A casa passou a receber grandes doações do governo federal somente no governo Vargas, que buscava o apoio político dos estudantes universitários. A Casa do Estudante do Brasil era a sede administrativa da UNE, criada em 1937, e se responsabilizava pela administração das políticas de assistência estudantil.

Em 1962, a UNE debate as questões relacionadas à assistência estudantil durante o II Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba onde lança a Carta do Paraná, que levantou pontos como a criação de gráficas universitárias, assistência médica, assistência habitacional e o aumento do número de restaurantes universitários.

O governo federal criou no ano de 1970 o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que era um órgão responsável pela manutenção de políticas de assistência estudantil para a graduação em todo o país, principalmente aos programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológico. Este órgão era vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e foi extinto nos governos posteriores.

Com a redemocratização do país na década de 70 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência estudantil deixa de ser sanada apenas por medidas isoladas e com poucos recursos, de caráter emergencial, e passa a ser garantida como um direito, como consta a nova constituição:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III – Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV – Gratuidade do ensino público em instituições oficiais;
 - V – Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
 - VI – Gestão democrática do ensino público na forma da lei;
 - VII – Garantia de padrão de qualidade.
- (BRASIL, Constituição, 1988)

Coincidindo com essa fase, temos a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 1987. Com isso se amplia o debate sobre a assistência estudantil, com a articulação das universidades públicas no objetivo de estabelecer políticas nacionais para o acesso, permanência e conclusão dos cursos de estudantes de baixa renda.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) elaborado pelo FONAPRACE em 2007 foi adotado pelo MEC como uma política ser seguida para a assistência estudantil objetivando a permanência dos estudantes na universidade. Como justificativa para o PNAES, o documento faz uma ressalva, de que as IFES devem atender aos estudantes das camadas econômicas inferiores. Conforme pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, esta camada social representa a maior parcela dos estudantes, contrariando o que chama de “senso comum”, que idealiza as universidades públicas como instituições freqüentadas predominante por uma elite econômica. Aqui já encontramos uma contradição acerca da assistência estudantil, em que a lógica do governo é demandar a mesma para uma exclusiva parcela menos favorecida que entra na Universidade, quando na realidade deve ser um direito assegurado aos estudantes como um todo.

O documento do PNAES aponta para o incentivo ao investimento em indicadores referentes à permanência, como moradia, alimentação, saúde, transporte e creche. O projeto ainda traz dados referentes à importância dos seguintes pontos: casa do estudante, já que cerca de 30% dos estudantes das universidades federais saem do seu contexto familiar, no entanto apenas 2,4% dos estudantes têm acesso às moradas estudantis; Restaurantes Universitários,

que são freqüentados por 25% dos estudantes; Transporte Coletivo é utilizado por 60% dos discentes.

O fator referente ao desempenho acadêmico também foi levado em consideração para ser aperfeiçoado através de: distribuição de bolsas, estágios remunerados, cursos de língua estrangeira, inclusão digital, acompanhamento psicopedagógico e incentivo à participação de movimentos sociais. O fator esporte, lazer e cultura e o fator assuntos da juventude são contemplados com o acesso à informação referente às manifestações artísticas e culturais, prática de esportes para recreação e lazer, orientação profissional, meio ambiente, política, ética e cidadania, sexualidade, dependência química e prevenção à fatores de risco (FONAPRACE, 1997).

Partindo dessa concepção de assistência estudantil trazida pelo PNAES agora analisaremos a situação atual das políticas voltadas para atender as demandas estudantis na UFRGS.

1.6.2 Assistência Estudantil na UFRGS

Para atender os assuntos relacionados à assistência estudantil, foi criada no ano de 2001, a SAE, sigla que então significava Secretaria de Assuntos Estudantis. Esta nomenclatura é alterada para Secretaria de Assistência Estudantil, em 2008, com a entrada da atual gestão. Anteriormente as questões relacionadas ao corpo discente da universidade eram tratadas pela Superintendência de Assuntos da Comunidade Universitária - extinta em 2000 - por questões de ordem administrativas.

Na atual gestão, a SAE foi dividida em departamentos que tem funções definidas e competências específicas. Esta reestruturação administrativa foi realizada com o intuito de viabilizar a eficácia e o tratamento que é oferecido na assistência proposta pela Universidade. O objetivo da Secretaria é desenvolver a integração entre os estudantes na Universidade e um melhor desempenho acadêmico, no entanto as principais ações da SAE são voltadas para atender as necessidades de ordem econômica dos estudantes, já que esse é o principal fator responsável pela evasão e repetência.

A SAE ainda é responsável pela coordenação dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios; pela administração das Casas dos Estudantes e dos Restaurantes Universitários;

pela gerência da Colônia de Férias de Tramandaí e do Centro de Lazer de Capão Novo; pelo repasse de verbas e apoio logístico para os Diretórios e Centros Acadêmicos; por conceder bolsas para os estudantes com carência de recursos econômicos.

De acordo com Costa (2010), as ações assistenciais da SAE podem ser divididas em diferentes áreas: Apoio Financeiro, Apoio Psicológico, Apoio ao Aprendizado e à Formação Universitária, Apoio a Programas Especiais, e Auxílio nas Necessidades Especiais.

Algumas destas ações são concedidas apenas para estudantes que possuem benefício SAE. Este benefício é concedido apenas para estudantes que comprovem baixa renda após preencher um pré-cadastro e um cadastro socioeconômico no site da UFRGS, entregar uma carta de apresentação e cópias de documentos como carteira de identidade, carteira de trabalho, certidão de nascimento, óbito ou divórcio de membros da família, declaração de rendimentos de todos os integrantes do grupo familiar, comprovação de residência, comprovante de matrícula dos demais membros estudantes do grupo familiar, entre outros documentos exigidos em situações especiais¹⁷.

Como as principais ações da Secretaria estão voltadas para a área de apoio financeiro, e dentre elas o Restaurante Universitário, tema central deste estudo, será neste setor que vamos aprofundar, para entender a relação das políticas de assistência estudantil oferecidas pela Universidade e a ausência de algumas destas políticas para os estudantes do campus Olímpico.

(a) Assistência à Moradia

A UFRGS dispõe de três¹⁸ Casas dos Estudantes voltadas para atender alunos oriundos do interior do Rio Grande do Sul ou de outras regiões do Brasil e que tenham dificuldades de manter uma residência em Porto Alegre. O critério de seleção é o fator sócio-econômico, tendo prioridade estudantes carentes, sendo assim as despesas da Casa como gás, luz e água são gratuitas.

¹⁷ Disponível em <https://www1.ufrgs.br/AssuntosEstudantis/Beneficios/Solicitacao/Paginas/Visao/solicitacaobeneficios.php> acessado em 22/10/2011.

¹⁸ Estas casas de estudantes que tratamos dizem respeito as sob responsabilidade da SAE existindo outras casas que atendem alunos da UFRGS como a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUCA).

Cerca de 590 estudantes são atendidos pelas Casas, distribuídos nos 271 apartamentos oferecidos em três diferentes campi. Cada Casa conta com lavanderias, bibliotecas, laboratório de informática, cozinha e banheiros comunitários e sala de convivência. A Casa do Estudante da Universidade (CEU) fica localizada no centro da cidade, em frente ao campus central, e é a maior das três Casas, contando com 204 dormitórios que atendem 393 moradores, tendo sido inaugurada em 1971. Nas proximidades do campus do Vale e das faculdades de Veterinária e Agronomia foi inaugurada em 1960 a Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV). A CEFAV possui hoje capacidade para 104 estudantes. A menor das Casas, a Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS) foi fundada em 1950, mas foi transferida para o atual prédio em 1977, e fica no campus da Saúde, contando com 42 moradores.

(b) Assistência Médico-Odontológica

O atendimento médico-odontológico é oferecido apenas para os estudantes da Universidade que possuem benefício da SAE. Estes estudantes podem marcar atendimentos ambulatoriais nas especialidades de dermatologia, endocrinologia e odontologia. Esses atendimentos devem ser encaminhados por um clínico geral consultado anteriormente, e devem ser marcados no primeiro dia útil de cada mês diretamente no Departamento de Atenção à Saúde.

O programa Qualidade de Vida, com caráter preventivo, também é promovido pela SAE em parceria com a Divisão de Assuntos da Comunidade Acadêmica, e visa conscientizar sobre uma vida saudável com o atendimento multidisciplinar, combatendo o tabagismo dentro da universidade, o uso de álcool e outras drogas, orientação nutricional e outros assuntos relacionados à saúde e qualidade de vida abrangendo não só os estudantes, mas a comunidade acadêmica em geral.

(c) Transporte

Desde 2008 a SAE, no início em caráter experimental e depois em 2009 em caráter efetivo, oferece o auxílio transporte. Esse auxílio consiste em uma bolsa no valor de 50

passagens escolares, ou seja, metade do preço da passagem integral. O benefício é oferecido para os moradores da Casa do Estudante, ou moradores da região metropolitana de Porto Alegre, com exceção da capital. Os 581 estudantes que são contemplados com o auxílio transporte recebem mensalmente o valor do benefício em depósito em agências do Banco do Brasil.

(d) Auxílio Creche

O auxílio creche corresponde a um repasse financeiro no valor de R\$ 75,00 mensais para um dos responsáveis legais que tenha a guarda da criança até três anos de idade e possua benefício SAE. Oferecido desde 2009, cerca de 10 estudantes somente procuraram o benefício.

(e) Benefício Financeiro

A SAE tem três modalidades de bolsas oferecidas para os estudantes da graduação, são elas: Bolsa Permanência, Bolsa Reuni e Bolsa Treinamento.

As duas primeiras modalidades são destinadas para alunos com o benefício SAE após a avaliação sócio-econômica. Os alunos bolsistas destas modalidades devem trabalhar em um dos setores da UFRGS em funções administrativas, e as bolsas correspondem a uma contrapartida financeira no valor de R\$ 380,00.

Somando estas duas modalidades, em 2009, segundo dados da SAE, cerca de 800 bolsas foram oferecidas através do Mural de Bolsas do Portal do Aluno, sendo que 710 vagas foram ocupadas. O principal fator para a não ocupação de todas as vagas é de que nem todos os candidatos preenchem os requisitos da SAE, dentre eles um bom aproveitamento acadêmico e comprovação de baixa renda, concorrendo então à outras modalidades de bolsas, como a bolsa treinamento, por exemplo.

A bolsa treinamento é destinada aos alunos da graduação que tenham um bom desempenho acadêmico, porém não exige que estes tenham benefício SAE, ou seja, não precisam comprovar baixa renda familiar.

Cabe ressaltar que a UFRGS também disponibilizou entre o primeiro semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011 um auxílio referente ao material didático, no valor de R\$ 120,00, podendo ser utilizado para a compra de materiais didático, presentes na lista feita pela COMGRAD de cada curso. Porém no segundo semestre de 2011 o auxílio não foi concedido sem uma justificativa para os estudantes da universidade.

(g) Auxílio Alimentação

O auxílio alimentação tem um caráter relevante para a permanência do estudante na Universidade, tanto pelo aspecto econômico como pelo aspecto nutricional, pois garante uma alimentação nutritiva a um baixo custo para os estudantes. Outro fator relevante é a possibilidade de o estudante permanecer no campus durante os estudos, sem ter que realizar grandes deslocamentos durante o horário das refeições.

A UFRGS dispõe hoje de cinco restaurantes universitários, que oferecem refeições para os alunos ao preço de R\$ 1,30, ou R\$ 0,50 para estudantes carentes com benefício SAE. Professores e funcionários também podem fazer refeições nestes restaurantes a preços diferenciados. O cardápio é elaborado por nutricionistas e é o mesmo para todos os RU. Até o dia 22 de agosto de 2011, de acordo com o site do DAEFi¹⁹, os únicos RU que serviam janta eram o RU1, o RU2 e o RU3. A partir desta data o RU5 passou a servir janta atendendo as reivindicações dos estudantes do Campus Olímpico.

Todos os RU da universidade são identificados por um número e ficam situados próximo de algum dos campi da UFRGS: RU1 no Campus Centro; RU2 no Campus Saúde; RU3 no Campus do Vale; RU4 na Faculdade de Agronomia; e o RU5, que foi inaugurado em 2008, no Campus Olímpico.

Dos campi da Universidade em Porto Alegre, apenas o campus Olímpico não dispõe de uma residência para atender os estudantes provenientes de outras cidades e que representam um grande número da comunidade esefiana. Alguns destes estudantes conseguem ser contemplados pela CEU, que fica localizada no centro da cidade, obrigando os estudantes a se deslocarem cerca de 40 minutos para chegar até o Campus Olímpico.

¹⁹ www.daefi.wordpress.com/2011/08/25/ru-da-esef-serve-janta-mais-uma-conquista-dos-estudantes/, acessado em 23 de agosto de 2011.

O auxílio transporte no valor de 50 passagens não consegue atender aos estudantes que tem aulas em mais de um campus, como no caso dos estudantes da ESEF, que por algumas vezes têm aulas no Campus Olímpico, no Centro e no Campus do Vale, gastando passagens além do deslocamento de casa até a universidade, mas também no deslocamento entre os campi. Essa situação poderia ser resolvida através da implantação de uma linha inter-campi que fosse gratuita para os estudantes e passasse por todos os campi da universidade, proposta esta realizada durante o V Congresso de Estudantes da UFRGS que aconteceu este ano, e aprovada na sua plenária final.

O auxílio creche oferecido pela universidade poderia ser facilmente suprimido desde que a reitoria atenda a uma das reivindicações de tempos dos estudantes, que é a abertura da creche da UFRGS para os filhos dos mesmos. Hoje a creche da universidade apenas atende aos filhos de professores e servidores, negligenciando atendimento aos filhos dos estudantes, que por muitas vezes não tem onde deixar seus filhos, e acabam por largar os estudos. Além do que, o valor de R\$ 75,00 oferecido para o pagamento da creche, nem sempre é o suficiente para garantir o pagamento da mensalidade, que junto com outros gastos praticamente impossibilita que um aluno possa manter um filho sem trabalhar, forçando o mesmo a abandonar a universidade.

As oportunidades de bolsa para os alunos com benefício SAE são na maioria dos casos em funções técnicas ou administrativas, onde o estudante cumpre o papel de um técnico, o que gera dois problemas para a universidade. O primeiro é o problema gerado na formação do estudante que recebe uma bolsa pra realizar um trabalho fora da sua área de conhecimento e não possibilitando uma vinculação ao seu processo formativo. O segundo é que este estudante está ocupando uma vaga de um servidor, o que precariza o trabalho dos servidores das universidades, já que estes podem ser facilmente substituídos por estudantes que custam menos de um salário mínimo para os cofres das instituições.

Os valores atualmente pagos pelas bolsas também é alvo constante de reivindicações de aumento por parte do movimento estudantil. No início de 2011 o Diretório Central dos Estudantes da UFRGS lançou uma campanha que exigia um piso para todas as bolsas da universidade no valor de R\$ 450,00. Em contrapartida o reitor deu um aumento de R\$ 20,00, aumento este considerado ínfimo pelo Movimento Estudantil e que não serviria para cobrir os gastos com as despesas que aumentam anualmente, como no caso da passagem em Porto

Alegre, que após o ultimo aumento no início de 2011, está entre as três mais caras do Brasil como mostrou o site do jornal Zero Hora²⁰.

Um ponto problemático é a questão do benefício SAE pelo mesmo gerar uma discriminação em relação à política de assistência estudantil na UFRGS. Ele inviabiliza que esta política se estenda na sua totalidade para todos os estudantes acarretando problemas para estudantes que não conseguem garantir o benefício por diversas questões principalmente pela burocracia²¹. Existem algumas ações da Secretaria que são restritas a quem possui este benefício, como por exemplo o auxílio creche.

Apesar de manter o mesmo preço das refeições servidas desde 1995, os Restaurantes Universitários da UFRGS são alvos de crítica por conta das filas enormes que se formam principalmente nos RU1 e RU3, que atendem campus com maior número de estudantes. Vários vídeos foram feitos por estudantes do Campus do Vale mostrando o tamanho da fila do RU durante o almoço, em que os estudantes chegam a ficar mais de trinta minutos na fila. A ampliação do RU do Centro e do Vale é a alternativa reivindicada para resolver este problema por parte do movimento estudantil. Estas ampliações já começaram em 2009, o RU1 teve uma ampliação de 150 lugares e no RU3 pretende-se dobrar o numero de lugares, além do plano da Reitoria para a construção de um novo RU no campus do Vale, próximo à faculdade de Informática, com capacidade para 1100 pessoas.

Por estudarem em um campus isolado dos demais, os estudantes da ESEF ficaram por muito tempo à margem da assistência estudantil prestada pela UFRGS, mais precisamente sem serem atendidos por um Restaurante Universitário. A escola foi fundada em 06 de maio de 1940 e desde então não contou com políticas voltadas para a alimentação dos estudantes. Na falta de um RU, os estudantes da ESEF tinham algumas poucas alternativas para se alimentarem, tendo que recorrer a bares, padarias e restaurantes nas proximidades da ESEF demandando gastos que muitas vezes extrapolavam o orçamento destes estudantes, principalmente quando bolsistas da universidade. O relato próximo evidencia o que estamos tratando em que essas alternativas de alimentação eram em alguns casos financeiramente inviáveis para os estudantes da Educação Física da UFRGS como aparece em outro trecho:

[...]se tu fores parar pra pensar, cinco reais por dia durante um mês são duzentos reais, em torno disso. [...] na época bolsa, isso há quatro, cinco anos atrás, a bolsa era duzentos reais, um pouco mais, duzentos e quarenta. A bolsa mais alta da ESEF naquela época era de duzentos e oitenta reais, se

²⁰ www.zerohora.clicrbs.com.br, acessado em 02 de outubro de 2011.

²¹ O autor deste trabalho possui benefício SAE.

o estudante tivesse que usar quase toda essa grana pra se manter ali na universidade seria difícil. (BERNARDI, 2011)

Alguns alunos ainda iam para o RU mais próximo, o RU2 no Campus Saúde, ou então retornavam pra casa a fim de realizar uma refeição nutritiva e que não tivesse um preço elevado, porém encontravam outros problemas como o atraso nas aulas e o gasto extra com passagens.

Com o panorama de falta de políticas de permanência estudantil dentro do Campus Olímpico os estudantes enxergam a necessidade de ações que atendessem a assistência estudantil no que diz respeito ao auxílio alimentação. A falta de um Restaurante Universitário é a manifestação concreta de um abandono dos estudantes por parte dos gestores. Sem o RU os estudantes da ESEF passavam por inúmeras dificuldades para se manterem no campus durante o dia. Em um contexto de maior compreensão sobre a assistência estudantil dentro de uma universidade pública como é a UFRGS, os estudantes da ESEF se organizaram tendo no DAEFi um dirigente coletivo, para reivindicar a abertura de um RU no seu campus. Essa reivindicação não é apartada da luta por uma universidade pública, gratuita e popular, e tampouco desconexa da luta por uma transformação social. Para entender melhor o contexto em que surge essa campanha é necessário compreender o processo de retomada política do DAEFi, que acontece em 2004 e a evolução da entidade e do grupo político que esteve à frente do mesmo durante o desenrolar da campanha e que será contada no próximo capítulo.

2 MOVIMENTO ESTUDANTIL DA ESEF/UFRGS: SAINDO DA INÉRCIA

Para contar a história do movimento estudantil da ESEF, mais precisamente o processo de reorganização do DAEFi, a estrutura organizativa do mesmo e um breve histórico das gestões que estiveram à frente da entidade durante a campanha “RU na ESEF JÁ!”, tomo como referência principalmente os documentos elaborados pelas gestões do DAEFi no período de 2004 à 2008, como panfletos, jornais e informativos e relatorias de espaços de formação²² sobre o histórico das gestões do DA. Por último, me valho da minha vivência intensa nestes últimos anos de minha trajetória acadêmica e de participação dos espaços de formação do DAEFi e do movimento estudantil em geral, que constituíram um arcabouço teórico acerca da estrutura organizativa do mesmo.

2.1 A REORGANIZAÇÃO DO DAEFI

O Diretório Acadêmico de Educação Física foi criado em 19 de abril de 1941, um ano após a fundação da Escola de Educação Física da UFRGS. Chamado inicialmente de Centro Acadêmico dos Estudantes de Educação Física (KAMINSKI, 2004), passou a se chamar Diretório Acadêmico Paulo Hollerbach, porém em 2002, já era conhecido por Diretório Acadêmico da Educação Física, e identificado pela sigla DAEFi²³, como aparece no Boletim Informativo do XIV Salão de Iniciação Científica e XI Feira de Iniciação Científica publicado em dezembro de 2002.

Nas eleições para o DAEFi, no ano de 2004, o grupo que compunha a gestão da época, não montou uma chapa para concorrer a reeleição. Porém duas chapas foram formadas e disputaram naquele ano a direção da entidade. Venceu a chapa 1, ESEF em Movimento, que era composta por estudantes da barra²⁴ 2003/1, somados a outros estudantes mais antigos, que faziam parte de um coletivo que realizou o Boicote ao ENADE em 2004 e uma mesa sobre a

²² O DAEFi realiza periodicamente espaços de formação para seus militantes durante finais de semana ou nas férias. Estes espaços visam, prioritariamente, um aprofundamento em estudos sobre teoria da organização política e sobre a história das gestões do DAEFi.

²³ Em 2009, com a entrada do curso de Licenciatura em Dança no Campus Olímpico, a sigla DAEFi passa a representar o Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança.

²⁴ Barra é o termo comumente utilizado na ESEF para identificar os estudantes que ingressaram no mesmo ano e semestre.

Reforma Universitária. Silva caracteriza da seguinte forma a constituição e a atuação deste grupo:

Houve a formação de um grupo que passou a organizar-se por fora da institucionalidade da entidade e a promover atividades paralelas e sem vinculação com ela. Esse grupo de estudantes realizava reuniões periódicas, tinha uma lista de discussões e uma página virtual e organizou algumas atividades para o público da ESEF. (SILVA, 2006, p.24)

O primeiro jornal da Gestão ESEF em Movimento ressaltava a necessidade que a comunidade esefiana sentia de um DA forte e que atuasse junto aos estudantes. De acordo com o jornal, o que evidenciou essa necessidade foi o número de votantes, 349 alunos²⁵, o que representava na época aproximadamente 50% dos estudantes do curso. Ao final do texto da primeira página do jornal, a nova gestão convocava todos os estudantes a fazerem parte do DAEFi, tendo “o direito de exigir um DA representativo e atuante”, e convidando “a sair da **INÉRCIA** e fazer parte deste **MOVIMENTO**” (ESEF em MOVIMENTO, 2004, p.1).

A gestão ESEF em Movimento tinha como objetivo resgatar a credibilidade do DA junto aos professores, estudantes e a comunidade esefiana como um todo. A imagem do DA estava desgastada pela gestão anterior, marcada por fazerem apenas festas e não participarem dos órgãos e conselhos como representação discente. A sede do DAEFi estava em situação precária em decorrência da má utilização. A direção da ESEF estava incomodada com a atuação da gestão Todos em Ação, chegando ao ponto de abrir sindicância contra os membros do DA devido aos freqüentes luaus e correndo o risco de perder o espaço do DAEFi. Cabia a nova gestão resgatar o nome da entidade, levar o que acontecia por dentro das instâncias deliberativas da ESEF para os estudantes tomarem conhecimento, através da representação discente, e atuar efetivamente no movimento estudantil, seja no âmbito mais local, na ESEF, com a Semana de Recepção aos Calouros e o Lagarteando na ESEF, como em âmbito nacional, participando dos fóruns do MEEF.

O processo de reorganização do DAEFi passa pela reestruturação física do espaço da entidade. A primeira reunião da gestão ESEF em Movimento foi realizada fora do DA, pois o espaço se encontrava em situação caótica de acordo com vários relatos dos militantes. A sala onde ficava o DA foi reformada conforme aparece no jornal da entidade: “conseguimos, junto à direção da escola, reformar o espaço do DAEFi. As paredes e janelas foram repintadas,

²⁵ Dados retirados do Jornal do Diretório Acadêmico da Educação Física – ESEF – UFRGS. Número 01 – Ano 2004 – Gestão ESEF em Movimento. Março de 2005.

colocados alguns vidros nas janelas, troca de lâmpadas, além do mutirão da limpeza realizado pelos membros do DA.” (ESEF em MOVIMENTO, 2004, p.1). Os reparos foram realizados com a ajuda dos funcionários da prefeitura da ESEF, ficando a limpeza a cargo dos membros do diretório. Nessa mesma faxina foram encontrados muitos certificados das semanas acadêmicas de 2001, 2002 e 2003 que os estudantes não haviam retirado.

A estrutura organizativa do DAEFi se resumia a um único coordenador geral, dois vice-coordenadores, dois tesoureiros, uma secretaria geral e quatro diretorias sem limite de integrantes, que eram Relações Públicas, Esportes, Cultura e Social. As reuniões ordinárias da entidade aconteciam de maneira sistemática todas as sextas.

Em 2005 a gestão ESEF em Movimento faz uma aula inaugural com a presença da professora Celi Nelza Zülke Taffarel, então coordenadora do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física na UFBA e membro do Grupo de Trabalho Temático de Formação Profissional e Mundo do Trabalho²⁶ do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)²⁷. Muitos estudantes estavam presentes nesta aula, que teve como tema “Licenciatura ou bacharelado em educação física – o que modifica a formação profissional e o mercado de trabalho?”, pois 2005/1 ingressou na ESEF a primeira turma dividida em licenciatura e bacharelado, e como esta divisão ainda não estava esclarecida entre os estudantes, muitos enxergaram na palestra uma oportunidade de compreender o que havia por trás da divisão, que “aconteceu às escuras, sem debate com os professores e estudantes” (ESEF em MOVIMENTO, 2005, p.4).

Temas como o da reestruturação curricular, regulamentação da profissão, universidade, movimento estudantil e sociedade não eram abordados em sala de aula pelos professores da ESEF, sentindo falta de acúmulo sobre estes temas entre os esefianos, o DAEFi organizou um espaço semanal onde estas questões seriam debatidas entre os estudantes da Escola e contava com a participação de convidados de setores como o DCE, MNCR, ExNEEF, etc. No dia 13 de abril de 2005, aconteceu a primeira edição do Lagarteando, um espaço de debate entre os estudantes, que nesta data abordou o tema

²⁶ O GTT de Formação Profissional e Mundo do Trabalho do CBCE estuda os “distintos aspectos do processo profissional concernente à área de conhecimento Educação Física” e “a relação da formação e a inserção do profissional desta área de conhecimento no mundo do trabalho”. (www.cbce.org.br) acessado em 28 de outubro de 2011.

²⁷ CBCE é a “entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento.” (www.cbce.org.br) acessado em 28 de outubro de 2011.

“Movimento Estudantil, que bicho é esse?” (ESEF em MOVIMENTO, 2004, p.4). Os encontros aconteciam ao meio-dia, nas quartas-feiras, porém devido à baixa adesão por parte dos estudantes o Lagarteando aconteceu apenas quatro vezes, tendo o último espaço no dia 8 de junho de 2005 cancelado por falta de estudantes:

O espaço “Lagarteando”[...] contou com a participação de 7 convidados para tratar sobre os temas “Diretrizes curriculares”, “Movimento estudantil”, “Projetos sociais”, “Pré-EREEF” e “Golpe na Venezuela”. Esse espaço acabou – esquecido – por absoluta falta de participantes em seu último dia. (SILVA, 2006)

Mas a necessidade de estudo sobre temas mais amplos ainda persistia entre os membros do DA, e para organizar estes estudos é criado no dia 21 de setembro de 2005 um espaço composto pelos militantes do DAEFi e aberto para todos os estudantes da ESEF. Neste primeiro ano temas como diretrizes curriculares, regulamentação da profissão, esporte, ato médico, saúde e movimento estudantil foram debatidos segundo o Jornal do DAEFi –ESEF – UFRGS (Movimento Consciente, 2006).

Os Grupos de Estudos²⁸ do DAEFi (GE) acontecem até hoje sistematicamente uma vez por semana, nas quartas-feiras, às 18 horas e é uma das principais políticas de formação para além da sala de aula dos estudantes da ESEF. Os temas abordados estão relacionados à educação física, educação, regulamentação da profissão, universidade, movimento estudantil, organização política e sociedade. No início de cada semestre, em uma reunião específica, os membros do DAEFi planejam os GE que acontecerão ao longo do período que vai até o final do semestre, decidem os temas, definem as datas e designam os responsáveis, sempre tendo um responsável do DAEFi e algum convidado que tenha acúmulo sobre o tema escolhido. Esta metodologia, que é decidida na reunião de planejamento do GE, e em raras oportunidades não foi utilizada, garante a oportunidade de acúmulo teórico para o militante responsável pelo tema e também uma experiência de ensino, já que terá que transmitir seu acúmulo para os companheiros que estiverem no espaço. Os objetivos do GE costumam variar de acordo com a conjuntura do DAEFi, por vezes o Grupo de Estudos visa a aproximação de novos estudantes para o DA, tratando de temas mais simples e que despertam mais o interesse dos estudantes que não participam do Diretório, ou então visando a formação mais avançada dos militantes aprofundando em temas que estes já tenha no mínimo uma aproximação. Os

²⁸ No Jornal do DAEFi, número 1, março de 2007, aparece o termo Espaço de Discussão. Este nome foi utilizado por um breve período, porém retomou o nome original de Grupo de Estudos que permanece até hoje.

temas dos GE também são definidos de acordo com as prioridades de cada momento histórico do DAEFi, em 2006, no primeiro semestre, por exemplo, os temas pautados foram os relacionados ao eixo do XII EREEF/SUL, que seria realizado na ESEF naquele ano (Movimento Consciente, 2006, p. 2). No período de maior discussão sobre as alterações curriculares na ESEF, que se iniciaram em 2009, os temas dos Grupos de Estudos eram relacionados na sua maior parte com formação, licenciatura ampliada, e diretrizes curriculares.

A necessidade da formação constante dos militantes do DAEFi vem no sentido de “armar” os membros do DAEFi para os embates travados em vários setores da militância. Essa necessidade fica evidente no seguinte trecho:

A necessidade e a importância desse Grupo de Estudos se faz na medida em que muitos dos estudantes também referem a necessidade de ter clareza ao tomar posicionamentos, estabelecer debates, participar de espaços de representação, etc. (SILVA, 2006, p.53)

Ao formar militantes mais preparados para tomar posicionamentos em debates tanto com os estudantes, como com os professores, o DAEFi aumenta a combatividade de seus militantes. No cotidiano das ações do Diretório Acadêmico, sejam elas reuniões, GE, debates, diálogo com os estudantes, representação discente ou até mesmo em sala de aula, os militantes do DAEFi são desafiados a defenderem os interesses dos estudantes, a universidade pública, e o ponto de vista da entidade, e realizar intervenções qualificadas é de suma importância para a legitimidade da atuação do movimento estudantil nestes espaços.

Para que essa intervenção seja realizada de maneira qualificada, os militantes do DAEFi são incentivados em espaços como o GE e as reuniões do DAEFi, a intervirem, de maneira livre e a qualquer momento, mesmo que estas intervenções não sejam fundamentadas, principalmente aos mais novos, para que estes se sintam a vontade de expor suas dúvidas e opiniões, se colocando como sujeitos do processo entendendo este como processo coletivo.

As reuniões do DAEFi acontecem ordinariamente às sextas-feiras, com início às 13 horas e com o teto variando de acordo com o tamanho da pauta e o andamento da reunião. Constitui um importante espaço de formação para os militantes, já que é nas reuniões que as ações tomadas pelo DAEFi no dia-a-dia são debatidas, elaboradas, deliberadas e avaliadas por todos os membros presentes. As reuniões têm uma estrutura organizativa que compreende a

organização e a divulgação prévia da pauta através de uma convocatória para os membros do DA, feita pela Coordenação Geral através da lista de e-mails do DAEFi. A indicação de um coordenador de mesa que organiza o andamento da reunião, a ordem de discussão da pauta, e realiza as inscrições da ordem de fala. Cada inscrição corresponde a três minutos de fala, que é respeitado pelos demais presentes, não devendo ser interrompida, mas também evitando ultrapassar o limite de tempo. A possibilidade de re-inscrição é concedida sempre que solicitada. Tudo o que é debatido e deliberado nas reuniões é sistematizado através de relatoria, que fica sob responsabilidade de um membro do DA, esta relatoria é enviada para a lista de e-mails do DAEFi, com o objetivo de relatar a reunião para os membros ausentes e servir de consulta para debates futuros. É realizado um rodízio entre os militantes tanto para a tarefa de coordenação de mesa, quanto para a relatoria das reuniões para que todos vivenciem os processos.

Outro momento importante de ser relatado é como o DAEFi organiza a participação em espaços do MEEF. Num primeiro momento a ida a um ENEEF parece ser simplesmente colocar o nome na lista, pagar o valor da viagem e da inscrição, embarcar no ônibus e ir para o encontro. Porém o DAEFi potencializa esta relação com os estudantes criando políticas com relação a esta ida ao encontro. Estas políticas servem principalmente para o estudante saber para que espaço vai, e se dão através de pré-eneef, reunião de delegação, política financeira, entre outras atividades que envolvam a maior parte dos estudantes que vão participar do encontro, como se fosse uma formação, que resulta em uma participação mais qualitativa dos estudantes nos espaços do MEEF.

O diálogo com os estudantes é outro ponto muito importante e formativo desencadeado pelo DAEFi. Este processo ocorre através das passadas em sala, diálogo em espaços informais, entregar material sobre o encontro e panfletos, tarefas que colocam os militantes em situação de debate freqüente com os estudantes, no sentido de divulgar as atividades e idéias do DAEFi e acaba por colocar os militantes no dia-a-dia da ESEF tornando-os mais orgânicos.

Essa organicidade se dá para além das reuniões, onde a participação dos militantes tem extrema importância, mas também se dá no dia-a-dia da ESEF, no comparecimento em atos, no diálogo com os estudantes, na presença nos Grupos de Estudos, na participação dos espaços do MEEF (EREEF's, ENEEF's e afins), na representação discente, entre outros. A participação em todos estes espaços resulta em um militante orgânico, que compreende o

papel do DAEFi em cada um destes, preparado para realizar intervenções qualificadas e com formação para o embate da militância.

Estes três aspectos, formação, organicidade e combatividade, sempre andaram juntos no projeto do DAEFi desde a gestão ESEF em Movimento, mesmo que não tenha sido de maneira consciente e tão elaborada, sempre houve por parte desta gestão a preocupação com a formação de militantes novos para o DA, pois compreendiam que ao deixarem a ESEF depois de graduados, a concepção de movimento estudantil deste grupo não poderia se perder, correndo o risco de a entidade cair novamente nas mãos de grupos que não encaram o movimento estudantil com seriedade. No material de campanha da Chapa 1 ESEF em Movimento, fica evidente a preocupação com a organicidade, através do resgate da imagem do DA com ações que o aproximassem do cotidiano dos estudantes, como a Semana Acadêmica, os Jogos Interbarras, o Jornal do Diretório, entre outras. Além disso, a combatividade estava presente desde o momento que a nova gestão decide por retomar os espaços de representação discente que foram abandonados pelas gestões anteriores, e por mais que estes espaços não representem a proporção de professores, estudantes e servidores dentro da universidade, são espaços onde se realiza uma demarcação da posição do Diretório Acadêmico, fazendo um contraponto e realizando um embate à lógica privatista que ataca a educação pública conforme visto anteriormente em outro capítulo deste trabalho.

2.2 MOVIMENTO CONSCIÊNCIA E MUITA LUTA - HISTÓRICO DAS GESTÕES DO DAEFI

A gestão ESEF em Movimento, eleita em 2004, encerrou sua gestão em 2005, sendo sucedida pelo mesmo grupo político desta primeira gestão. Como estas duas gestões conformam o coletivo que desencadeia a campanha “RU na ESEF JÁ!” descreveremos rapidamente alguns pontos importantes da sua trajetória tomando a materialidade de ações feitas pelas duas.

Durante esta gestão muitas atividades voltadas para os estudantes da ESEF foram desenvolvidas, como os Jogos Interbarras, um campeonato disputado entre os estudantes divididos em times correspondentes às barras. Os jogos foram disputados em três finais de semana do mês de junho, e envolveram cerca de 300 estudantes. Houve uma tentativa de diminuir o caráter competitivo dos jogos, com a idéia de não existir premiação, porém esta

idéia encontrou resistência dentro do próprio DA e por decisão da maioria não foi levada adiante. Foi criada uma comissão de estudantes, em que estes não necessariamente tinham envolvimento com o DAEFi para a organização dos jogos, sendo que cada barra contava com pelo menos dois representantes. Esta decisão aconteceu com a intenção de aproximar os estudantes e trazê-los para dentro do espaço física do DAEFi, envolvendo-os com a rotina de reuniões e decisões, “esperava-se que alguns pudessem interessar-se pelo envolvimento real e efetivo com a entidade” (SILVA, 2006, p.37).

Em outra experiência de organização de campeonato, a competição acirrada foi deixada de lado. Com a repercussão dos Jogos Interbarras da ESEF, o DAEFi foi procurado pelo DCE para construir os Jogos UFRGS 2005, e a proposta do DA foi justamente a realização de diversas modalidades porém sem o caráter de competição. Esta mudança de posicionamento da entidade, ocorreu após a avaliação do Interbarras, onde sempre acontecem incidentes entre os participantes, ocorrendo inclusive brigas. A proposta era agregar os estudantes da universidade em torno de uma fórmula não tradicional de disputas que não primavam pela habilidade técnica, proporcionavam uma reflexão sobre as atividades, não somente a prática pela prática, e sem a separação entre homens e mulheres (ESEF em Movimento, 2005, p. 2). Bastava os estudantes comparecerem à ESEF, local onde os jogos aconteceram, carregando consigo seu cartão da UFRGS, pois os times eram divididos de acordo com a numeração do cartão do aluno, time par contra time ímpar, evitando times previamente formados e promovendo uma maior integração entre os estudantes. Os jogos não terminavam com a saída dos jogadores, continuavam a partir do mesmo placar que havia parado, e se estendiam durante o dia todo, resultando em placares elásticos, mas sem dar importância pra um vencedor, mas priorizando a participação como fica evidente na frase de divulgação dos jogos: Compete a ti participar. Dentre modalidades esportivas, jogos sedentários e mostras culturais, os Jogos UFRGS contaram com basquete, contorcionismo, truco, ping-pong, música, natação, futevôlei taco, xadrez, futsal, capoeira, tênis, dança, *wushu*, vôlei e outras mais. Os jogos aconteceram nos dias primeiro e oito de outubro de 2005, e o encerramento contou com uma festa com as bandas Salvaterra e Subtropicais. O debate de esporte ficou mais latente dentro do Diretório Acadêmico a partir desta atividade, resultando no acúmulo sobre o tema por parte dos seus militantes e tomando para a entidade uma concepção de esporte contra hegemônico:

Quem garante que o esporte proporciona sociabilização, integração, amizade? O esporte afasta a juventude das drogas e da alienação? Quem foi que disse que o esporte é sinônimo de saúde? A partir de algumas questões

como estas, iniciamos a construção de um projeto de esporte para os estudantes da Universidade, juntamente com a galera do DCE e de outros cursos da UFRGS. (ESEF em Movimento, 2005, p. 2)

Essa relação com o DCE se estreitou de tal maneira, resultando na composição do DAEFi na chapa “DCE Aberto ao Público – Entre que a Causa e sua!” juntamente com estudantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e outros estudantes independentes²⁹, tendo um cargo na coordenação de Campus Olímpico.

Outra atividade da gestão ESEF em Movimento que perdura até hoje é a festa de recepção dos calouros, a Carnabixo. A primeira edição aconteceu em 31 de março de 2005 e contou com atividades durante a semana de recepção aos calouros, recompensando com um drinque na festa quem doasse sangue através do DA (ESEF em Movimento, 2004). Esta e outras festas realizadas pelo DAEFi tinham como um dos seus objetivos promover uma maior integração entre os estudantes da ESEF. Outra finalidade das festas era estabelecer uma política financeira que proporcionasse autonomia da entidade frente a recursos proveniente de outros órgãos e principalmente de recursos proveniente do setor privado. A política financeira de arrecadação das festas possibilitou a participação do DAEFi nos fóruns do MEEF³⁰ desde 2005, sempre com a intenção de fazer com que os estudantes pagassem o menor valor possível para a participação nestes eventos. Outras fontes de arrecadação como a confecção das carteiras escolares e a venda de mochilas também existiam. A realização de festas também foi um meio de aproximação de alguns estudantes com o DAEFi, visto que “entre o grupo de ‘colaboradores’ do DAEFI, muitos deles se apresentavam para as tarefas e demandas nessas atividades” (SILVA, 2006, p.39), tornando o trabalho coletivo uma ferramenta para a formação de uma consciência coletiva.

A participação do DAEFi em espaços de militância do Movimento Estudantil de Educação Física se intensificou neste período, apesar de ter participado do EREEF em Santa Catarina no ano anterior. A participação do DAEFi no EREEF de 2005 ficou marcado como a retomada dos estudantes da Educação Física da UFRGS para o MEEF. O EREEF no Paraná contou com uma delegação de trinta e um estudantes da UFRGS, a única escola que levou um ônibus para o encontro. Já o ENEEF daquele ano foi realizado em Salvador, na Bahia, e a

²⁹ O termo “independentes” é utilizado dentro do Movimento Estudantil para denominar os estudantes que não se organizam em partidos políticos.

³⁰ Compõem os fóruns do MEEF espaços como EREEF, ENEEF, COREEF, CONEEF e Planejamento da ExNEEF.

delegação da UFRGS³¹ foi se compondo antes mesmo do encontro, com a realização de três Pré-ENEFF³², estes eram requisitos obrigatórios pros interessados a participar do Encontro, sendo que a delegação se envolveu com a organização e divulgação da Festa Junina de 2005, para arrecadar dinheiro pra ida ao ENEEF. Também foram realizadas passadas no interior do estado na intenção de divulgar o encontro nas escolas do interior do Rio Grande do Sul, sendo que quatro estudantes da UNISC integraram a delegação da UFRGS. Outro fato importante é que, a partir da rearticulação do DAEFi no MEEF e a participação no Encontro Nacional, quatro integrantes do DAEFi passaram a compor a Coordenação Regional da ExNEEF.

No XIV CONBRACE de 2005, realizado na ESEF-UFRGS em Porto Alegre, a participação do DAEFi se deu através da organização do COBRA-SE, juntamente com a ExNEEF. Esta manifestação que aconteceu nos espaços do CONBRACE vinha no sentido de cobrar do CBCE um posicionamento com relação a problemas da área do conhecimento da Educação Física, a regulamentação da profissão, os megaeventos esportivos, e a revogação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Além disso, o movimento faz uma crítica aos elevados preços cobrados pelas inscrições que pro vezes não incluem nem alimentação e nem alojamento, dificultando a participação dos estudantes.

Ao final do segundo semestre, nos dias 22 e 23 de novembro de 2005, ocorreram as eleições para o DAEFi, sendo que neste ano o pleito eleitoral ocorreu com uma chapa única, Movimento Consciente. As eleições consistiam em aprovação ou não da chapa para que esta assumisse a gestão do DAEFi. Diferente das últimas eleições, o número de votantes deste ano foi pouco expressivo, apenas “130 votantes”³³, sendo que destes somente três não foram favoráveis à chapa concorrente, um nulo e dois “não”. Com este resultado a chapa Movimento Consciente assume a gestão do DAEFi no período de 2005/2006.

Como já ressaltamos essa nova gestão é uma continuidade do grupo político da gestão anterior juntamente com muitas caras novas que tinham participado do ENEEF em Salvador, tendo um trabalho forte com os calouros que entraram em 2005/1. A gestão Movimento Consciente representava o projeto que aquele grupo tinha para o DAEFi, a renovação da entidade e a formação constante dos seus militantes.

³¹ Nos espaços do MEEF os estudantes da ESEF/UFRGS são identificados somente como estudantes da UFRGS, não havendo a necessidade de caracterizar o fato de serem estudantes de Educação Física.

³² Reuniões realizadas antes do ENEEF, com o objetivo de explicar como funciona o encontro e organizar a delegação em cada escola.

³³ SILVA, 2006.

A primeira tarefa deste coletivo foi sediar o II COREEF que construiria o EREEF/Sul que seria sediado na UFRGS. Para além de sediar estruturalmente este espaço o coletivo se organizou politicamente levando propostas de eixo para o encontro e de palestrantes. Em síntese conseguiu-se aprovar a proposta de eixo e alguns palestrantes para o encontro.

Os Grupos de Estudos ficaram fortalecidos durante esta gestão, principalmente pelo planejamento de focar a principal tática de formação do DAEFi nos temas relacionados ao XII EREEF/Sul. Desta forma os assuntos abordados nos GE's do primeiro semestre foram as quatro bandeiras de luta do MEEF (socialismo, diretrizes curriculares, regulamentação da profissão e reforma universitária), e os eixos temáticos do Encontro, Esporte e Trabalho.

Com o tema “Do espetáculo do Esporte à realidade do Trabalho: as mãos que constroem o país levantam a taça?”, o XII EREEF/Sul realizado na ESEF/UFRGS contou com uma comissão organizadora de 26 pessoas, sendo que a maioria delas não possuíam uma vinculação maior com o DAEFi, porém ao final do Encontro muitas passaram a participar das reuniões e até militar pela entidade.

Para o EREEF o DAEFi juntamente com a Regional 6 da ExNEEF organizou passadas para divulgar o encontro em algumas universidades do interior do estado e da região metropolitana. Durante uma semana o DAEFi passou nos cursos de Educação Física do IPA, Unisinos, Ulbra e PUC. As passadas do interior foram para a FURG, UFPel, UFSM e UNISC, estas em três dias de viagem.

Aproximadamente 200 estudantes participaram do Encontro, vindos dos três estados da região sul. As escolas do Rio Grande do Sul tiveram uma grande participação devido às passadas realizadas para a divulgação do EREEF. O encontro foi muito organizado, espaços começaram pontualmente, priorizando o diálogo com a base através de grupos de discussão, grupos de estudos e práxis em espaços mais distribuídos. O ato público encerrou o EREEF, com mais de 100 estudantes indo até ao Parque Farroupilha (Redenção) distribuir panfletos e dialogar com a população sobre os temas debatidos durante o Encontro, que ficou marcado como o ponto alto, até o momento, da organização do coletivo de estudantes que estavam à frente do DAEFi desde o outro ano.

No ENEEF realizado em Goiânia-GO, o DAEFi colocou três coordenadores regionais e dois nacionais na ExNEEF, sendo que desde 1997 não havia um coordenador nacional na UFRGS. Foi debatida entre a delegação da UFRGS a possibilidade de trazer o

ENEFF do próximo ano para Porto Alegre, mas devido a elementos da conjuntura e do acúmulo político do coletivo, se recuou na proposta. Foi muito debatido este ponto durante o ENEFF em Goiânia, com uma reunião de 6 horas onde foi decidido pelo coletivo de não trazer o ENEFF pra Porto Alegre no próximo ano sob o risco de ser somente sede estrutural do Encontro, sem possibilidades de intervir efetivamente na política como um todo.

O ano de 2006 marcou pela retomada do Congresso de estudantes da UFRGS, que não aconteciam desde 2001, proposto pelo DAEFi e organizado pelo DCE. Com o questionamento “Do que a UFRGS precisa?” o 2º Congresso de Estudantes da UFRGS que aconteceu nos dias nove e dez de junho, reuniu “mais de 130 delegados, representando 28 cursos, para discutir nossa universidade e a educação pública” (Contra-mola, 2006).

No caderno de textos do congresso o DAEFi publicou um texto sobre Esporte, tema que estava sendo amplamente debatido pelos seus membros, tanto pela organização dos Jogos UFRGS no ano anterior, como pela realização do EREEF/Sul com o eixo Esporte e Trabalho. Também foi exposta pelos membros do Diretório a situação dos estudantes da ESEF com relação à falta de assistência estudantil, mais especificamente sobre a falta de um RU no campus Olímpico.

Logo na volta do ENEFF de Goiânia, no planejamento do DAEFi foi deliberada a construção de uma campanha com a finalidade de reivindicar a criação de um restaurante universitário na Escola. Entendendo que a partir deste ponto, os principais fatos que descreverei destas gestões estarão relacionados à campanha, estes fatos e ações serão retomados no próximo capítulo onde aprofundarei no tema e tratarei da relação da campanha “RU na ESEF JÁ!” com as próximas gestões do Diretório Acadêmico.

3 RU NA ESEF JÁ!

A descrição campanha “RU na ESEF JÁ!” será aprofundada neste capítulo onde tratarei desde o papel do DAEFi como o dirigente coletivo neste processo, passando pelas ações da campanha, até culminar na inauguração do Restaurante, e depois faço uma análise do legado da campanha para o Movimento Estudantil de Educação Física e Geral, da UFRGS. Após analisar o contexto amplo no qual estão inseridas a Universidade e as lutas dos estudantes, iniciarei o capítulo retomando brevemente os antecedentes da campanha.

3.1 ANTECEDENTES DA CAMPANHA

Antes da campanha “RU na ESEF JÁ!”, em 2002, a gestão “Instinto Coletivo” que na época estava à frente do DAEFi, iniciava uma movimentação através da distribuição de panfletos que traziam os motivos de ter um Restaurante Universitário na ESEF. O fato de o campus Olímpico ser o único sem um RU, o alto preço da refeição oferecida no bar da Escola e a distância percorrida pelos estudantes para que pudessem utilizar um dos RU’s da universidade eram apontados no material como a causa de muitos dos alunos da ESEF almoçarem precariamente. O isolamento da escola também era apontado como o motivo de os estudantes de Educação Física da UFRGS ficarem à margem da Assistência Estudantil da Universidade.

Durante o XIV Salão de Iniciação Científica (SIC) realizado no campus Olímpico, em dezembro de 2002, mais um material, agora um informativo, foi distribuído para os estudantes, com as mesmas considerações feitas no panfleto anterior e convidando os estudantes para participarem de uma atividade na qual o DAEFi venderia almoço ao preço de um real e trinta centavos, o mesmo preço pago pelos estudantes nos RU’s da UFRGS. Adesivos com a frase “Eu quero RU na ESEF” foram distribuídos e algumas faixas reivindicando o Restaurante foram confeccionadas, o resultado de uma pesquisa realizada com 43% dos estudantes durante a matrícula do segundo semestre de 2002 também foi divulgado. Devemos levar em conta que esta porcentagem foi conseguida porque a matrícula era realizada presencialmente pelos universitários. Dos estudantes que responderam a

pesquisa 83% utilizariam o RU na ESEF caso fosse instalado, e 52% almoçariam três vezes ou mais durante a semana.

Esta pesquisa chegou a ser encaminhada para a Reitoria através de um ofício emitido pelo Diretório Acadêmico junto com um abaixo assinado com 440 assinaturas, porém a movimentação realizada por esta gestão se limitou à essa forma de ação, que, conforme o próprio panfleto da gestão trazia, acarretou no engavetamento destes documentos e as reivindicações dos estudantes junto com eles, por parte da Reitoria.

A gestão “Mãos à Obra” do DCE em 2004, ligada ao PT, também apoiava a criação de um RU no campus Olímpico, assim como as demais chapas que concorriam para a entidade traziam em seus materiais esta reivindicação, porém nenhuma destas promessas foi levada de forma séria. Ao mesmo tempo em que apoiava a criação do RU, a gestão “Mãos à Obra” teve uma reunião com a Reitoria que havia recentemente anunciado um aumento do preço do RU de um real e trinta centavos, para dois reais e quarenta centavos. Ao sair desta reunião o DCE lançou um material com a seguinte frase: “Primeiro aumento em oito anos”, demonstrando um posicionamento favorável à decisão da Reitoria e ainda tentando justificá-lo. Graças à mobilização dos diretórios e centros acadêmicos o aumento do preço do RU foi revertido e se mantém até hoje no mesmo valor.

A traição da classe cometida pelo PT refletiu também no DCE onde os membros da gestão “Mãos à Obra” tinham uma palavra de ordem para o período das eleições do DCE no ano de 2003 que dizia “Greve, agora não!” criticando os técnico-administrativos da universidade que paralisaram contra a Reforma da Previdência. A intenção eleitoreira era evidente no conservadorismo da palavra de ordem, que agradava aos ouvidos do senso comum, porém criminalizava direito de greve, um dos princípios fundacionais do PT que foi sendo esquecido para que o partido se tornasse mais digerível eleitoralmente.

O discurso vazio da gestão “Mãos à Obra” sobre o Restaurante Universitário da ESEF já não atingia mais os estudantes do campus que enxergavam a contradição na sua prática, e passam a manifestar uma oposição à movimentação “Eu quero RU na ESEF” como fica evidenciado no seguinte trecho:

O pessoal dessa gestão “Mãos à Obra” colocou um pilar de concreto como se fosse a pedra inaugural do RU da ESEF, [...] não passou daquilo a ação do DCE pra lutar pelo RU. E eu me lembro que o pessoal do DA fez uma foto que era todo mundo com uma bandeja com prato e talheres, na frente daquela pedra como se aquele fosse o RU da ESEF, na verdade tirando um sarro, mas fazendo uma cobrança política, porque aquele DCE não estava se

organizando pra de fato reivindicar de forma mais coesa, mais forte com a reitoria a construção do RU. (BERNARDI, 2011)

Numa conjuntura de mobilizações dos estudantes contra as ações da gestão e de defesa dos interesses da Reitoria e não dos estudantes, após as eleições de 2004 o DCE passa da gestão ligada ao PT para uma gestão formada pelos estudantes que barraram o aumento do preço do RU, e outros estudantes ligados ao PSOL. Sendo assim a gestão “Consciência para ter coragem” assume a direção da entidade e desde então chapas ligadas ao PT não conseguiram retomar o DCE até os dias de hoje.

3.2 DAEFI COMO DIRIGENTE COLETIVO

No ano de 2006, na conjuntura do Movimento Estudantil da UFRGS e da ESEF os estudantes têm o DCE e o DAEFi organizados na luta novamente. A mobilização contra o aumento do RU oxigenou uma série de debates sobre a assistência estudantil na universidade que resultou desde uma assembléia de estudantes da FABICO³⁴ na qual os estudantes exigiam mais professores, até o 2º Congresso de Estudantes da UFRGS em 2006, quando o DAEFi levou pela primeira vez a pauta do RU na ESEF e exibiu uma primeira pesquisa que apontava para a existência de demanda. Com a inserção do DAEFi nestes espaços e a articulação com os outros centro e diretórios acadêmicos a idéia da campanha pelo RU tomava força.

A falta de um Restaurante Universitário na ESEF era a condição objetiva necessária para que algo fosse feito em favor dos estudantes. Porém a luta por um RU não representava apenas o auxílio refeição para os estudantes. O DAEFi relacionou a pauta específica desde o início com a pauta mais ampliada que era a Universidade Pública. Sendo assim, os estudantes que lutavam pelo RU na ESEF estavam travando em primeiro lugar uma luta pelo direito amplo de acesso e permanência dentro de uma instituição de ensino pública, onde o estudante tenha a possibilidade de se manter dentro da universidade com qualidade para que possa se formar. Por este motivo a luta pelo RU não ficou restrita ou isolada no campus Olímpico, pois ela se relacionava com as lutas dos estudantes de outras unidades que tivessem como objetivo a defesa da Universidade Pública.

³⁴ Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

Cabe ressaltar a importância da articulação do DAEFi com os diretórios e centros acadêmicos de outros cursos, no sentido de ampliar a luta dos estudantes da UFRGS. As principais articulações aconteciam com as seguintes entidades: Diretório Acadêmico da Comunicação (DACOM), Centro Acadêmico André da Rocha, dos estudantes de Direito (CAAR), Centro Acadêmico Tasso Corrêa (CATC) do Instituto de Artes (IA), o Diretório Acadêmico da Faculdade de Enfermagem (DAFE) e com o DCE. Aqui é importante deixar claro que as articulações não se restringiam apenas às entidades citadas, muitos estudantes de outros cursos que se identificavam com as pautas, fossem às específicas ou as mais de fundo, integraram a campanha em algum momento.

A relação entre as pautas específicas dos diversos cursos fez com que os estudantes identificassem nas reivindicações dos colegas os mesmos problemas que enfrentavam nos seus cursos, e então se solidarizavam com a pauta do outro, criando uma vinculação maior entre as pautas específicas com as pautas mais gerais do Movimento Estudantil. Os cursos da FABICO enfrentavam um problema de falta de professores nas cadeiras de Língua Portuguesa II e III. Ao chegarem à sala de aula, deparavam-se com bilhetes anunciando o atraso no início, o que se repetiu diversas vezes. Os estudantes ficaram sete semanas sem aulas das quinze semanas que compõem o semestre letivo. No Instituto de Artes, as condições do prédio eram preocupantes, pois o mesmo já havia sido interditado duas vezes sob risco de desabamento. Os estudantes reivindicavam melhorias na estrutura, salas com iluminação adequada necessária para as aulas de cerâmica e escultura, conserto do elevador, reforma do Teatro Tasso Corrêa e a recuperação do prédio do Departamento de Arte Dramática. No Direito os estudantes estavam indignados com uma série de irregularidades no Conselho da Unidade (CONSUNI), as reuniões não estavam sendo convocadas, atas e assinaturas de conselheiros estavam sendo fraudadas para dar quórum. Além de outros problemas que os estudantes da UFRGS enfrentavam como a falta de janta no RU da Saúde, as filas enormes no RU do Vale, o fechamento de espaços estudantis dentro das unidades, entre outras pautas.

O DCE teve um papel importante nesta articulação, pois recebia os problemas e tratava de incorporar às reivindicações, levando ao conhecimento dos diretórios e centros acadêmicos dos outros campi, articulando as pautas através do Conselho de Entidades de Base (CEB), integrando os estudantes e dando um caráter ampliado à luta, na articulação orgânica entre os Diretórios Acadêmicos. Em uma reunião com a Reitoria para tratar das reivindicações sobre assistência estudantil, o DCE repassou ao DAEFi a informação de que a Reitoria apoiava a Direção da Escola, que acreditava que a alternativa de alimentação para os

estudantes da ESEF era o bar do campus. Alegaram que a ESEF não tinha demanda suficiente para um RU e que a abertura de um Restaurante no campus traria prejuízo. A UFRGS não se trata de uma empresa, logo, percebe-se a visão mercantilista que impregna a educação atingiu a Reitoria da universidade que não trata a assistência estudantil como um direito, mas sim como um negócio, em que a premissa de criar um Restaurante Universitário depende se o mesmo vai gerar lucro ou prejuízo à universidade.

Este repasse trazido pelo coordenador geral do DCE na época, Vicente Ribeiro, na reunião do DAEFi do dia doze de maio de 2006, despertou nos militantes a dúvida sobre a capacidade que o Diretório tinha para tocar uma campanha que fosse levada até o fim, diferente das propostas eleitoreiras das chapas que concorriam ao DCE que acabavam por banalizar a pauta do RU na ESEF.

O grupo político que assume o DAEFi já havia recuperado a credibilidade da entidade junto à comunidade esefiana, porém não tinha um acúmulo político em 2005, na sua primeira gestão, para tocar uma campanha que poderia se estender por três, quatro ou até cinco anos. A organização da entidade tomando os elementos já descritos anteriormente juntamente da formação que estes militantes estavam vivenciando na atuação a frente do DA combinados com a participação nos espaços do MEEF fez com que esse acúmulo fosse alcançado, e a organização do EREEF de 2006 foi imprescindível para um amadurecimento político da organização. Porém o ENEEF de 2006 que aconteceu em Goiânia foi central para a criação da campanha. Neste Encontro existiu a possibilidade concreta da UFRGS sediar o ENEEF do próximo ano, o que seria uma decisão delicada e exigiu um debate longo entre a delegação da UFRGS presente no Encontro, pois a estrutura seria garantida facilmente, existia um coletivo forte que já havia organizado o EREEF em 2006, porém existia uma limitação política na formação dos militantes do DAEFi. Então o ENEEF de 2007 foi para a Paraíba, e ficou decidido que a formação seria o eixo central no próximo ano para o Diretório Acadêmico, a fim de que no ENEEF de 2008 o DAEFi fosse sede estrutural e política do Encontro.

3.3 AÇÕES DA CAMPANHA

Ao voltar do ENEEF de Goiânia os militantes do DAEFi decidiram no planejamento do segundo semestre da gestão, que aconteceu no dia quatro de agosto de 2006, que iriam tocar a campanha pelo RU na ESEF de maneira mais efetiva. Colocar um peso político nesta era essencial para que a mesma não tivesse apenas um caráter populista e apelativo. Desde essa data o DAEFi visualizava a construção do RU no campus Olímpico através da campanha. Para tanto, uma série de ações foram deliberadas para que a mesma acontecesse. Essas ações fizeram parte da campanha, dando corpo e forma à mesma, no mesmo tempo que a campanha pautava outras ações a serem tomadas, numa relação dialética onde a luta pelo RU sempre se renovava através das ações e da participação dos estudantes enquanto que os estudantes e as ações se transformavam a partir da luta pelo RU.

Para uma melhor visualização, irei descrever cada uma das ações em forma de tópicos, porém não podemos esquecer que elas aconteciam não de forma linear, mas se articulando umas com as outras, desde as ações mais simples como a confecção de materiais até as ações mais elaboradas como a ocupação da Reitoria.

3.3.1 Ato-almoço

No próprio planejamento do dia quatro de agosto, se pensou na realização de um ato público na ESEF que tivesse um caráter diferente, que pudesse fazer com que os estudantes aderissem à pauta de uma maneira mais direta e relacionada com a falta de um RU. Na reunião do dia onze de agosto de 2006 foi deliberado que no ato seria servido almoço de graça para a comunidade. A divisão de tarefas foi realizada na mesma reunião, panfletagem para divulgar o ato-almoço, confecção de cartazes e faixas para divulgar a campanha, compra dos ingredientes para o carreteiro, um responsável por cozinhar o almoço, quem traria a panela e o fogareiro, etc.

Os atos-almoço eram um espaço de diálogo entre os estudantes e o DAEFi, aconteciam sempre no intervalo do meio-dia e contavam com ampla participação da comunidade esefiana. Os atos ocorriam em frente à atual sala do DAEFi que fica situado em uma sala onde era anteriormente a cozinha dos funcionários. Esse remanejamento aconteceu em virtude da construção do RU, quando a sala de musculação se tornou o refeitório, a sala do DAEFi passou a abrigar a musculação junto com o espaço onde ficava o bar, e a cozinha dos funcionários foi extinta.

Os objetivos dos atos-almoços era fazer com que a campanha criasse corpo dentro da ESEF, com a adesão e conscientização do maior número de estudantes e a comprovação de demanda, pois toda refeição servida era computada e entrava para as estatísticas das pesquisas realizadas pelo DAEFi com a finalidade de derrubar o argumento da Reitoria de que não havia demanda suficiente:

O ato-almoço mobilizava demais, servia cento e cinquenta, cento e setenta refeições. E virava um tumulto ali, conversava com a galera, a galera comendo um pratinho de carreteiro, de massa com guisado,[...] e conversando sobre o que era ter o RU. Os caras (Reitoria) diziam que não tinha demanda, e nós dizendo “cara, se tiver quinze estudantes da universidade que não acessam ao RU, isso já é demanda”. O reitor não pode dizer que não tem demanda. Então independentemente de quantas refeições a gente vai servir aqui, tem que ter RU. Era essa a nossa palavra, era isso que nos mobilizava. (PERGHER, 2011b)

Outro objetivo relevante no ato-almoço era o diálogo com os estudantes, a aglutinação que acontecia no ato possibilitava, como percebemos na citação anterior, que o DAEFi conseguisse apresentar a pauta de forma efetiva. Este ponto toma relevância pela conscientização da necessidade da campanha, pois eram apresentados para os estudantes os posicionamentos tanto da Reitoria quanto da Direção da ESEF. Tomando isso, o diálogo encaminhava para a necessidade de organização e ação como viabilidade de se ter um RU. Garantia desta forma uma forte inserção da pauta no conjunto dos estudantes e também da comunidade esefiana.

O primeiro ato-almoço, marcado para o dia dezesseis de agosto de 2006, não aconteceu por falta de organização interna do DAEFi, conforme o relato a seguir:

Acho que o fogareiro não chegou [...], a panela não veio, uma coisa assim. Primeiro ato almoço, nós tínhamos panfleteado [...] Não aconteceu. A gente fazia ato almoço quarta e quinta. Pegava a galera que fazia cadeiras segunda e quarta, e terça e quinta.[...] E aí teve um destes que não aconteceu, a gente ficou apavorado. (PERGHER, 2011b)

Com este ocorrido, o primeiro ato almoço aconteceu no dia seguinte, dia dezessete de agosto, e apesar da pouca divulgação e de algumas falhas na organização foram servidas aproximadamente 100 refeições neste dia. Após avaliação deste primeiro ato, o DAEFi passou a organizar melhor os próximos atos, principalmente na distribuição das tarefas que antecediam aos atos.

Mais quatro atos-almoços foram realizados ao decorrer da campanha, todos com muito envolvimento da comunidade acadêmica, não só estudantes, mas também alguns funcionários. A média de refeições servidas foram 160 por ato, sendo que em um deles mais de 170 refeições foram servidas.

A Direção da ESEF foi pressionada pelo bar da faculdade para que negociasse o fim dos atos-almoços, pois a cada ato almoço realizado que servia refeições para 150 estudantes, aproximadamente metade deste número não almoçava no bar, e acabou gerando uma reação por parte da Direção da Escola:

Nós fomos um dia, inclusive, cobrados que o bar ia fechar. E nós falamos, “Olha nossa luta não é contra o bar, nossa luta é que o estudante tenha direito a assistência estudantil como todos os estudantes da UFRGS tem. [...]”. Nós tivemos uma reação nesse sentido, com eles quase pedindo “parem de fazer ato almoço” pela direção da ESEF. Nós dissemos que não, que nós não íamos parar, que isso fazia parte da nossa campanha. Que nós não nos importávamos nem um pouco com o bar, que se ele fechasse as portas nós não estávamos nem aí, porque tem que ter um bar lá, sem duvida alguma, [...] mas nossa luta não era contra ele, isso tem que ficar bem claro. (PERGHER, 2011b)

Apesar de o bar da faculdade ter fechado suas portas alguns meses depois, a campanha “RU na ESEF JÁ!” não pode ser culpada por isto, pois de acordo com muitos estudantes da ESEF, os preços cobrados neste bar eram preços que os estudantes da graduação não podiam pagar, e isto já estava claro para muitos estudantes que compreendiam que o papel daquele bar era servir lanches e refeições principalmente para os alunos dos cursos de pós-graduação que tinham aulas na ESEF.

3.3.2 Pesquisa

Concomitante aos atos-almoços o DAEFi realizava uma pesquisa entre a comunidade esefiana com o objetivo de comprovar para a Reitoria que existia a demanda para um Restaurante Universitário no campus Olímpico. Esta pesquisa era composta por seis perguntas relacionadas à utilização do RU e a intenção de utilização no caso de haver um Restaurante na ESEF por parte dos estudantes.

A pesquisa teve a participação de 281 estudantes e apontou os seguintes resultados: 241 pessoas costumavam fazer refeições no RU, enquanto 67 não. Das que utilizavam o RU 125 o faziam três vezes ou mais por semana, 75 utilizavam duas vezes por semana e 14 pessoas utilizavam apenas uma vez por semana. O RU era mais freqüentado no almoço, 204 pessoas faziam esta refeição lá, enquanto que 69 jantavam e apenas 10 tomavam café da manhã. Caso existisse RU na ESEF 245 pessoas almoçariam no RU três vezes ou mais por semana, 31 pessoas almoçariam duas vezes e 6 pessoas almoçariam 1 vez por semana. Os números para a janta foram menores, 91 pessoas jantariam três vezes ou mais na semana no RU caso existisse um na ESEF, 74 jantariam duas vezes e 49 jantariam ao menos uma vez por semana.

O fato de não ter sido implementado ainda o curso noturno de Dança no campus na época em que a pesquisa foi realizada pode ter resultado em números menores para a intenção de janta no RU da ESEF, o que não justifica que a mesma não seja servida, já que o DAEFi entendia por demanda qualquer estudantes que ficasse à margem da assistência estudantil. Os resultados da pesquisa foram apresentados ao Conselho Universitário (CONSUN) através da representação discente do DCE, junto com o abaixo-assinado da campanha.

3.3.3 Abaixo-assinado

Junto da pesquisa um abaixo assinado realizado pelo DAEFi circulava pelos atos-almoços, para endossar a manifestação. O cabeçalho da lista brevemente falava sobre a importância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes na Universidade,

ressaltava o fato de os estudantes de Educação Física serem os únicos sem um RU e por fim exigiam a construção de um RU na ESEF.

Ao tomar um caráter amplo, o abaixo-assinado deixou a ESEF e passou a circular por toda a UFRGS, nas salas de aulas, nos atos, nas filas dos outros RU. Membros do DCE e de outros DA e CA buscavam as listas para passar em seus campi recolhendo assinaturas de estudantes de toda a universidade.

Já nas paredes da ESEF foi colocado um cartaz enorme, como um abaixo-assinado gigante, para que os estudantes, funcionários e professores pudessem manifestar apoio à campanha e também para que a ESEF visse quem apoiava ou não a construção de um RU no campus Olímpico. Alguns professores ao serem indagados sobre o porquê de não assinar o cartaz se referiram ao apoio que deram ao plano de gestão do Reitor que não continha a previsão de construção de um RU na ESEF, portanto não poderiam apoiar a reivindicação de algo que não estava presente em um plano de gestão que apoiaram anteriormente.

O objetivo do abaixo-assinado além de pressionar a Reitoria com a divulgação do número de assinaturas, com o resultado final entregue ao Reitor de 4000 assinaturas, tinha como principal objetivo manter os estudantes mobilizados na pauta e informar da mesma, pois somente ao assinarem a lista muitos ficaram sabendo da situação em que os estudantes da ESEF se encontravam. O abaixo-assinado cumpria um papel de divulgação para todos os campi, por mais que não fosse o principal meio de divulgação da campanha, mas era um meio que possibilitava um diálogo mais próximo aos estudantes, o que politizava a pauta.

3.3.4 Arte e Camisetas

A arte da campanha “RU na ESEF JÁ!” foi inspirada na campanha “Fome Zero” do governo Lula, no sentido de fazer uma crítica irônica à campanha do governo que pretendia erradicar a fome no país ao mesmo tempo em que deixava mais de 800 estudantes isolados em um campus sem auxílio alimentação.

A criação de uma arte para a campanha foi fundamental, visto que formou uma identidade visual, na qual os estudantes olhavam os cartazes, ou outras pessoas com as camisetas e se identificavam com a campanha, conforme o trecho:

Aonde o cara ia via o adesivo do RU, via uma camiseta do RU, o pessoal ia jantar e almoçar nos outros campus com a camiseta do RU da ESEF, o pessoal ia pra Reitoria com a camiseta do RU ou então com adesivo. Então foi algo que foi bem divulgado, bem difundido, quem estudava na UFRGS sabia da campanha RU na ESEF, acho que isso foi bastante importante para o sucesso da campanha. (PEREIRA, 2011)

Essa identidade visual fazia com que mais pessoas aderissem à campanha ao mesmo tempo em que propagandeava a mesma já que a camiseta não era vendida apenas para os estudantes da ESEF, mas sim de toda a UFRGS. Ao enxergar colegas de outros campi vestindo a mesma camisa, o estudante da Educação Física se sentia parte de uma campanha ampla, que não se fechava nos muros da ESEF. Entendia que o problema da falta de RU no seu campus tinha a mesma origem dos problemas enfrentados pelos outros estudantes, das filas no RU do Vale, da falta de professores da FABICO, da estrutura precária do IA, das irregularidades no Direito, entre outros.

No sentido de colocar a campanha na rua e criar essa identidade visual o DAEFi confeccionou camisetas pretas, em sinal de luto pela falta de assistência estudantil, com a arte da campanha em branco. Para garantir que os estudantes comprariam a camiseta o Diretório vendeu a cinco reais cada peça, subsidiando quatro reais do custo da camiseta:

Uma das coisas que acho que é um grande diferencial é a produção de camisetas que a gente faz [...]. Nossa idéia de produção de materiais é fazer a publicidade do negócio, então acabava que a camiseta não pode ser preço de custo, não pode ser o que custou, temos que fazer a camiseta o mais baixo, o mais barato que conseguir fazer. Tanto é isso, que as camisetas que fazíamos eram 5 reais, e depois, manteve sempre a 5 reais e isso dava uma dinâmica. (NISHIMURA, 2011b)

Essa medida só foi possível graças à política financeira tocada pelo DAEFi, principalmente no que diz respeito às festas, que, como já visto anteriormente, viabilizou muitas das ações do Diretório.

Além das camisetas muitos cartazes foram colados pela universidade, dando um caráter forte de campanha, os estudantes viam os muros com cartazes colados e sabiam o que estava acontecendo. Outro instrumento inovado para a campanha foram os “pirulitos”, que eram dois cartazes colados um de costas para o outro com um mastro feito por um cano de PVC. Os “pirulitos” podiam ser vistos em todos os atos que aconteceram em Porto Alegre durante o período da campanha “RU na ESEF JÁ!” e também nos atos do MEEF. Também

foram confeccionados, com o apoio do DCE, milhares de adesivos, que eram distribuídos gratuitamente para os estudantes.

A identificação com a pauta era tamanha que outras ações relacionadas com a identidade visual aconteceram como nos fala o ex-aluno de Educação Física Leonardo Trápaga Abib:

Depois inclusive fizemos um time de futebol com o nome (RU na ESEF JÁ!), fizemos campeonato de futebol com o nome “RU na ESEF já”, várias, então foi uma campanha que ganhou a Universidade. (ABIB, 2011)

O time de futsal “RU na ESEF JÁ!” participou de duas edições da Copa DCE de Futsal, em 2007 e em 2008, e era integrado principalmente por estudantes da ESEF. Apesar de não ter vencido nenhuma das edições do campeonato, a equipe conquistou o prêmio de melhor torcida em 2007 ao entoar as músicas da campanha que eram criadas pela Banda Talibã. Já a Copa “RU na ESEF JÁ!” de futebol de campo foi um campeonato realizado nos finais de semana que durou do dia 10 de maio até 14 de junho no ano de 2008, onde alunos, professores e funcionários poderiam participar. Tanto o time quanto o campeonato com o nome “RU na ESEF JÁ!” foram reflexos da identidade criada em torno da campanha, que acabava por gerar um orgulho nos estudantes de vestir a camisa preta e reivindicar a assistência estudantil.

3.3.5 Panfletos, mídias e textos

Durante a campanha umas das formas de dialogar com a comunidade universitária e também de dar repasses de como estava o andamento da campanha era através de materiais como textos em panfletos, jornais ou nos meios eletrônicos.

Um dos meios de divulgar a pauta entre os estudantes foi a criação de uma comunidade em um site de relacionamento. Através desta comunidade eram feitas as convocações dos atos, eram dados os repasses das ações anteriores, surgiam debates e idéias para serem agregadas à campanha. Porém, em outras comunidades do mesmo site de relacionamentos surgiam críticas à campanha, principalmente na comunidade da UFRGS e da ESEF.

As manifestações contrárias à campanha não eram muito comuns, porém o meio virtual era onde elas aconteciam mais frequentemente, e carregavam uma intencionalidade individualista ou em outros momentos atacavam os grupos que estavam ligados ao DCE, como se a campanha tivesse apenas um caráter eleitoral, como mostra o trecho retirado da comunidade da UFRGS em um tópico criado por um dos membros do DAEFI com a intenção de divulgar e chamar os estudantes a participarem do ato do dia 13 de setembro de 2006:

Eu também não vou ir neste ato. Também apoio a idéia de ter um RU na ESEF. Mas não sei como poderíamos fazer para que fosse construído um lá. Alguém tem um levantamento dos custos? Alguém tem alguma previsão no orçamento da universidade pra isso? Ou acham que vão construir um RU só com uma manifestação em véspera de eleição? Não quero ser usada pelo DCE como já fizeram outras vezes. Depois passam as eleições pro DCE e eles nunca mais aparecem de novo. [...] Tenho que ser obrigada a dar um "cheque em branco" aos nossos "líderes" do DCE? Eu fora! Não vou. Não sou massa de manobra de ninguém. (Postagem de uma estudante na comunidade da UFRGS no site de relacionamentos Orkut³⁵)

Em algumas ocasiões alguns estudantes deixavam claro que preferiam ter o RU do seu campus reformado antes mesmo de os estudantes da ESEF terem onde almoçar como fica evidenciado neste outro trecho retirado também da comunidade da UFRGS em um dos primeiros tópicos lançados justamente para divulgar a campanha:

Acho sim, q antes de colocar um Ru na ESEF, os outros devem ser reformados. Te convido a dar uma visitadinha no RU da Agronomia, por exemplo. Já pisaste lá? Novamente, digo que concordo com a construção de um RU na ESEF, mas acredito que seja melhor ter 4 RU's em condições decentes de uso do que 5 em condições capengas. (Postagem de uma estudante na comunidade da UFRGS no site de relacionamentos Orkut³⁶)

Fica evidente que alguns estudantes, talvez por não sentirem no dia-a-dia a falta que um RU faz, pensem que é prioritário a reforma ou a ampliação de um Restaurante já existente em detrimento da criação de um RU que atenda aos estudantes que sequer tinham acesso ao um Restaurante capenga. A compreensão que o DAEFI e o DCE tinham é de que as duas pautas estão interligadas e não se excluem, na medida que a luta pela criação do RU na ESEF se articulava com a luta pela ampliação do RU do Vale, da abertura do RU da Saúde durante a

³⁵<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=23985&tid=2486607138194409695&na=4&npr=2&nid=23985-2486607138194409695-2486924568512980112> acessado em 08 de junho de 2011.

³⁶<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=23985&tid=2483844310286944479&na=3&npr=2&nid=23985-2483844310286944479-248401135874777501> acessado em 08 de junho de 2011.

noite, resultando numa luta ampliada pela assistência estudantil e em defesa da Universidade Pública.

Além dos meios virtuais o DAEFi lançava constantemente matérias como panfletos e jornais que falavam sobre a campanha. Estes materiais eram distribuídos nas passadas em sala, realizadas pelos militantes do Diretório, ou então nos atos-almoços, e tinham o sentido de informar aos estudantes sobre o andamento do processo de luta que estava acontecendo juntamente com a tentativa de politizar a pauta trazendo elementos sobre a mesma, as articulações feitas com outras entidades, o andamento da campanha, enfim, a necessidade de convocar os estudantes à participação coletiva no processo.

No primeiro informativo de agosto de 2006 o DAEFi conjuntura o descaso com que a Reitoria tratava a assistência estudantil em toda a UFRGS mas em particular na ESEF onde não havia um RU. Também apontava para o fato de todas as chapas que concorriam a direção do DCE sempre pautarem a questão do RU na ESEF na suas campanhas. Por fim relatava a participação do DAEFi no II Congresso de Estudantes da UFRGS, levantando a problemática acerca da assistência estudantil e convocava os estudantes a fazerem parte da luta que não se restringia apenas ao DAEFi e ao DCE, além de divulgar os atos-almoços do dia 16 (que não ocorreu) e 17 de agosto de 2006.

O informativo II lançado em setembro de 2006, em meio à Semana do “Profissional”³⁷ trazia um texto explicando o que já havia sido feito até então, 100 camisetas vendidas á cinco reais, os três atos-almoços que serviram mais de 350 refeições, passadas em sala para divulgar a campanha, 2000 adesivos e a colagem de mais de 200 cartazes por toda a UFRGS. Também relatava o apoio dos funcionários que compravam a camiseta e procuravam saber como podiam ajudar na campanha. E no sentido de contar com a participação do maior número de estudantes o DAEFi convocava ali a primeira reunião ampliada pro dia 31 de agosto, às 13 horas em frente ao DAEFi para que as próximas ações da campanha “RU na ESEF JÁ!” fossem organizadas não somente pelo Diretório.

Em novembro de 2006 é lançado o terceiro informativo, contendo a carta de despedida da gestão Movimento Consciente e apresentando os resultados para a eleição do DAEFi elegeu a chapa Movimento Consciência e Luta após um pleito disputado contra a chapa Movimento ESEF Mais, onde 354 estudantes participaram das eleições e a chapa 1

³⁷ Semana de atividades propostas pelo DAEFi para debater a Regulamentação da Profissão, tendo em vista a data inventada pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) 1º de setembro, dia do Profissional de Educação Física, no sentido de desvincular dos formados na área da Educação Física o termo Professor.

venceu por 62 votos de diferença, dando assim continuidade à gestão anterior e também à campanha “RU na ESEF JÁ!”. Sobre a campanha o informativo trazia uma atualização das ações anteriormente trazidas no último panfleto: a realização de cinco atos-almoços, os dois atos na reitoria, a assinatura do Reitor, mais 150 camisetas confeccionadas e vendidas ainda a cinco reais, 600 cartazes colados pelos campi da UFRGS, pesquisa, abaixo assinado, duas reuniões ampliadas e mais de 8000 panfletos distribuídos por toda a universidade. Encerrava o informe com o caráter que a luta já estava tomando, de que não seria dado nenhum passo atrás e que a luta continuaria até a vitória final.

3.3.6 Reuniões ampliadas

Como já exposto anteriormente o DAEFI buscou a participação ampla dos estudantes da ESEF na construção da campanha “RU na ESEF JÁ!”, para isto o mecanismo utilizado para ouvir às idéias e manifestações dos estudantes e construir a campanha de maneira coletiva foi a convocação de reuniões ampliadas.

Apesar das reuniões do DAEFI serem abertas para quem quisesse participar, foi criada uma reunião especial para tratar apenas sobre a campanha, para fazer com que os estudantes que tivessem interesse em avaliar as ações já tomadas, discutir os próximos passos, ou apenas se informar sobre a campanha, participassem das reuniões. Estas aconteciam em um horário diferenciado, próximo ao intervalo do meio dia tentando abranger tanto os estudantes da manhã que estão saindo das aulas, quanto os estudantes da tarde que estão chegando à ESEF.

As reuniões ampliadas também tinham o objetivo de politizar a pauta, levar os estudantes de uma situação, que poderia ser caracterizada principalmente pela oposição de massa de manobra, trazendo o estudante para a posição de protagonista da luta. Criar a condição subjetiva de ter os estudantes na luta se entendendo como sujeitos. Esta opção fica evidente no trecho que segue:

O Diretório Acadêmico conseguiu dar este salto, no sentido de ter estas condições subjetivas. Cabia a ele saber como lidar com [...]a estudantada da ESEF. Não poderia ser uma forma mecanizada de oba-oba, tinha que ser algo mais politizado, porque o ato almoço mobilizava muito, a gente conseguia ter uma inserção muito forte, [...] a gente servia cento e cinquenta refeições, cento e cinquenta pessoas pegavam o panfleto, ficavam a nossa volta

conversando sobre o Restaurante Universitário[...]. Mas a gente pensou, “galera, nos temos que avançar disso”. (PERGHER, 2011)

Este avanço se deu inicialmente através das reuniões ampliadas. A primeira delas, do dia 31 de agosto de 2006 contou com mais de 60 estudantes dentro da sala do DAEFi. A segunda reunião marcada no dia 05 de outubro de 2006 contou com a presença de mais de 30 alunos. Por mais que as linhas de ação fossem tiradas entre os militantes nas reuniões do DAEFi elas sempre eram rediscutidas e modificadas de acordo com o que era debatido com os estudantes nas reuniões ampliadas, como traz o seguinte trecho:

Considero que a reunião ampliada ela é algo muito importante no processo de organização da campanha. O DA tinha uma posição, tinha uma linha... Mas a gente ia para a reunião ampliada para discutir essa linha com a gurizada para ver se era isso mesmo, até que ponto a própria gurizada estava disposta a assumir junto. Nós ampliamos esse leque organizativo. Nós tivemos reunião ampliada com cinquenta, com sessenta, teve dia com trinta pessoas. A reunião ampliada foi um espaço muito importante para ter esse vínculo. E aí o Diretório se abriu também. (PERGHER, 2011b)

Então fica evidenciado que a construção coletiva era priorizada no sentido de fazer com que a campanha tivesse um caráter amplo de participação e não apenas um dirigente para orientar as ações da massa. Os estudantes que participaram do processo de luta pelo RU na ESEF tiveram a possibilidade de participar de ricos espaços de formação política, em diversas ocasiões e as reuniões ampliadas representavam apenas um destes espaços.

3.4 OS ATOS DA CAMPANHA “RU NA ESEF JÁ!”

Com a campanha já tendo tomado corpo dentro da ESEF e sendo cada vez mais divulgada pela UFRGS, a pauta já tinha um grande apelo e apoio dos estudantes. Depois da primeira negativa da Reitoria justificando que não havia demanda para um Restaurante no campus Olímpico, o Movimento Estudantil partiu para a manifestação através dos atos públicos onde as pautas específicas dos estudantes eram expressas e levadas ao conhecimento da comunidade em geral.

A campanha “RU na ESEF JÁ!” foi marcada por diversos atos que contaram com a participação ampla dos estudantes da ESEF, por mais que na maior parte destes atos a pauta principal nem fosse o RU na ESEF, mas ela sempre se fazia presente, com os estudantes de Educação Física se colocando lado a lado dos lutadores sociais.

3.4.1 Ato do dia 13 de setembro de 2006

No II Congresso de Estudantes da UFRGS, no ano de 2006, depois de os estudantes da Educação Física levarem a pauta da falta de assistência estudantil no campus olímpico, foi tirado um indicativo de ato público para o segundo semestre tomando também as demais pautas deliberadas no Congresso.

O ato proposto e idealizado pelo DAEFI e organizado com o apoio do DCE e de outros DA e CA, aconteceu no dia 13 de setembro de 2006, numa quarta-feira chuvosa. Contou com mais de 300 estudantes que marcharam rumo a Reitoria com a intenção de arrancar do Reitor uma assinatura de um termo de compromisso³⁸ com a construção de um RU na ESEF.

A organização deste ato contou com o acúmulo que a campanha já vinha carregando principalmente das atividades realizadas na ESEF, juntamente com a distribuição de adesivos e panfletos, a venda de camisetas e a colagem de cartazes. Para este ato foi feito um cartaz e especial convocando para o ato em que a arte central do mesmo era a arte da campanha “RU na ESEF JÁ!”, e também um panfleto apresentando todas as pautas tendo a centralidade na luta do RU da ESEF. A UFRGS foi “lavada” por estes cartazes juntamente com panfletos e adesivos.

Para mobilizar os estudantes a organização do ato disponibilizou um ônibus para cada campus (Vale, Saúde e Olímpico). A mobilização na ESEF ocorreu com os militantes passando de sala em sala convidando os estudantes a participarem do ato, dizendo que havia um ônibus em frente à ESEF pronto para levar até a Reitoria e pedindo para que os professores liberassem as aulas, apelo que poucas vezes era atendido, e mesmo quando alguns professores liberavam os alunos para participarem dos atos, nem todos compareciam. Após chegar ao campus do Centro a tática adotada era reunir os estudantes em frente à Faculdade

³⁸ Anexo A.

de Educação (FACED) e passar de sala em sala desta, explicando e convidando os estudantes a participarem do ato. Mesmo com essa conjuntura, de pouca disposição dos estudantes e de muita chuva, mais de 150 pessoas da ESEF participaram deste ato.

Ao chegarem à Reitoria vestindo camisetas da campanha, com cartazes e “pirulitos”, entoando cantos e palavras de ordem reivindicando o RU na ESEF, mais professores na FABICO e no Direito, e melhorias na estrutura no IA, os estudantes foram recebidos pelo então Reitor José Carlos Ferraz Hennemann, o Vice-Reitor Pedro Cezar Dutra Fonseca e o Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello. Ao serem recebidos os estudantes de Direito, Comunicação e Artes leram suas pautas de reivindicações e os estudantes de Educação Física leram e entregaram uma carta para o Reitor na qual exigiam com extrema urgência a construção imediata do RU na ESEF e a indicação de um cronograma do início do projeto de construção já para o próximo CONSUN, do dia 29 de setembro. A reação do Reitor foi de ter acordo com a pauta do RU na ESEF, inclusive ao se dirigir para a manifestação declarou que a mesma seria atendida, porém, o mesmo estava se negando a assinar o documento que comprometia a Reitoria com a construção do RU.

Os mais de 300 estudantes não saíram da Reitoria sem um compromisso do Reitor com a construção do RU. Aos poucos a mobilização que estava em torno da comitiva da Administração Central no pé da escada do saguão da Reitoria foi pressionando cada vez mais o Reitor. O mesmo chegou se negava a assinar as reivindicações, não querendo assinar a carta de comprometimento, foi então que os estudantes que estavam negociando disseram para ele, “olha então o senhor vai pegar o megafone e vai falar para toda essa gurizada que o senhor não tem acordo. Porque o senhor está enganando eles” (PERGHER, 2011b). Tendo em vista, o mesmo já ter anunciado o acordo com a pauta, Após muita negociação e muita pressão por parte dos estudantes, que àquela altura já gritavam “assina, assina” exigindo um posicionamento, o Reitor assinou a carta com o compromisso da construção do RU no campus Olímpico.

Com a assinatura do Reitor em mão o ato se dirige para o RU do Centro, entram no refeitório cantando e anunciam a vitória que acabaram de conquistar com o comprometimento da construção do Restaurante Universitário da ESEF. Foi feita uma fala para os estudantes que estavam almoçando no RU do Centro relatando a luta e a conquista, em que ao término do relato os estudantes que estavam ali almoçando levantam-se e aplaudem, emocionando aos que estavam presentes no ato.

Ao chegar à ESEF os militantes do DAEFi ganham uma grande arma para aumentar a mobilização dos estudantes. A carta com a assinatura do Reitor, que foi ampliada em cartazes e era exibida sempre nas passadas e colada por todas as paredes da Escola e também da UFRGS, mostrando que através da mobilização organizada era possível a vitória.

Neste ponto é importante ressaltar a organização da mobilização, pois em nenhum momento qualquer um dos atos da campanha surge e é tocado de maneira espontânea. Parte-se de uma análise concreta da realidade, como no II Congresso de Estudantes, onde a necessidade por mudanças que atendessem às pautas daqueles cursos era evidente; para tal a necessidade de um coletivo organizado e politizado a ponto de conseguir pensar a campanha enquanto totalidade, pensar os passos desta campanha num sentido de totalidade; esse coletivo organizado e politizado de preferência precisa estar à frente da entidade referência dos estudantes, aqui materializadas principalmente do DAEFi e também no DCE; partindo da necessidade de mudança é necessária a conscientização dos estudantes e a politização da pauta, processos como o que aconteceu na ESEF através dos atos-almoços, das reuniões ampliadas e do diálogo com os estudantes no sentido de ligar a pauta específica com as pautas mais gerais; depois da conscientização era o momento do embate, de passar em salas, mobilizar os estudantes, debater com os professores, que na sua maioria negavam a liberar os alunos; por fim, toda a organização interna do ato também deve ser planejada, desde o trajeto do deslocamento, quem fará a segurança, quem faz as falas do ato, até a criação das palavras de ordem, a confecção de cartazes e materiais e a execução do ato em si.

A participação de muitos estudantes da ESEF, principalmente os de primeiro, segundo e terceiro semestre, resultou em uma reformulação na forma das palavras de ordem dos atos, diferente das que o Movimento Estudantil estava acostumado. A vivência dos estudantes em torcidas como a Geral do Grêmio e a Popular do Inter fez com que muitas das músicas cantadas em dias de jogos fossem adaptadas por eles para os atos. Chegavam a levar para as atividades alguns instrumentos musicais como bumbo, tarol, tambor, etc., e formaram uma banda que aos poucos se tornava responsável pela agitação dos atos:

Era quem ficava agitando os atos, os caras ficavam criando muita palavra de ordem não precisava a gente [...] parar na dureza lá e criar palavra de ordem que tivesse coerência com o que estávamos defendendo [...] a gente se sentava e conversava um pouco com os caras, na real eles já sabiam qual era a nossa proposta ali, [...] disputar com a reitoria e a galera tocava e tentavam falar palavras de ordem que fazia todo mundo cantar, da ESEF, fora da ESEF, iam para casa pensando na música, então a gente conseguiu criar também essa cultura, uma cultura de luta dentro dos estudantes, que mesmo

que não se identificassem com todas as nossas propostas, [...] com a forma de se organizar, vinha junto assim. (NISHIMURA, 2011b)

Aos poucos a banda ficou conhecida como a Banda Talibã da ESEF, e se encarregou de criar os principais cânticos da campanha, que eram facilmente assimilados pelos estudantes presentes nos atos, seja pela sua melodia já familiar ou pela sua letra simples e direta, as músicas da Banda Talibã sempre se fizeram presente em todos os atos da campanha e facilitavam o diálogo com quem estava de fora:

É muito mais fácil fazer isso cantando do que tentar alguma pessoa falar ou gritar com megafone, não entende nada. Então uma melodia, uma música é uma coisa que vai repetindo, todo mundo vai cantando, e não tem como não ouvir, não entender, então acho que essa parte da música é algo bem importante. A principal delas “A ahá RU na ESEF já” não tem como não entender o que é que está pedindo na música, ou o que é que quem está cantando quer dizer com isso, está claro que todo mundo quer um RU na ESEF. (PEREIRA, 2011)

Pode-se dizer que o ato do dia 13 de setembro mudou a maneira de fazer atos na UFRGS. Deste dia em diante a organização, a combatividade, a identidade visual através de camisetas, as palavras de ordem adaptadas às músicas de torcidas, entre outros elementos, se tornaram sempre presentes nas manifestações e atos que o Movimento Estudantil organizaria na UFRGS, muito disto devido à participação efetiva dos estudantes da ESEF organizados pelo DAEFi, nos atos públicos.

Mas o que fez com que o dia 13 de setembro ficasse marcado na história do Movimento Estudantil da UFRGS não foi o comprometimento com o RU da ESEF assinado pelo Reitor, mas sim a unidade dos estudantes pela integração dos estudantes de diversos cursos, Educação Física, Direito, Jornalismo, Artes, Pedagogia, História, Biblioteconomia, Arquivologia e Ciências Sociais, todos ocupando seus lugares na mobilização, lutando por uma Universidade Pública e de qualidade. O dia 13 de setembro entra para o rol das datas em que os estudantes da UFRGS mostraram que podem fazer diferente. E através de seus Diretórios e Centros Acadêmicos e DCE podem ser mais atuantes do que a Reitoria e o governo federal possam imaginar.

3.4.2. Ato no CONSUN do dia 29 de setembro de 2006

Após o Reitor assinar o documento no qual se comprometia a indicar no próximo CONSUN um cronograma para o início do projeto de construção do RU na ESEF, os estudantes organizaram uma mobilização no sentido de reforçar a cobrança por atitudes concretas às promessas feitas no dia 13 de setembro.

Neste ato estavam presente cerca de cem estudantes dos cursos de Educação Física, Direito, História, Artes Visuais e Comunicação, todos com o apoio dos seus respectivos diretórios. O objetivo era que cada DA tivesse direito a uma fala para apresentar ao CONSUN os problemas que estavam enfrentando nas suas unidades. No entanto, ao invés de serem recebidos pelo CONSUN, os estudantes foram recebidos por um grupo de seguranças que estavam na escada da Reitoria, impedindo a entrada. Ao tentarem progredir para o segundo andar os estudantes foram barrados pelos seguranças que entraram em conflito agredindo aos estudantes que faziam a linha de frente do ato. Esta atitude, que remete aos tempos de repressão violenta da época do regime ditatorial do nosso país, assustou aos estudantes mais novos ou aos que estavam participando pela primeira vez de uma manifestação, já que nem todos ali eram militantes:

Quando a gente foi entrar na reitoria a gente tomou gravataço, soco, empurrão, chutes por baixo... O mesmo que depois se repete com outro reitor no parque tecnológico aprovado na UFRGS, também abaixo de pau. (NISHIMURA, 2011b)

A resistência da linha de frente do ato no enfrentamento com os seguranças fez com que alguns estudantes conseguissem escapar do bloqueio e chegassem à sala do CONSUN, onde houve nova tentativa de barrar a entrada dos estudantes. Mesmo assim os estudantes vencem o conflito com os seguranças e sobem com todo o ato para o segundo andar onde estava acontecendo a reunião, numa sala fechada. Depois de muita negociação os estudantes conseguem entrar na sala, porém o Reitor não permitia que outros estudantes, que não fossem os representantes discentes falassem, decisão que não foi acatada pelos estudantes, que exigiam uma fala por Diretório, o que acabou acontecendo, mesmo com o desconforto gerado no Conselho, já que estas falas poderiam constranger os Diretores das Unidades, que teriam nomes citados e relacionados à situação vexatória de cada curso.

Além da repressão cometida pela segurança da Reitoria, dois representantes discentes, ligados a grupos governistas, e de oposição ao DCE da época, abordaram um representante do DAEFi recriminando a manifestação dos estudantes. Atitude que foi repudiada veementemente pelos manifestantes do Movimento Estudantil.

Uma comissão formada depois do ato do dia 13 de setembro acabou sendo aprovada pelo CONSUN e designada para estudar a viabilidade do Restaurante Universitário na ESEF. Esta comissão contava com representantes do DAEFi, DCE, Direção da ESEF, SAE, Reitoria e da Superintendência de Infra-Estrutura da UFRGS (SUINFRA). Esta comissão se reunia periodicamente para estudar soluções imediatas e de longo prazo para solucionar a falta de assistência no campus Olímpico.

Na primeira reunião, no dia 21 de setembro, foram debatidas alternativas que suprissem a demanda imediata dos estudantes pela refeição. Dentre as alternativas que surgiram, a mais aclamada foi a do então Diretor da ESEF, Ricardo Petersen, de servir refeições no Galpão da ESEF, que é um espaço utilizado para a realização de atividades culturais, confraternizações e as festas da comunidade esefiana. Uma nova reunião foi marcada para a manhã seguinte, dia 22 de setembro, e contou com a presença de nutricionistas do RU e do Diretor da Divisão de Alimentação da UFRGS, Paulo Peres, tendo em vista debater a viabilidade de transportar a comida preparada no RU da Saúde para ser servida no Galpão da ESEF. Foi solicitada por eles uma avaliação de um Agente Fiscal da Equipe de Alimentos da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. O parecer do Agente da Vigilância Sanitária concluiu que o local não contemplava os itens básicos para a manipulação e distribuição de alimentos e que para adequá-lo seria necessária uma ampla reforma.

Outra proposta apresentada pela SUINFRA foi a de disponibilizar para os estudantes um meio de transporte entre a ESEF e o RU 2, da Saúde, enquanto não fosse implantada a solução definitiva. Esta proposta foi rejeitada pelos estudantes:

Uma das propostas era transportar para o RU da saúde, e aí falamos “se o reitor passar uma semana indo com a gente da ESEF até o RU da Saúde almoçar todo dia de ônibus, como o senhor está propondo, a gente até pensa em abrir a discussão sobre isso. Se não, a gente não vai aceitar este troço”. (PERGHER, 2011b)

As duas propostas não agradavam ao Movimento Estudantil, tendo em vista que a primeira retirava um espaço utilizado pela comunidade esefiana e que seria de forma extremamente adaptada e improvisada podendo gerar problemas futuros. A segunda proposta se tornaria inviável pela perda de tempo no deslocamento entre os campi, e também pelo fato de os estudantes terem diferentes horários para almoçar, de acordo com as disciplinas que cursam. Mas, além disso, estas duas propostas ditas provisórias pela SUINFRA, poderiam se tornar definitivas, substituindo de vez o RU na ESEF e não garantindo por completo a assistência estudantil no campus Olímpico.

Ao terem as duas alternativas negadas a SUINFRA encaminha à Reitoria uma última proposta de alternativa através de um documento. Após realizar um cálculo preliminar, onde cada refeição servida em um RU construído exclusivamente para a ESEF, teria o custo de quatro reais e setenta e três centavos, e ainda afirmar que a demanda comprovada pelos estudantes era “incerta”, o Vice-Superintendente de Infra-Estrutura, André Martinewski, propôs a “exploração do restaurante por terceiros”. Esta proposta consistia em abrir a licitação para uma lanchonete com uma cláusula no contrato que obrigaria a mesma a fornecer um determinado número de refeições à um real e trinta centavos, preço cobrado nos RU’s. A UFRGS arcaria com a diferença de valor cobrado e o custo da refeição. O documento admitia ainda que a área destinada à lanchonete não fosse suficiente para atender à demanda de 250 refeições, valor adotado como estimativa pela SUINFRA, porém, segue no documento, “não há segurança de que este número seja efetivamente alcançado; ao contrário, a pesquisa feita pelos estudantes indica que cerca de 245 alunos fariam refeições na ESEF”, ou seja, de acordo com a SUINFRA, uma diferença de cinco estudantes viabilizariam um espaço que não estava preparado para atender 250 estudantes. A proposta ainda continha outras contradições, como a autorização para que apenas os estudantes pudessem usufruir do benefício em um primeiro momento e mais tarde seria estendido aos funcionários, excluindo a utilização por parte dos professores.

Esta última proposta da SUINFRA representava tudo o que o DAEFi lutava contra. A terceirização do serviço público a partir do momento em que a universidade (Estado) transfere uma responsabilidade que é sua para uma empresa privada, prestadora de serviços, que não tem nenhum compromisso social, visa apenas aumentar os lucros. A parceria público-privada, com a abertura dos espaços públicos da Universidade para o setor privado, como lanchonetes ou restaurantes, no caso da proposta da SUINFRA. A precarização da assistência estudantil, já que os estudantes teriam uma alternativa imediatista para os seus problemas,

mas ficariam refém de um processo licitatório, que quando encerrado, o prestador de serviços, no caso a lanchonete, poderia sair do campus e deixar novamente os estudantes sem ter onde comer. E a fragmentação da classe, ao compreender que o RU da ESEF beneficiaria a todos da comunidade, estudantes, professores e funcionários, por mais que os professores não aderisse em peso, a luta pelo RU se tornava uma representação local da luta de classes, a alternativa de servir as refeições apenas para os estudantes era uma medida corporativista, que beneficiava apenas a um setor, diferente de um RU no campus.

Por estas razões a proposta foi rejeitada pelo DAEFi, e em seguida, as reuniões que eram freqüentes acabavam por se tornar mais espaçadas, muitas eram desmarcadas em cima da hora ou então os representantes da Reitoria simplesmente não apareciam, até que um dia as reuniões cessaram, deixando os estudantes da ESEF apenas com uma promessa de RU.

3.4.3 Jornada Nacional de Lutas

O ano de 2006 encerrou para o Movimento Estudantil com a vitória da chapa de continuidade do DCE, “Instinto Coletivo”, o que garantia uma continuidade também na campanha “RU na ESEF JÁ!” já que um dos coordenadores gerais do DCE era membro do DAEFi, Shin Pinto Nishimura, algo que representa muito. Um curso como a Educação Física, que fica em um campus isolado, ter uma coordenação geral no DCE representava uma maturidade política do DAEFi e também dos estudantes da ESEF. Como sempre, nas férias, pela desarticulação dos estudantes, a passagem de ônibus aumentou mais uma vez em Porto Alegre, de R\$ 1,85 para R\$ 2,00. Houve algumas mobilizações com a participação do DCE e dos estudantes da UFRGS, porém o aumento não foi barrado.

Já próximo ao início das aulas, no dia 8 de março de 2007, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, uma data marcada pela luta das trabalhadoras por melhores condições de trabalho e de vida, o então Presidente Lula recebeu no Brasil George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos da América. Nesse dia foi realizado um ato público em Porto Alegre, que contou com a presença do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) da Via Campesina³⁹ que ao entrarem no campus da UFRGS foram barradas pela Brigada Militar

³⁹ Movimento internacional de camponeses, que compreende organizações de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras em todo o mundo.

causando tensão. Os atos contra a presença de Bush no país não ficaram restritos apenas a Porto Alegre, no Brasil inteiro, muitas manifestações ocorreram contrárias as políticas estadunidenses, principalmente no que dizia respeito às tropas daquele país no Iraque e no Afeganistão.

Além da presença das Mulheres da Via Campesina, o ato em Porto Alegre teve a participação do DCE da UFRGS e do DAEFi, que convocaram os calouros a participarem da manifestação contra Bush e contra o imperialismo por ele representado.

Ainda em março, ocorreram duas das principais atividades dos setores de esquerda no país, o Encontro Nacional contra as Reformas Neoliberais – 25/03/2007 em São Paulo e o Encontro Nacional da Frente de Luta contra a Reforma Universitária – 26/03/2007 em São Paulo também e o DCE da UFRGS e a ExNEEF estiveram presente nos dois espaços levando dois ônibus com estudantes da UFRGS. Nestes encontros foi definido um calendário nacional de lutas, que foi aplicado integralmente pelo Movimento Estudantil da UFRGS.

No dia 17 de abril, dia marcado pelo massacre de Eldorado dos Carajás, e data símbolo da luta pela Reforma Agrária e contra a criminalização dos movimentos sociais, inúmeras pessoas estiveram presentes no ato público em Porto Alegre, entre estudantes, servidores federais e sindicatos. O ato marcou a paralisação geral chamada pela Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFGRS) que exigia o fim do congelamento de 10 anos dos seus salários, além de fazer uma crítica ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que propunha o congelamento dos salários por mais tempo. O DCE lança um material chamando os estudantes à participarem do ato explicando a pauta geral, da luta contra a Reforma Universitária e das Reformas Neoliberais do governo, e também apontando para as pautas específicas dos estudantes, como a luta pela manutenção da Permanência, que estava para ser extinta pela Reitoria, o novo prédio do IA, mais segurança dentro da universidade, ampliação dos concursos públicos para professores e funcionários na FABICO e a luta pela construção do RU na ESEF.

No dia 23 de maio aconteceu um terceiro ato público, este muito maior que os outros dois anteriores, e contou com a presença de 5000 pessoas. O ato teve a participação dos servidores municipais de Porto Alegre que estavam em greve e dos servidores da ASSUFGRS, que também estavam paralisados. Além destes, os estudantes estavam lá novamente para reivindicar suas pautas relacionadas à assistência estudantil, estrutura,

qualidade do ensino e também a implantação de ações afirmativas como as cotas raciais e sociais para o vestibular da UFRGS.

A marcha para os atos iniciavam sempre em seus locais de atuação, no caso dos estudantes de Educação Física, na ESEF. O DAEFi mobilizava os estudantes, passava em salas, se dirigia à concentração dos estudantes da UFRGS na frente da FACED e partiam para a Reitoria reivindicar as pautas para o Reitor. Em todos estes atos os estudantes da ESEF se fizeram presentes, reivindicando a construção do RU da ESEF, mas para, além disso, compreendiam a amplitude das lutas que estavam inseridos em cada ato:

Em todo ato a gente metia um ônibus da ESEF, levava a estudantada da ESEF e se o ato era mais amplo a gente levava a pauta do RU. Então sempre estava toda a galera de preto, os pirulitos, aqueles com cartaz, sempre estava a gurizada da ESEF lá no ato. E sempre tinha algumas falas [...] sobre o RU. Então era algo que a gente estava [...] tentando ampliar a pauta para além do RU. Porque o RU da ESEF insere-se em uma pauta de assistência estudantil, que se insere numa pauta maior da reforma universitária. Então é uma disputa da Universidade. (PERGHER, 2011b)

Os atos da Jornada Nacional de Lutas tiveram este papel de manter os estudantes mobilizados em torno de uma pauta ampla de reivindicações que não se encerravam apenas nas especificidades dos seus cursos.

Durante esta jornada os estudantes da ESEF participaram do XIII EREEF em Florianópolis – SC. A delegação da UFRGS teve uma participação importante principalmente na construção do ato público, realizado em frente a um shopping que havia sido construído em cima de um mangue que abrigava muitas espécies nativas de animais. A Banda Talibã fez a agitação do ato sempre com suas palavras de ordem em formas de músicas simples e criativas, que logo eram cantadas por todos os estudantes presentes no ato. A mística e a segurança também tiveram a participação da delegação da UFRGS, que já estava criando uma cultura em seus estudantes de participarem de maneira efetiva nos atos públicos.

3.4.4 Ocupação da Reitoria da UFRGS

Maio de 2007 ficou marcado pela grande ocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) pelo Movimento Estudantil. Esta ocupação tinha uma série de pautas, desde

a melhora na estrutura física até a contratação de mais professores, mas a principal das pautas era a retirada dos decretos do governo de São Paulo, que na época estava nas mãos de José Serra. Tais decretos representavam um forte retrocesso à Universidade Pública, na medida em que termina com a autonomia da instituição, como diziam as direções da ocupação no site Centro de Mídia Independente:

Tais determinações agridem não só em relação à gestão financeira, mas também no que concerne a sua função máxima: o ensino e a pesquisa autônomos, livres de interesses mercadológicos e meramente instrumentais. Institucionalizam a separação do tripé ensino, pesquisa e extensão, dividindo ainda mais a articulação no interior da educação pública, priorizando cursos e pesquisas de cunho operacional, ou seja, orientadas explicitamente por uma lógica mercantil. Separam a Fapesp⁴⁰ e o Centro Paula Souza⁴¹ (Fatecs e Etes) das Universidades, antes submetidas à Secretaria de Ciência e Tecnologia, agora seccionadas em Secretaria do Ensino Superior e Secretaria do Desenvolvimento. Por fim, suspendem a contratação autônoma de funcionários e professores, abrindo espaço para o acirramento do processo de terceirização e precarização do trabalho. (Centro de Mídia Independente⁴²)

Cerca de 500 manifestantes participaram da ocupação da Reitoria da USP que teve início no dia 03 de maio de 2007. Os estudantes tiveram apoio dos servidores do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (SINTUSP) e dos professores vinculados à Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), quando os dois setores deflagram greve em apoio aos estudantes e pela retirada imediata dos decretos do governo Serra.

Os ataques da grande mídia eram freqüentes, sempre na intenção de deslegitimar o Movimento Estudantil e de criminalizar a ocupação caracterizando como uma invasão. O Movimento Estudantil defende que a ocupação se diferencia de uma invasão, pois ao se tratar de um espaço público está sendo ocupado pelos cidadãos. Já a invasão é um ato de delinquência, que presume uma transgressão, portanto o termo utilizado pela grande mídia quando se referia à ocupação como uma invasão, tinha a intencionalidade de caracterizar a mobilização dos estudantes como um ato criminoso, ilegal e ilegítimo, jogando a opinião pública contra o Movimento Estudantil.

⁴⁰ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

⁴¹ Autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

⁴² <http://www.midiaindependente.org/pt/blue//2007/05/383002.shtml> acessado em 02 de novembro de 2011.

Com a ocupação sendo bombardeada a todo o momento na mídia, deflagra-se uma onda de ocupações de Reitorias nas universidades em todo o Brasil, organizadas a partir da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária, encabeçada pelo Movimento Estudantil, em solidariedade à ocupação da USP. Muitas moções de apoio à luta dos estudantes da USP eram emitidas de outras entidades e organizações de todo país que também ocupavam as Reitorias de suas universidades, como Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre outras.

A UNE também articula uma série de ocupações de reitorias pelo Brasil, porém estas ocupações são articuladas com o Presidente Lula, ocupações simbólicas, em defesa da implementação do REUNI nas Universidades, ocupações sem enfrentamento e sem diálogo com a base, o que demonstrou a degradação da entidade que um dia já esteve na luta em defesa dos estudantes.

Na UFRGS o Movimento Estudantil se articula através do CEB e do DCE. Após muito tempo esperando uma ação do Reitor para solucionar a falta de um RU na ESEF, o Movimento Estudantil da UFRGS entende que não tem mais como negociar através das reuniões com a Reitoria, onde os seus representantes mostravam um descaso com os estudantes, inclusive deixando de comparecer às reuniões. Isto acabou por arrastar a definição da construção do RU na ESEF. A ocupação foi a forma encontrada pelos estudantes para manifestar apoio aos estudantes da USP, exigir o cumprimento das pautas de reivindicação específicas de cada curso e de fazer com que a Reitoria tomasse uma medida prática para a construção do RU na ESEF.

A ocupação da Reitoria foi planejada com muito cuidado e sigilo, reuniões diárias aconteceram durante dez dias seguidos, o assunto era evitado de se comentar por listas de

email ou telefone. A articulação entre os DA e CA de vários cursos foi importante para a mobilização dos estudantes. Apesar de todo o sigilo, o Diretor da ESEF dirigiu-se até o DAEFi um dia antes da ocupação com uma planta do RU em mãos, tentando demover os estudantes de ocuparem a Reitoria. Os estudantes obviamente não admitiram a ocupação centralizando pela definição coletiva de manter em sigilo a mesma, sendo assim, não acataram o pedido do diretor, pois os estudantes queriam algo mais concreto do que uma planta, exigiam a abertura da licitação das obras do RU.

Então na manhã do dia 5 de junho de 2007 o Movimento Estudantil ocupa a Reitoria da UFRGS, com cerca de 400 estudantes dos diversos cursos, entoando as músicas da Banda Talibã, adentram o saguão do prédio da Reitoria, sobem à escadaria que leva ao segundo andar e em um grande ato, formando um círculo, atiram as mochilas no chão, um sinal de que os estudantes chegaram pra ficar no prédio e só sairiam após terem suas reivindicações atendidas. O expediente foi encerrado mais cedo naquele dia, às 16 horas os funcionários deixaram a Reitoria, ficando apenas os estudantes.

Barracas e colchões eram armados e espalhados pelo saguão, uma cozinha campeira, com fogareiro e uma grande panela, para preparar comida para os acampados, foi instalada próxima à escadaria, e ficou sob a responsabilidade do DAEFi que já tinha experiência em preparar as refeições dos atos-almoços. Muitas faixas e cartazes foram espalhados pelo prédio, com palavras de ordem que caracterizavam o ato. Muitos estudantes dialogando, conversando sobre a situação de seus cursos, fazendo mais materiais de propaganda.

A ocupação se organizou através das assembleias de estudantes. Em um espaço democrático, com a participação efetiva de mais de 400 estudantes, onde todos tinham voz e voto. Toda a linha da ocupação, as respostas que saíam para a mídia, as funções e tarefas, as regras de convivência, a pauta de reivindicações, enfim, toda a linha da ocupação foi debatida e deliberada pela assembleia geral dos estudantes da UFRGS, de modo a priorizar a construção coletiva, o diálogo e a democracia.

Após uma assembleia convocada para as 19 horas da terça-feira, dia 5 de setembro, várias comissões foram formadas e alguns responsáveis foram sendo definidos. Para evitar que informações incompletas ou trocadas fossem passadas pela mídia, apenas alguns responsáveis poderiam dar entrevistas e se comunicar com a imprensa. E para negociar com a Reitoria foi formada uma comissão, que contava com membros do DCE e de outras forças presentes no ato, o que incluiu um membro do DAEFi, devido a força que esse coletivo já

tinha e também devido à pauta do RU, a plenária via a necessidade de ter algum estudante da ESEF compondo a comissão de negociação. A organização se deu por forma de brigadas que eram responsáveis pela limpeza, alimentação, materiais e segurança:

Uma dessas assembléias pra deliberar como se daria a ocupação, questão de organização, quem ia fazer as comidas, quem ia fazer a limpeza pra tentar manter o espaço público em ordem, quem ia ficar com a segurança do local. Fechamos a reitoria, colocamos faixas em volta dela e estabelecemos algumas regras até porque a gente sabia que aquele momento era um momento bem delicado e que não era um momento de fazer farra ou querer esculhambar, não. Era um momento bem sério mesmo e por isso a organização foi a maior possível. (BERNARDI, 2011)

Em outro trecho também fica evidente a organização da ocupação da Reitoria da UFRGS e a preocupação com os detalhes da ocupação:

Foi uma ocupação muito planejada nos pormenores, nós tínhamos toda a campanha de identidade visual de massificar na UFRGS, a ocupação nós já tínhamos pronta, quando ocupou a Reitoria nós mandamos imprimir, três horas depois já estávamos com adesivo, cartaz, jornal, blog, rádio da ocupação, comissão de segurança, comissão de limpeza, comissão de organização, comissão de negociação com a Reitoria, nós demos um show ali, foi um espetáculo. (LANGHANZ, 2011)

Neste mesmo dia aconteceu a negociação dos termos da ocupação com a Administração Central. Os estudantes exigiram que nem a água e nem a luz fossem cortadas e que a Reitoria estava ocupada, portanto os estudantes controlariam quem poderia entrar na Reitoria, pra evitar infiltrações que pudessem boicotar a mobilização. A Reitoria passaria a noite ocupada e somente no outro dia os estudantes voltariam a se reunir com o Reitor, apenas estes termos foram negociados.

O evento Fronteiras do Pensamento realizado pela COPESUL⁴³ em parceria com a UFRGS estava acontecendo na primeira noite da ocupação, no Salão de Atos da UFRGS em frente ao saguão da Reitoria onde os estudantes estavam ocupados. O que se via eram duas visões de sociedade diferentes, frente à frente, uma com a outra. Nenhuma manifestação estava prevista para o evento, pois a ocupação ter acontecido no mesmo dia do evento Fronteiras do Pensamento foi uma coincidência, como fica evidente a seguir:

⁴³ Companhia Petroquímica do Sul.

Porque a gente não calculou tudo, calculou algumas coisas, não calculou o dia do Fronteiras do Pensamento, e vai em torno de 800 pessoas nas conferências, nós entregamos panfleto e material para todo mundo, nós fizemos um ato para cima do Fronteiras do Pensamento e o Fronteiras do Pensamento nos convidou para falar dentro do Salão de Atos, para poder expressar as pautas do movimento e a galera não aceitou. (LANGHANZ, 2011)

Os estudantes ocupados haviam deliberado em assembléia que fariam uma panfletagem para as pessoas que estivessem passando pelo campus, porém o que se viu foi uma mobilização dos estudantes protestando contra este evento que caracterizava uma parceria público-privada. A fala não foi aceita por entender que aquele evento não era um local de diálogo:

Em algum momento teve um confronto [...] com os seguranças deles, porque nós fomos lá tencionar o evento e os caras abriram um espaço para nós lá. Na boa, vai falar o que lá para aquele bando de burguês? Não tinha o que falar, era fronteiras do pensamento, você já coloca uma redoma, “vou pensar até ali”. Então a gente tinha um desacordo com aquele evento que estava acontecendo. (PERGHER, 2011)

Na madrugada do dia 5 para o dia 6, enquanto a maioria dos estudantes ocupados estava dormindo, outros faziam a segurança do grande acampamento que se formou no saguão da Reitoria e outros ainda saíram para buscar mais mantimentos para a ocupação. Dois destes militantes que deixaram o campus para arrecadar mantimentos foram cercados e agredidos por um grupo de estudantes que se diziam contra a ocupação e contra as cotas e mais tarde foram identificados como integrantes do Movimento Estudantil Liberdade (MEL), grupo que concorre ao DCE, ligado a partidos políticos como, Democratas (DEM) e Partido Progressista (PP), mas que se reivindica livre de partidos. Por se manifestar radicalmente contra as cotas raciais, o grupo também foi relacionado à autoria das pichações racistas nas paredes do campus do Centro, que diziam “Negro só se for na cozinha do RU. Cotas NÃO!” (CONTRAMOLA, p. 2, 2007). Em outro momento da madrugada, o mesmo grupo passa pela Reitoria arrancando cartazes e proferindo gritos contra a ocupação. Algumas ameaças anônimas também foram feitas aos estudantes ocupados chamando a Reitoria de “frouxa” e dizendo que a “desocupação seria no pau”.

É importante frisar que tanto a ocupação quanto à pauta do RU na ESEF tiveram uma oposição, que até certo momento se manifestava apenas nos meios virtuais, mas que a partir

daquela madrugada ganhou corpo, cara e nome. O MEL reunia idéias reacionárias, defendia a privatização da UFRGS, o aumento do preço do RU para sete reais, a cobrança de mensalidade. Diziam-se contra as cotas, contra a esquerda, contra o Movimento Estudantil e contra a Universidade Pública. Argumentavam que a campanha “RU na ESEF JÁ!” era uma pauta eleitoreira, que mais cedo ou mais tarde iria sair. E neste episódio da ocupação deixam claro que a prática deste grupo não tinha limites:

Foi bem tensa a relação com eles (MEL), porque tu não sabia qual era o limite dos caras. Nossos limites a gente conhece, agora o deles não. Os caras picharam muro da Universidade dizendo que lugar de negro era na cozinha do RU. Para tu ver o nível do troço, eles tinham um que era nazista dentro do grupo deles. (PERGHER, 2011b)

No dia seguinte, logo pela manhã iniciou-se uma nova rodada de negociações com a Reitoria. Desta vez, os estudantes negociariam a pauta retirada em assembléia geral no dia anterior. Porém a Reitoria adotou uma tática de tentar desgastar os estudantes que estavam negociando. A Administração Central assume uma postura de avaliar a posição do Movimento Estudantil com relação ao controle da entrada no prédio da Reitoria. Os estudantes haviam negociado no dia anterior que ninguém entraria no prédio, enquanto que o Reitor indicava que o funcionamento do prédio seria normal, como se não houvesse ocupação. A partir daí passaram a chamar os estudantes de traidores, dizendo que haviam descumprido o combinado, gerando um clima de tensão na mesa de negociação, até que os estudantes ameaçaram abandonar a mesa e abrir a negociação apenas no dia seguinte, mantendo a Reitoria ocupada por mais um dia. Neste momento a comissão de negociação da ocupação utilizou da única arma que tinha ali, o apoio dos estudantes que estavam mobilizados. A partir disso a comitativa da Reitoria recua nas acusações e os estudantes indicam que inicie as negociações.

A negociação seguiu tensa, e acabou durando cerca de seis horas. Os membros da Reitoria se revezavam, saíam para comer, ir ao banheiro ou tomar água, enquanto que os estudantes, exaustos pela noite mal dormida, com frio e fome, não podiam ser substituídos.

A pauta de reivindicações que estava sendo negociada foi a deliberada na assembléia geral do dia anterior, e era uma pauta extensa. Entre os principais pontos da ocupação estava a solidariedade à ocupação da USP, contra a Reforma Universitária, pela redução da taxa do vestibular e a ampliação das isenções, a construção imediata do RU na ESEF, ampliação do RU do Vale e do Centro, janta no RU da Saúde, novo prédio para o Instituto de Artes, ações

afirmativas para o acesso de estudantes negros, indígenas e de baixa renda, garantia dos espaços estudantis como a TOCA⁴⁴, CECS⁴⁵, CEABi⁴⁶ e DACOM, creche para os filhos dos estudantes da UFRGS, entre outras reivindicações.

Desta pauta reivindicatória levada para a mesa de negociação, mais de 80% foi atendida pela Reitoria⁴⁷. Alguns pontos o Movimento Estudantil teve que recuar, aceitando o esforço que a Administração Central estava fazendo para cumprir as reivindicações. Pautas como creche para os filhos dos estudantes e a casa de estudante no Vale receberam promessas de que teriam a viabilidade estudada. Porém as pautas centrais da ocupação, aquelas das quais o Movimento Estudantil não abria mão, foram atendidas e com prazos estipulados. A comissão dos estudantes saiu da mesa de negociação e se dirigiram para o saguão da Reitoria, a fim de comunicar em assembléia aos demais estudantes o resultado das seis horas de reunião com a Reitoria.

Na assembléia da noite, com mais de 500 estudantes, foram apresentadas as principais vitórias, como a definição do mês de julho como prazo final para a abertura da licitação das obras do RU da ESEF, com previsão de conclusão até o final de 2007, a implementação de ações afirmativas já para o vestibular de 2008, a garantia dos espaços estudantis bem como a recuperação de alguns destes espaços, a reforma do prédio do IA e a redução do valor do vestibular para estudantes vindos de escolas públicas e a isenção para os que possuem baixa renda.

Com a compreensão de que a ocupação havia sido vitoriosa e com o apoio da maioria dos estudantes ali presentes, o próximo passo seria a desocupação da Reitoria, porém alguns estudantes ligados a alguns grupos anarquistas tencionaram para que a ocupação se mantivesse por tempo indeterminado. Ficava visível ali uma análise de conjuntura que era considerada equivocada pela grande parcela do Movimento Estudantil, pois a ocupação era um instrumento de luta e não era o seu fim. A ação radicalizada, que era a ocupação, conquistou a pauta reivindicatória para os estudantes, manter a ocupação não traria mais conquistas, ao contrário, a manutenção da ocupação faria com que os estudantes abrissem mão dos compromissos assumidos pela Reitoria. Prejudicaria também a imagem da

⁴⁴ Espaço estudantil situado no campus do Vale, atualmente é utilizado pelo Centro de Estudantes de Letras (CEL) e antes era ocupado pelos estudantes de História, porém foi ameaçado de virar salas administrativas, o que gerou uma mobilização dos estudantes através da campanha “Ninguém TOCA na TOCA!”.

⁴⁵ Centro de Estudantes de Ciências Sociais.

⁴⁶ Antigo Centro dos Estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia. Atualmente se chama Centro Acadêmico da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia (CABAM).

⁴⁷ Anexo B.

manifestação, que apesar da mídia ser contrária, contava com um apoio de considerável parcela da população.

Por fim a decisão da desocupação foi votada em assembléia e aprovada pela maioria. Os estudantes deixaram a Reitoria realizando um grande ato de comemoração ao som da Banda Talibã novamente, assim como na ocupação, com os cantos de “vamos ter aonde comer! RU na ESEF!”.

A ocupação cumpriu com um objetivo essencial que foi manter a UFRGS mobilizada através de seus estudantes. O objetivo não era tomar a Reitoria e fechar as portas com o maior número de estudantes dentro. O objetivo da ocupação era tomar o coração da universidade, que era a Reitoria, e a partir dela irradiar a política que era tirada pela instância máxima naquele momento, as assembléias gerais. Então um grande processo de agitação e propaganda se iniciou, os estudantes com adesivos que davam uma identidade visual para a ocupação, passavam nas salas de aulas com os materiais enquanto que um grupo ficava acampado. Espaços de formação aconteceram com discussões latentes em cada curso, de acordo com o acúmulo dos estudantes e das entidades estudantis presentes. Caixas de som na frente do RU do Centro, onde os estudantes ocupados faziam rádio-poste para divulgar e informar os colegas sobre o que estava acontecendo dentro da ocupação. Muitas ações no sentido de fazer com que a ocupação deixasse os muros da Reitoria e tomasse a UFRGS toda em um movimento de unir as forças dos estudantes dos diversos cursos, fazer com que eles se entendessem enquanto uma classe e que essa classe é atacada quando a Universidade Pública ou quando a Educação sofre ataques. A ocupação foi um grande processo formativo para os seus participantes, pois possibilitou a radicalização do processo coletivo e também da entrega das pessoas que participaram, assumindo a luta como uma necessidade e como sua, contribuindo no entendimento de sujeitos que fazem a história.

3.5 INAUGURAÇÃO

O prazo para a abertura da licitação, acordada com a Reitoria para acontecer em julho de 2007, não é cumprida. Os estudantes chegam a se mobilizar para cobrar o Reitor, mostrar que uma nova ocupação poderia acontecer caso a Reitoria descumprisse sua parte da negociação. A campanha atinge um novo estado, de garantir a implementação da conquista. O

RU da ESEF já havia sido conquistado perante a sociedade quando o Reitor se comprometeu com a obra, porém, agora o momento era de pressionar a abertura dos tramites burocráticos e denunciar os prazos não cumpridos pela Administração Central.

Ainda aconteceram dois atos no segundo semestre de 2007, que tiveram como centralidade a pauta do REUNI. A Reitoria estava disposta a aprovar este decreto sem o devido debate realizando algumas palestras sobre o mesmo, mas nada que desvelasse o real significado da sua adesão. O movimento Estudantil, o DCE juntamente com os DA se organiza na tentativa de barrar este decreto no CONSUN. Neste primeiro ato os estudantes da ESEF vão em peso. Porém novamente a reitoria organiza um esquema de segurança acarretando em um enfrentamento com os seguranças. Os estudantes apanharam muito e no fim foi movido um processo na polícia federal, contra algumas lideranças do movimento estudanti. Através do pedido de vistas do projeto que indicava a adesão ao decreto, foi protelada à mesma. No segundo ato marcado para esta reunião do CONSUN foi montado um forte esquema de segurança contando com policiais e com seguranças filmando o ato na busca de registrar as ações. O REUNI foi aprovado desta forma, com a reitoria quase sitiada. Nestes dois movimentos os estudantes da ESEF compareceram re colocando contrários ao REUNI e novamente levando a pauta do RU da ESEF.

No final de 2007 as eleições para o DCE referendam as conquistas da ocupação e elegem a chapa “Todos Iguais” para dar continuidade à gestão que movimentou a UFRGS no mandato anterior. As eleições para o DAEFi voltam a acontecer com apenas uma chapa concorrendo. Com a vitória do RU na ESEF, a Gestão “Da Luta Não me Retiro” tinha a tarefa de construir o ENEEF de 2008, em Porto Alegre. Com dois coordenadores gerais na coordenação nacional da ExNEEF, algo inédito na história do MEEF, com um coletivo organizado, com formação política, com militantes combativos, formados e orgânicos participando do dia-a-dia do Diretório Acadêmico e do Movimento Estudantil, o DAEFi consegue organizar um dos melhores Encontros Nacionais dos Estudantes de Educação Física dos últimos tempos. Tanto na questão estrutural quanto na questão política. É neste encontro que o DAEFi propõe o debate que embasou a ruptura da ExNEEF com a UNE, na plenária final do Encontro, o que representou um avanço e uma maturidade política muito grande, já que a ExNEEF é uma das maiores e mais organizadas Executivas de curso do país.

Com a realização do encontro marcada para acontecer na ESEF, já no final do ENEEF de João Pessoa que aconteceu em 2007, as pressões sobre a Reitoria aumentam, até

que no dia 23 de novembro de 2007 o edital para a contratação da empresa que faria as obras foi aberto, com cinco meses de atraso. As obras iniciaram em fevereiro de 2008, em meio às férias, porém quando souberam da notícia os militantes foram visitar o campus para ver as obras:

A galera fica se ligando. “bah... começou (a obra), começou”, a galera pega ônibus para ESEF para ver a obra começar. Os caras trabalhando lá, os operários não estavam entendendo o que estávamos fazendo, a galera pulando em volta. (PERGHER, 2011b)

As obras não ficam prontas a tempo de servir para o ENEEF de Porto Alegre, então um refeitório é adaptado onde ficava a sala de musculação, para servir as refeições para os estudantes presentes no Encontro. Ou seja, o prazo corrigido depois do atraso da abertura da licitação não foi cumprido, que seria junho de 2008. Mas como as obras estavam progredindo os estudantes entenderam que a abertura do RU era uma questão de tempo, bastava apenas aguardar a conclusão das obras.

Então em Agosto de 2008 as obras do RU foram terminadas, um refeitório, uma cozinha industrial, banheiros e um escritório foram erguidos, apesar do atraso. Aos poucos os equipamentos foram chegando, por fim chegam as mesas e balcões térmicos. E a data da inauguração é marcada, 15 de agosto, e mais uma vez é descumprida.

Os estudantes não compreendiam, enxergavam o refeitório pronto através das janelas do RU, mas não podiam almoçar ainda. A resposta da Reitoria era de que a contratação de funcionários envolvia um processo lento e complexo, uma nova licitação deveria ser aberta para formar uma equipe para trabalhar no RU 5. O Reitor ainda deixou a data marcada para a inauguração, novamente, 03 de novembro.

Chegando próximo ao dia da inauguração, e sem ver maiores mobilizações no prédio do RU, os estudantes perdem a paciência e cobram uma posição imediata da Reitoria. Avisados de que o Restaurante não seria inaugurado no dia 3, conforme o prometido, mas que o Reitor iria pessoalmente vistoriar as instalações naquele dia, o DAEFi coloca a campanha para a rua novamente. Cartazes da campanha são colados em todas as paredes do campus, um ato-almoço é servido com a presença do Reitor, onde centenas de estudantes pressionaram o mesmo pela abertura imediata do RU. Então, mais uma vez pressionado, o Reitor se compromete em fazer as contratações em caráter emergencial, diminuindo o tempo de espera dos estudantes da ESEF e marcando a inauguração para o dia 13 de novembro de 2008. E

desta vez não haveria atrasos sob pena de se iniciar uma nova ocupação do prédio da Reitoria da UFRGS.

No dia 13 de novembro uma enorme festa estava armada no campus Olímpico. Os estudantes vestindo a camiseta preta, que antes representava o luto, agora representava o orgulho da luta, de terem feito parte daquela conquista. Muitas faixa e cartazes espalhados pelo campus, a presença da Banda Talibã lembrando os cantos e as palavras de ordem que embalaram a campanha “RU na ESEF JÁ!”. Um caderno-ata amarelo, com fotos dos atos passados circulava entre os estudantes para que estes pudessem registrar sua presença naquele momento histórico. Muitos dos estudantes que participaram da luta, desde seu início, em 2006, mas que já tinham se formado ou então trocado de curso, apareceram no dia da inauguração, pois também se sentiam parte daquela vitória. Os estudantes recém ingressos no segundo semestre de 2008 estavam presentes em peso pra presenciar o resultado de uma luta que muitos não vivenciaram, mas da qual se sentiam parte também, pois entendiam que a conquista era dos estudantes.

A cerimônia de inauguração contou com a presença de autoridades da Reitoria, tanto da então gestão do Reitor Carlos Alexandre Netto, como da antiga gestão que havia terminado em 2008, do ex-Reitor José Carlos Hennemann. Os representantes do DCE e do DAEFi na época não tiveram uma fala prevista pelo cerimonial da Reitoria, então o movimento tencionou no sentido de garantir que os protagonistas da campanha tivessem voz. Vendo que muitos estudantes estavam ali presentes o cerimonial recuou e cedeu as duas falas para finalizar o ato de inauguração. Fizeram uma fala exaltando a vitória dos estudantes e da organização do Movimento Estudantil, lembrando de todos os principais momentos da campanha.

Como se tratava de uma inauguração de um prédio dentro da universidade, o protocolo previa a colocação de uma placa registrando o momento, porém, com a troca do mandato, tanto da Reitoria, como da Direção da ESEF, apenas os nomes dos novos gestores estavam na placa, o que causou certo desconforto.

A referida placa não se encontra atualmente no RU, retirada de lá sob circunstâncias desconhecidas. Porém outra placa se mantém até hoje na parede de entrada do refeitório do RU, uma placa colocada no dia da inauguração pelo Movimento Estudantil que continha o nome de todas as gestões do DAEFi, do DCE e da ExNEEF que participaram desde o início

da campanha, dedicada a todos os que lutaram pelo RU na ESEF e por fim trazia uma frase de Lênin:

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar nossa observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossa fantasia. Sonhos. Acredite neles.
(LÊNIN)

Esta frase sintetiza o que foi a campanha “RU na ESEF JÁ!”, a importância de sonharmos, mas vinculados à realidade. Os estudantes da ESEF sonhavam com o RU, mas olhavam para a sua realidade, para a sua capacidade organizativa e política para encampar uma luta da proporção que tomou. A materialidade do sonho era clara quando os estudantes enxergavam condições reais de tornar seu sonho, o RU na ESEF, realidade:

Para nós a placa materializa esse registro de sonho. E é [...], acho que a única placa no mundo inteiro que tem uma frase do Lênin, tirando a Rússia. Num espaço público. Porque aquela frase é bem significativa para nós.
(PERGHER, 2011b)

Após as falas da cerimônia uma situação inusitada aconteceu, ao ser o primeiro a passar pela catraca do RU o Reitor não possuía dinheiro para pagar o almoço, os alunos logo começaram a exclamar, “se o Reitor não pagar ninguém paga!”, então ele toma a decisão de não cobrar a refeição de todos os presentes na inauguração. Os Representantes do DAEFI e o DCE são os primeiros a se servir no RU da ESEF, seguidos pelo Reitor e por uma enorme fila de estudantes que aguardavam ansiosamente por estrear o seu Restaurante Universitário, depois de sessenta e oito anos sem contar com assistência estudantil dentro do campus Olímpico.

CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS

O presente trabalho teve como objetivo contar a história da campanha “RU na ESEF JÁ!”, e estudar a organização das gestões do DAEFi durante o período da campanha.

Para isto foi necessário realizar uma conjuntura política do contexto social que vivemos, na sociedade capitalista, mediante a uma crise estrutural do capital, que, diferente das crises cíclicas e isoladas anteriores, afeta a todos os países do globo. Para se expandir, o capital, segue uma lógica destrutiva, seja da força de trabalho do homem, seja dos recursos naturais e as condições habitacionais do planeta.

Cumprindo um papel específico neste sistema, o Brasil adota as linhas dos órgãos financeiros internacionais através de um atrelamento financeiro, onde transformam em serviços os direitos sociais, principalmente a saúde, segurança, e educação.

A face neoliberal do capitalismo se instaura no país com o governo FHC, com a privatização da Previdência Social e de grandes empresas estatais como a Vale do Rio Doce. A abertura do mercado brasileiro para o capital estrangeiro acabou por precarizar o setor público, já que cada vez menos o Estado se preocupava em garantir os direitos sociais. No Governo Lula, seu sucessor, não foi diferente. A lógica capitalista neoliberal ficou evidente com a Reforma Universitária, onde a maior preocupação, novamente, é em salvar as instituições privadas de ensino superior, precarizando a educação pública no Brasil. A Reforma Universitária, aprovada de maneira fatiada através de medidas provisórias, ataca a Universidade Pública e transfere a responsabilidade da educação para o setor privado e as Universidades Particulares.

Dentre os diversos fatores que sofrem com a falta de investimento na Educação Pública, ficou evidenciado que a assistência estudantil é o que se manifesta de maneira mais clara e incisiva, pois a partir do momento em que o estudante não consegue se manter com qualidade dentro da Universidade, a evasão é dada como certa. E o auxílio que melhor representa as políticas de assistência estudantil visando a permanência do aluno dentro da Universidade é o auxílio alimentação, que permite que os estudantes tenham uma alimentação de qualidade, por preços reduzidos e o mais perto do seu local de estudo o possível.

Porém como visto no campus Olímpico, onde se encontra a Escola de Educação Física da UFRGS, os alunos permaneceram por anos sem contar com este benefício. Apenas

depois da luta narrada pelo presente trabalho, resultado da organização dos estudantes em torno de um Movimento Estudantil combativo e orgânico que se formou durante as gestões que estiveram à frente do DAEFi desde a sua reestruturação, em 2004, é que os alunos da ESEF conquistaram seu RU.

A campanha “RU na ESEF JÁ!” representou um marco na história do Movimento Estudantil. A construção de um prédio que não estava previsto no plano de gestão da Reitoria, que envolveu grandes gastos com a estrutura, e que hoje fornece o auxílio alimentação para os estudantes, é algo que vai contra a lógica destrutiva do capital. O investimento em uma universidade pública e a criação de políticas para a manutenção dos estudantes dentro da Universidade rompe com as políticas neoliberais que retiram os direitos e o transformam em serviços, o que torna o RU na ESEF um símbolo de resistência nesses tempos de barbáries provocadas pelo capital.

Além disto, a campanha mexeu com a identificação dos estudantes em torno de um símbolo, a luta. Os estudantes lutavam pelo RU na ESEF, e sentiam orgulho por estarem lutando por este direito, principalmente ao se identificarem com outros colegas que também estavam na luta pelos seus direitos, fossem os estudantes de outros campi da UFRGS que lutavam por melhorias em seus cursos, fossem os estudantes da USP que lutavam contra as MP do governo Serra. Estas identificações, este orgulho, ficaram claras durante as sete entrevistas que fiz com estudantes que participaram dos momentos da campanha em frentes de atuações mais diversas, que incluíam dirigentes de entidades, membros da Banda Talibã e estudantes que apenas participaram da campanha. Em diversos momentos evidenciavam uma relação de afeto pela campanha, pelos momentos que passaram participando da mesma, quase que se tornando uma relação de saudosismo. Este sentimento é evidenciado nos estudantes que participaram da luta pelo RU e também dos que se apropriam e conhecem a história da mesma.

Para além disto, possibilita que estes estudantes vislumbrem a possibilidade da vitória a partir da luta. O processo de luta é formativo para além da vitória, por isso reivindicar o ato de 13 de setembro como um verdadeiro marco na história do Movimento Estudantil da ESEF e da UFRGS, pois o processo que levou à conquista do RU da ESEF foi muito mais formativo do que qualquer outra conquista que possa ter sido conseguida sem um processo de lutas tão rico quanto este descrito no trabalho.

Outro ponto relevante é os estudantes se colocando como sujeitos históricos, participação nas ações, propondo idéias, reivindicando a luta como sua. O funcionamento efetivo das reuniões ampliadas possibilitou que esta compreensão da necessidade de ter uma participação mais efetiva dentro da campanha fosse despertada nos estudantes da ESEF. O que acabou gerando uma cultura de participação política nos estudantes do compus, o que reflete diretamente na ampla participação dos estudantes nas eleições, tanto para DA quanto para DCE, e também reflete no elevado número de militantes que o DAEFi possui, que é incomum dentro de outros Diretórios ou Centros Acadêmicos.

Durante as entrevistas, surgiram elementos que não foram previstos nos roteiros semi-estruturados, porém apareceram em todos os depoimentos colhidos, como por exemplo, o surgimento de um grupo de oposição de estudantes ligados a partidos progressistas do movimento estudantil da UFRGS.

A imersão que realizei nos documentos criou um arcabouço teórico sólido sobre o tema, que combinado com a formação que tive durante os anos em que atuei no Movimento Estudantil me proporcionaram situar inúmeras datas que se perderiam com o tempo, e o significado de muitas delas, e das ações da campanha também, além de muita parte da articulação que envolveu toda ela e a relação que estas articulações têm com a campanha antes mesmo de ela acontecer.

O DAEFi teve um papel central na organização da campanha, porém sem a mobilização e o respaldo dos estudantes, sozinho, apenas como entidade, não conseguiria garantir a conquista do RU. A mobilização dos estudantes em torno da pauta foi fundamental para a conquista da mesma, e da forma como foi feita, sempre politizada, fazendo relação com a pauta mais ampla da Universidade, foi o que despertou nos estudantes a capacidade de compreender a importância da sua participação na luta. E esta organização acontece graças ao papel de dirigente coletivo que foi desempenhado pelo DAEFi, ao organizar a campanha de maneira horizontal, sem ditar linhas ou utilizar o estudante como massa de manobra, mas participando do processo formativo dos mesmos permitindo que estes pudessem ser sujeitos da campanha, criando um movimento combativo para participar de todas as ações, desde a panfletagem ou diálogo com a base até a criação de palavras de ordem e a ocupação da Reitoria.

Sem a campanha, provavelmente o RU da ESEF poderia ter sido construído, mas acredito que levariam mais alguns anos até que os olhares da Administração Central se

voltassem para a falta de assistência estudantil no campus Olímpico, já que estes não precisam de tal auxílio, não sentem na pele a falta que faz um Restaurante Universitário próximo ao seu campus. Também penso que a campanha tampouco aconteceria de maneira espontânea, sem a organização prévia com a qual contou, assim como outras campanhas anteriores à “RU na ESEF JÁ!” aconteceram sem sucesso por não contarem com um planejamento tão concreto como o desta campanha, que partiu de uma análise da realidade dos estudantes, traçou objetivos, e táticas para alcançá-los, formou politicamente os estudantes, preparou os mesmos para os embates com a Reitoria, tornou a campanha maciça por toda a UFRGS, articulou outros cursos juntos na luta e conquistou o RU da ESEF.

Reafirmo a necessidade de que a história seja contada, que a memória do Movimento Estudantil seja preservada e que o exemplo desta vitória sirva de referência para as próximas lutas, conquistas e que contribua para a organização do Movimento Estudantil, pois lutas como a do “RU na ESEF JÁ!” provam também que sonhos podem tornar-se possíveis, desde que acreditemos neles quando atuarmos para transformar a nossa realidade.

Por fim a campanha “RU na ESEF JÁ!” se insere no bojo da luta de classes, pois reivindica um direito social que está cada vez mais sendo direcionado à lógica do mercado. Demarca um embate entre setores que disputam a Universidade Pública que está em disputa também na sociedade de classes, sendo cada vez mais precarizada e mercantilizada. A luta do RU da ESEF não foi algo isolado de um curso, de um campus, de uma universidade, mas foi uma luta que esteve intimamente ligada à defesa da Universidade Pública e de qualidade, e defender este princípio na prática do dia-a-dia, é se colocar ao lado dos lutadores da classe trabalhadora. Desta forma, vai na contramão da lógica destrutiva do capital ao garantir o direito dos estudantes, se configura assim como uma luta anti-capital, ou seja socialista.

REFERÊNCIAS

ABIB, Leonardo Trápaga. **Leonardo Abib (depoimento, 2011)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANDES (Brasil). Programa Universidade para todos (PROUNI): Operacionalizando as PPP na Educação Superior. **A Contra-reforma da Educação Superior: Uma Análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo Lula da Silva**, Brasília, p.52-58, 2004.

ANDES (Brasil). **Proposta do ANDES-SN Para a Universidade Brasileira**. Brasília: ANDES - SN, v. 2, 01 jan. 2003.

BERNARDI, Guilherme Bardemaker. **Guilherme Bernardi (depoimento, 2011)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

BRASIL. **Constituição**, 1988.

BRASIL, MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em 02 de novembro de 2011.

_____. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em 02 de novembro de 2011.

_____. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em 02 de novembro de 2011.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em 02 de novembro de 2011.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 3 de novembro de 2011.

_____. MEC. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares.** Disponível em http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/bacharelados_interdisciplinares.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira.** Mestrado em Serviço Social – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

CONTRA-MOLA: Jornal do DCE da UFRGS. Nº 08, ano II, Porto Alegre, 2006.

COSTA, Simone Gomes. **A Equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil.** 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

ESEF EM MOVIMENTO: Jornal do Diretório Acadêmico da Educação Física Paulo Hollerbach. Nº 01, ano 2004. Porto Alegre, 2005.

ESEF EM MOVIMENTO: Jornal do Diretório Acadêmico da Educação Física Paulo Hollerbach. Nº 02, ano 2005. Porto Alegre, 2005.

EXNEEF (Brasil). **Carta de Apresentação da ExNEEF Gestão 2011-2012.** Disponível em: <<http://daefi.wordpress.com/2011/08/07/carta-de-apresentacao-da-exneef/>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2ª. Ed. RJ: Zahar editores, 1975.

FONAPRACE. **Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES.** Brasília: FONAPRACE, 1997.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil - Aprovado pela ANDIFES.** Belém. 2007.

INSTITUTO SOLIDARISTA. **Fernando Henrique: uma história obscura.** Disponível em: <www.consciencia.net/brasil/03/cardoso.html>. Acesso em: 23 out. 2011.

KAMINSKI, Leon F. **Histórias do Movimento Estudantil de Educação Física no Rio Grande do Sul (1956 – 1964).** 2004. 73 f. Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

LANGHANZ, Rodolfo Romcy Mohr. **Rodolfo Langhantz (depoimento, 2011).** Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** In: Revista Outubro. Nº 3: São Paulo, 1999.

_____. **Governo avança no modelo de universidade subordinado ao Banco Mundial.** Entrevista ao Correio da Cidadania em 5 de agosto de 2010. Disponível em:

<http://www.correiodadania.com.br/content/view/4901/9/>. Acessado em 07 de novembro de 2011.

_____. **Crise do Capital e Questão Social**. Revista Estudos do Trabalho, Marília, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>>. Acesso em: 22 set. 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros**. In: Siqueira, A. e Neves, L. (Org.). Educação superior: uma reforma em processo. SP: Xamã, 2006, p. 19-42.

MÉSZÁROS, István. **Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural. Conferência de abertura do II Encontro de São Lázaro, 2011**. Disponível em: <www.ffch.ufba.br>. Acesso em: 28 set. 2011.

NISHIMURA, Shin Pinto. **A Precarização do Trabalho Docente como Necessidade do Capital: Um Estudo sobre a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Tomando como Caso o REUNI na UFRGS**. 2011. 46 f. Projeto de Qualificação (Mestrado) - Curso de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. **Shin Nishimura (depoimento, 2011)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011b.

PERGHER, Eduardo Gottems; NISHIMURA, Shin Pinto. Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. **Caderno de Debates ExNEEF: O MEEF e as Ocupações de Reitorias em 2007**, Porto Alegre, v. 10, p.02-23, 2007.

_____. **Trabalho e Educação na Escola do MST: Um estudo de caso no IEJC**. 2011. 126 f. Projeto de Qualificação (Mestrado) - Curso de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

_____. **Eduardo Pergher (depoimento, 2011)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011b.

PEREIRA, Anderson Dalpiaz. **Anderson Pereira (depoimento, 2011)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: **Revista SIMPE – RS**, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

SILVA, Guilherme Gil da. **Entre Carregadores de Caixa e Militantes Engajados: As Formas de Organização e Participação dos Estudantes com o MEEF-ESEF/UFRGS (2004-2006)**. 2006. 95 f. Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SIQUEIRA, Angela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. Lucia Maria Wanderley Neves (org.); Andre Silva Martins... [et al.]. - São Paulo: Xama, 2004.

ANEXOS

ANEXO A:
TERMO DE COMPROMETIMENTO COM A CONSTRUÇÃO DO RU NA ESEF
ASSINADO PELO REITOR NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2006

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Diretório Central de Estudantes da UFRGS
Diretório Acadêmico de Estudantes da Educação Física

Porto Alegre, 13 de setembro de 2006

Ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Carlos Ferraz Hennemann

Os estudantes de toda a UFRGS, em especial os da Escola de Educação Física, vêm por meio deste EXIGIR com extrema urgência a construção imediata do Restaurante Universitário no Campus Olímpico.

É inaceitável que em uma Universidade Pública a Assistência Estudantil, que se propõe a garantir a permanência do estudante, não é concedida aos colegas da ESEF, o que fere gravemente a igualdade na concessão dos benefícios, uma vez que o Campus Olímpico é o único desprovido de um RU.

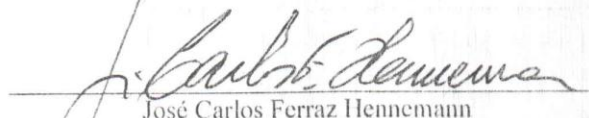
Esta reivindicação é histórica e muitos argumentos já nos foram apresentados a fim de esgotar nossas exigências, por exemplo, a falta de demanda e o déficit financeiro gerado pelo RU. Entretanto, durante os últimos meses coletamos dados que contrapõem tais argumentos. Através de pesquisa e de atos-almoços comprovamos a demanda da ESEF, que hoje possui mais de 900 circulantes entre estudantes, funcionários e professores. Além disso, o objetivo de um Restaurante Universitário de forma alguma é o de gerar lucro, sim de subsidiar as condições de permanência do estudante na universidade.

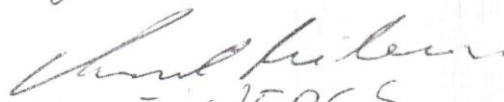
Reiteramos que essa não é uma luta apenas dos colegas da ESEF, mas de toda a comunidade acadêmica como mostra nossas mobilizações e abaixo-assinados. Os estudantes da UFRGS entendem que defender a universidade pública é defender os mecanismos que asseguram a permanência dos estudantes na universidade.

Dessa forma exigimos o reconhecimento desse documento pela reitoria, abaixo assinado pelo reitor, comprometendo-se com a construção imediata do RU na ESEF, bem como no próximo Conselho Universitário indicar o cronograma do início do projeto de construção.

CIENTE,

CONCORDAMOS COM AS REIVINDICAÇÕES
Em 13/09/2006


José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul


DCE UFRGS


DAEFI

ANEXO B:
RESPOSTA DA REITORIA À PAUTA REIVINDICATÓRIA DOS ESTUDANTES NA
OCUPAÇÃO DA REITORIA DA UFRGS EM 2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em resposta ao manifesto de estudantes da UFRGS recebido nesta data, a Administração Central da Universidade expressa o seguinte posicionamento sobre os pontos reivindicados, estabelecidos após reunião com comissão de representantes discentes:

- redução em 50% da taxa do vestibular dos candidatos oriundos da escola pública e estendê-la aos candidatos inseridos em futuras medidas de ações afirmativas. Além disso, ampliação do número de isenções totais por meio da inclusão dos candidatos com renda familiar per capita, passando dos atuais R\$ 200,00 para até R\$ 350,00;
- comprometimento com a implementação de ações afirmativas, bem como colocar em pauta no Conselho Universitário a deliberação do projeto que está sendo elaborado por Comissão Mista CONSUN/CEPE, em tempo de as medidas aprovadas serem adotadas no próximo vestibular;
- estudo sobre a viabilidade da abertura de vagas na Creche da Universidade para filhos de estudantes;
- apoio à realização de debates com vistas à ampliação da democracia na Universidade;
- reafirmação de garantia dos espaços históricos estudantis, como o CECS, o CEABI, o DACOM e a TOCA. Quanto a esta, informamos que já foi realizado empenho para compras de material com vista a iniciar-se na próxima semana a obra de recuperação deste espaço. Quanto ao evento da CEFAV, a Secretaria de Assuntos Estudantis, junto com a Coordenadoria de Segurança, envidará esforços para a definição de regras que possam garantir sua realização, em trabalho conjunto com a Direção da Faculdade de Agronomia;
- efetivação de medidas com vistas à transferência gradativa do Instituto de Ciências Básicas da Saúde para o Campus Saúde, o que possibilitará a transferência, também gradativa, do Instituto de Artes para seu novo prédio (Antigo Prédio da Faculdade de Medicina). Concomitantemente, está programada a realização de obras emergenciais no prédio do Instituto de Artes, tais como reforma de elevador e do Teatro Tasso Corrêa, bem como a recuperação do prédio do Departamento de Arte Dramática;

J.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

- criação de grupo de trabalho, sob a Coordenação do Sistema de Acervos e Arquivos da UFRGS, com participação dos Departamentos de História e de Arquivologia e membros das entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária, objetivando a disponibilização e estudo de documentação referente aos expurgos e perseguições durante o período militar;
- apresentação, no mês de julho do corrente, de anteprojeto para construção de casa de estudante do Campus do Vale, conforme consta no Plano de Gestão 2004-2008; criação de grupo de trabalho para estudar o anteprojeto, com participação discente;
- definição do mês de julho como prazo para abertura de licitação para construção do Restaurante Universitário da ESEF, com previsão de conclusão da obra até o final do ano.

Porto Alegre, 06 de junho de 2007.


JOSE CARLOS FERRAZ HENNEMANN,
Reitor.